

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DAVID BARBUDA GUIMARÃES DE MENESES
FERREIRA

ENTRE CONTATOS, TROCAS E EMBATES:
ÍNDIOS, MISSIONÁRIOS E OUTROS ATORES SOCIAIS
NO SUL DA BAHIA (SÉCULO XIX)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Salvador, outubro de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DAVID BARBUDA GUIMARÃES DE MENESES
FERREIRA**

ENTRE CONTATOS, TROCAS E EMBATES:
ÍNDIOS, MISSIONÁRIOS E OUTROS ATORES SOCIAIS
NO SUL DA BAHIA (SÉCULO XIX)

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

Linha de Pesquisa: Escravidão e Invenção da Liberdade
– História dos Negros e Povos Indígenas.

Salvador, outubro de 2011.

F383 Ferreira, David Barbuda Guimarães de Meneses
atores Entre contatos, trocas e embates: índios, missionários e outros
de Meneses sociais no sul da Bahia (século XIX) / David Barbuda Guimarães
Ferreira. – Salvador, 2011.
156f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

1. Índios – História – Bahia. 2. Povos indígenas. 3.
Missionários. I. Paraíso,
Maria Hilda Baqueiro. II. Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 980.4

Resumo

A presente dissertação busca compreender as relações sociais e interétnicas travadas entre populações indígenas, missionários capuchinhos e demais atores sociais presentes no processo de colonização da Comarca de Caravelas – pertencente ao extremo sul da Bahia – no século XIX. Tem-se como interesse central neste trabalho dar ênfase às agências indígenas frente ao projeto de civilização e catequese. Nesse sentido, buscamos perceber, no desenrolar dos conflitos, intensificados no decorrer daquele século, de que forma os grupos indígenas formularam estratégias, lutaram por seus interesses e se movimentaram diante de um quadro de mudanças significativas decorrente do violento processo de conquista e subjugação.

Palavras-Chave: História indígena; Missionários; Bahia; Caravelas; Alianças; Conflitos.

Abstract

This present work is an attempt to understand social and inter-ethnic relations between indigenous population, the Capuchin missionaries and other characters involved in the colonization process within the County of Caravelas – located in the southernmost part of Bahia – during the nineteenth century. The main interest in this research is to emphasize the indigenous agency facing this colony implementation and catechism process. In this sense, taking the conflicts into consideration, we seek to perceive manners with which indigenous groups created strategies and struggled to preserve their interests and how they navigated within this context of significant changes marked by violence and subjugation of native people.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Hilda Paraíso – Orientadora
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Vilma Maria do Nascimento
Universidade Católica do Salvador

Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo
Universidade Federal da Bahia

Salvador, outubro de 2011.

À memória de Edelzuita Barbuda
Guimarães, minha avó, mulher forte e
guerreira. Um exemplo de vida.

Saudades.

Agradecimentos

A sentença do filósofo Antístenes “a gratidão é a memória do coração” dá sentido a esse momento especial. Nada haverá nas palavras que aqui depositar que possam expressar a gratidão para como aqueles que percorreram esse caminho de entrega, de reflexão, de pesquisa e de amor. Um trabalho dessa natureza não se realiza somente por amor a uma causa, mas por que somos a causa do amor de muitos, e quando nos damos conta dessa verdade, nada, absolutamente nada, pode superar a virtude da gratidão e nos impedir de dizer muito obrigado.

Inicialmente gostaria de agradecer a meus pais, Ana e Almir, que me ensinaram a lutar pelos meus ideais, lembrando-me sempre que para realizá-los só poderia fazê-los na medida em que enxergasse com tolerância e amor todos que estão a minha volta. Não posso deixar de registrar também o incondicional apoio e incentivo durante todo o período em que durou esta pesquisa.

Aos meus irmãos, Ana Bárbara e Daniel, que caminharam comigo tornando este período de solidão mais ameno, fazendo-me sorrir com suas brincadeiras e chateações. Estarão sempre no meu coração, porque dão sentido completo a minha noção de família.

À minha grande família, minha querida avó, Edelzuita Guimarães, que hoje é luz no céu a iluminar minha existência. À vovó Léa e a vovó Almir, que me ensinam a levar adiante a grandeza de ser um professor e historiador. Às minhas tias-avós, Risoleta e Eunice, exemplos de doação. Aos meus padrinhos Dinorah e Cecílio, que sempre cuidaram de mim como um verdadeiro neto, ou melhor, como o filho que não tiveram. Ao meu tio Mariano, sempre para mim um exemplo de vida cristã. Às minhas tias, Liliane e Consuelo, tio Marcelo e aos meus priminhos, Paula, Diandra e Marco.

A minha querida e amada companheira Iane Cunha, pela presença marcante neste meu caminho. Devo muito deste trabalho a ela que com todo

cuidado e paciência me ajudou. Nossas idas ao arquivo e as discussões “caseiras” sobre fontes e bibliografias me enriqueceram bastante, até porque pensamos e fazemos história de formas bem distintas. Sem Iane ao meu lado a escrita desta dissertação não seria possível. Espero de todo coração que nossa relação se mantenha sempre sincera e cheia de pureza e amor.

Aos amigos historiadores: Candido Domingues, Carlos Silva, Solon Natalício, Ediana Mendes, Rebeca Vivas, Roberto Zahluth, Camila Amaral, Mariana Seixas, Leonardo Coutinho, Carolina Mendonça e Urano Andrade. Companheiros que diretamente participaram da minha formação como pesquisador. Faço uma menção especial a Candido pelos meses de agradável convivência na Unicamp e a Urano pela sensibilidade e autêntico espírito de companheirismo comprovados no seu gesto de me ter cedido alguns documentos que foram de grande utilidade nesta pesquisa.

Aos amigos extra-acadêmicos que enriquecem a minha jornada de vida e estão presentes em momentos de alegrias e tristezas: Victor Fontenelle, Antonio Pita, Diogo Portela, Mariana Rivera, Ronaldo Carmo, Mariana Ivo, Emanuel Lins e Clara Andrade. A esses companheiros minha eterna gratidão pela sincera amizade.

As grandes amigas Maria Ferraz e Silvia Codes, pelos anos de amizade, que testemunham a mais elevada essência da fidelidade, do carinho desprendido e da doação integral. Agradeço a Deus sempre por tê-las colocado em meu caminho.

Aos meus professores da UFBA, UCSAL e UNICAMP, que muito contribuíram para minha formação acadêmica. Tenho que reconhecer que sem a presença de vocês seria impossível ter chegado até aqui. Em especial lembro-me de: Prof. Dr. John Monteiro, Prof. Dr. Candido da Costa e Silva, Prof. Dr. Dilton Araújo, Profa. Dra. Ialmar Viana, Profa. Dra. Maria José Andrade. Gratidão especial a querida Prof. Dra. Vilma Nascimento, por suas valiosas contribuições a minha pesquisa e pelas agradáveis conversas de fim de tarde.

A minha orientadora Prfa. Dra. Maria Hilda Paraíso que não me permitiu desistir jamais dessa pesquisa. Generosa, mulher forte, ativa, foi uma amiga durante todo esse mestrado. Não teve dia que lhe procurasse com o desejo de ser orientado que não estivesse pronta a cumprir com sua missão, fazendo sempre a mais do que lhe competia. Meu eterno carinho.

A tantos que colaboraram com a elaboração desta dissertação, nos seus diversos momentos, o meu sincero agradecimento. Por fim, agradeço a Deus, razão e sentido da minha existência.

Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, com bolsa integral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I Ultrapassando Fronteiras: encontros e desencontros de dois mundos	21
CAPÍTULO II Índios “mansos” e índios “bravos”: A questão indígena na Comarca de Caravelas	60
CAPÍTULO III O Teatro do Encontro: índios e missionários no sul da Bahia	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
FONTES	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

Lista de Tabelas

- | | |
|---|-----|
| 1 - Composição demográfica das malocas situadas entre o rio Mucuri e o rio Grande de Belmonte, com seus respectivos Capitães. | 92 |
| 2 - População, grupo étnico e atividade econômica dos Aldeamentos das Comarcas do Sul da Bahia em 1852. | 118 |
| 3 - Mapa estatístico do número de aldeias e índios domesticados nas comarcas do sul da Bahia em 1854. | 119 |
| 4 - Relação de Aldeamentos das Comarcas do Sul da Bahia, com sua localização, estado de civilização, dados demográficos, etnia e diretores em 1855. | 122 |

Lista de Mapas e Imagens

- | | |
|---|----|
| 1 - Imagem dos “Botocudos, Puris, Pataxós, Maxakalis” por J. B. Debret. | 33 |
| 2 – Mapa hidrográfico da Bacia do Mucuri. | 41 |
| 3 – Mapa da área correspondente ao extremo sul da Bahia. | 42 |
| 4 – Quartéis criados na Bahia em 1913 para combater Botocudos. | 71 |
| 5 - A estrada de Bento Lourenço. | 78 |

Introdução

A presente dissertação busca compreender as relações sociais e interétnicas travadas entre populações indígenas, missionários capuchinhos e demais atores sociais presentes no processo de colonização da Comarca de Caravelas – pertencente ao extremo sul da Bahia – no século XIX. Tem-se como interesse central neste trabalho dar ênfase às agências indígenas frente ao projeto de civilização e catequese. Nesse sentido, buscamos perceber, no desenrolar dos conflitos, intensificados no decorrer daquele século, de que forma os grupos indígenas formularam estratégias, lutaram por seus interesses e se movimentaram diante de um quadro de mudanças significativas decorrente do violento processo de conquista e subjugação.

Na Comarca de Caravelas a presença das populações indígenas era marcante. De modo geral podemos afirmar, segundo a documentação da época, que os índios que habitavam o sertão desta comarca pertenciam a diversos grupos da família lingüística Macro Jê, mais especificamente Pataxós, Maxacalis, Botocudos e Kamakã - Mongoió, além de alguns descendentes dos Tupis ou Tupiniquins que viviam nas vilas.

Ao longo deste trabalho refletimos sobre esses grupos e suas relações de contato com outros atores sociais nas vilas litorâneas e nos sertões da Comarca de Caravelas, centrando-nos nas bacias dos rios Mucuri e Jucuruçu, por serem esses espaços os mais significativos para nossa análise. A história desses índios ainda é pouco conhecida, e em nosso percurso buscamos dar uma maior visibilidade a esses sujeitos.

A dissertação compõe-se de três partes ou capítulos. O primeiro organizado em dois momentos, trata da história da região – a antiga capitania de Porto Seguro e atual extremo sul da Bahia– desde o período colonial até o início do século XIX, visando analisar os primeiros contatos entre índios e não índios. Nesse sentido, buscamos discutir a construção de alianças entre os grupos indígenas nos sertões do Mucuri e a bandeira do Capitão João da Silva Guimarães, atentando para as políticas de atração do bandeirante e as reações dos índios a tal política.

No mesmo capítulo, investigamos a implantação dos pressupostos do Diretório

dos Índios, inclusive com o incentivo para a criação de vilas, percebidas como um espaço de interação e conflito entre os grupos de índios, autoridades políticas e fazendeiros. Nesse contexto, uma retórica mais secular de civilização dos índios passou a caracterizar o discurso da Coroa. Esta retórica tendia a agregar os pressupostos da catequização às novas ideias de civilização, extinguindo os poderes dos missionários e de suas ordens¹. Assim, a política colonial passou a expressar ideais laicizados com objetivo de elevar os índios à condição de “vassalos úteis”, buscando prover o crescimento da colônia² e introduzir a ideia de “felicidade inerente à vida civilizada e sujeita às leis positivas” como fundamento central para civilizar os índios³.

No segundo capítulo, observamos que no século XIX, após o estabelecimento das vilas, surgiram diversos empreendimentos particulares na região intensificando os conflitos pelo controle do território entre índios e colonos. As aproximações dos grupos indígenas visando obter alimentos e manter trocas comerciais com os moradores das vilas contrastavam com as constantes destruições das fazendas e plantações, colocando em dúvida a postura dos grupos indígenas, que eram comumente percebidos a partir da dicotomia “mansos” e “bravos”. Nesse capítulo, procuramos examinar as formas pelas quais os índios compreenderam e utilizaram a seu favor essa dicotomia, valendo-se, sempre que lhes interessava, da sua condição de aliado/ “manso”.

Os conflitos com os grupos indígenas foram mais intensos nas proximidades da vila do Prado, em especial nas propriedades instaladas às margens do rio Jucuruçu. Entre os diversos empreendimentos fixados nessa região, que apareciam nas fontes como mais os “perseguidos” pelos índios, estavam às fazendas do Sr.

1 Cf. **RIBEIRO**, Núbia Braga. Catequese e Civilização dos Índios nos Sertões do Império Português no Século XVIII. In: Revista de HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009.p 325.

2 A colonização, antes do século XVIII, era justificada pela missão de propagação da fé, sendo alegado que a conversão ao catolicismo era seu objetivo primordial. Nesse contexto, os jesuítas foram os principais encarregados da administração dos índios e suas aldeias tanto do ponto de vista espiritual quanto temporal. Beatriz Perrone-Moisés, ao analisar as legislações do período colonial, observa que os religiosos estavam à frente não apenas da catequese dos indígenas, mas também da organização das aldeias e repartição dos trabalhadores índios entre colonos e a Coroa, atuando em nome do Rei junto a essas populações. Cf. **PERRONE-MOISÉS**, Beatriz. Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: **CUNHA**, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pg. 119.

3 Cf. **COELHO**, Mauro Cezar. Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). São Paulo, tese de Doutorado em História Social – USP, 2005. Ver também: **SILVA**, Isabelle Braz Peixoto da. Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o diretório pombalino. Campinas: São Paulo, 2003.

Domingos José, denominada Riacho das Pedras, a de Dona Inácia Maria de Jesus com o nome de Riacho Grande e a de Manoel Caetano de Casto, conhecida como Santa Maria do Corte. Por esse motivo, iniciamos nossa análise a partir dos dados referentes à ocupação da bacia do Jucuruçu, com intuito de visualizar as relações construídas entre colonos e grupos indígenas.

Diante das dificuldades em assistir a região sul da Bahia e dirimir os conflitos, o governo provincial organizou um projeto de inserção desses espaços através de uma política de catequese como forma de “civilização” dos índios. A presença de um missionário era considerada fundamental na consolidação de um projeto de interiorização do estado, a partir de uma política de incentivo a fundação de aldeias. Contudo, foi somente a partir de meados do século XIX que o projeto de “Catequese e Civilização” se consolidou como estratégia do governo e passou a ser tratada como um “ramo do serviço público”, assumindo, assim, significados mais precisos⁴.

Ainda no segundo capítulo, analisamos os projetos de conquista e colonização do vale do Mucuri, iniciado por volta das primeiras décadas do século XIX. Nesse momento, ante o desinteresse da província da Bahia em assistir esses espaços, os primeiros projetos foram montados por Minas Gerais. A penetração pelas florestas do Mucuri tinha por intenção a abertura de um caminho que ligasse o interior mineiro ao oceano Atlântico, facilitando o escoamento dos produtos que deveriam ser exportados pelo litoral.

No terceiro capítulo, direcionamos nosso foco para as questões entre os grupos indígenas e os missionários no Mucuri. O responsável pela catequese dos índios nessa comarca foi frei Caetano de Troina, que tinha como objetivos a instalação de um aldeamento e a criação de uma colônia de degredado, ambos no rio Mucuri.

O missionário permaneceu atuando no Mucuri entre 1845 e 1846, quando adoeceu e retornou ao Hospício da Piedade em Salvador, onde passou a morar por mais alguns anos. No período que esteve em Caravelas fundou um aldeamento próximo a vila de São José do Porto Alegre, num local conhecido como Morro da Arara. Contudo, apesar dos esforços despendidos pelo frei, a criação do aldeamento esbarrou na ação dos índios que não chegaram a se aldear.

4 Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. .Op.Cit. Pg. 145.

Os problemas enfrentados pelo missionário reacenderam as discussões a respeito do projeto de catequese que, apesar de amplamente aceito pelos agentes do governo da provincial, nunca foi uma unanimidade e muitas vezes esteve colocado como uma questão a ser repensada. As posições contrárias à política de catequese estiveram presentes desde o início do século XIX, mas é principalmente a partir de 1865 que esses debates ganham novos ares, influenciados pelos diversos fracassos acumulados pelos missionários nos interiores afora até essa data.

Deste modo, tendo em vista o processo de ocupação colonial da região sul da Bahia no final do século XVIII e o lugar de destaque dado ao projeto de “catequese e civilização” dos índios por missionários capuchinhos italianos a partir da década de 30 do século XIX, pretendemos demonstrar no decorrer desta dissertação, que as transformações nas relações sociais no sul da Comarca de Caravelas foram consequência de um longo e intermitente percurso de conflitos e negociações. Nesse sentido, as ações dos grupos indígenas são percebidas por nós como produtos históricos e dinâmicos que se transformavam a partir das experiências vivenciadas com o contato.

Fontes e diálogo com a historiografia

John Manoel Monteiro enfatizou em seus estudos a necessidade de ampliação dos trabalhos historiográficos ligados à temática indígena. Contudo, sabemos que não é tarefa das mais fáceis produzir estudos históricos relativos aos índios no Brasil, pois como Monteiro registrou “a documentação escrita e iconográfica, quando comparada a outros países do continente americano, mostra-se pobre e cheia de lacunas”⁵. Além disso, nossos índios diferentemente dos de outros locais na América, não produziam documentos escritos, dificultando mais ainda o acesso às suas histórias e visões de mundo.

A documentação utilizada ao longo desta dissertação é constituída de correspondências e demais relatórios enviados e recebidos pela diretoria geral dos índios, com o presidente da província e com os missionários nas aldeias; falas e

⁵ MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas, 2001. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, UNICAMP, p.239

relatórios dos presidentes da província da Bahia; o conjunto de leis da assembléia legislativa da Bahia e do Governo Imperial; textos escritos por viajantes; e relatórios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ou seja, em sua maioria documentos oficiais.

Todavia, munidos por novas perspectivas teórico-metodológicas os trabalhos recentes têm provocado uma revisão nos estudos referentes às populações indígenas, demonstrando que, apesar de limitadas, esparsas e vinculadas aos setores dominantes da sociedade a documentação de que dispomos possui uma densidade e riqueza de detalhes que se analisadas em outras perspectivas, possibilitam a reconstrução da dinâmica do contato entre índios e colonizadores.

Nosso objetivo central, ao iniciar esta dissertação, foi estar sempre atento as maneiras de pensar e agir dos diferentes sujeitos históricos, em especial os grupos indígenas, conferindo visibilidade a esses atores e dando voz as suas ações diante da conflituosa realidade decorrente do contato. Contudo, seguir tais preocupações só foi possível através das perspectivas do que se convencionou chamar de “nova história indígena”.

Com relação à “nova história indígena” destacamos duas dimensões principais, que são em grande medida complementares, e que servem de base para o nosso trabalho: as relações estabelecidas entre Antropologia e História; a inversão do foco de análise, privilegiando, nesse sentido, o olhar indígena sobre os processos de dominação.

A primeira questão está associada à tentativa dos pesquisadores em abordar a história dos índios no Brasil usando como referência um diálogo mais aprofundado com a Antropologia. Abdicando da visão essencialista acerca dos índios, distanciando-se, desta forma, das visões conservadoras que os concebia como meros sobreviventes de uma cultura destruída e empobrecida pelas transformações coloniais, os historiadores e antropólogos precursores dessa corrente, buscaram analisar os índios a partir de suas próprias experiências percebendo-os como sujeitos ativos e criativos diante das situações de conquista e dominação. Ou seja, é essencial nessa proposta tomar as diversas populações indígenas como agentes/sujeitos históricos e conscientes, responsáveis pela constituição das relações das quais compartilhavam, sejam no mundo colonial ou imperial.

A metodologia dessas análises buscou ultrapassar os limites impostos pela documentação a respeito dos índios, principalmente no que tange à descrição pura e simples das fontes, possibilitando, desta forma, conciliar uma análise etnográfica em um material histórico. Tratava-se, sobretudo, de desconstruir a idéia de índios passivos, herdada de uma historiografia que obliterou os indígenas do “curso da história”. Privilegiando, assim, múltiplas experiências, vivências e estratégias indígenas. Ou seja, perspectivas nativas sobre o passado. Os trabalhos de Almir Diniz de Carvalho⁶, John Manoel Monteiro⁷ e a organização de Paula Monteiro⁸ são uns dos principais estudos que servem de base para uma melhor compreensão e utilização desse método histórico-antropológico.

As idéias sobre esta nova postura por parte dos historiadores é fruto, em grande parte, dos estudos e orientações feitas por John Manoel Monteiro, que desde seu primeiro trabalho sobre índios e bandeirantes em São Paulo, vêm inovando do ponto de vista teórico-metodológico e prático, num diálogo profundo com a antropologia e os clássicos da historiografia colonial. Dois dos seus trabalhos são reveladores em relação às histórias indígenas no Brasil: “Negros da Terra”⁹ e “Tupis, Tapuias e Historiadores”.

O livro “Negros da Terra” pode ser enquadrado dentre aquelas obras desbravadoras da historiografia brasileira sobre o tema, inaugurando definitivamente a preocupação em tratar os indígenas brasileiros como sujeitos ativos no contexto da história colonial. Monteiro estuda num de seus principais capítulos, dentro do quadro da colonização de São Paulo, o processo de transformação do índio em escravo através de uma “adaptação resistente”, em que se vê, de um lado, um processo de integração imposto pelos portugueses e de outro o papel ativo desses índios no sentido de forjar “espaços próprios” nos limites daqueles padrões de convivência.

Em “Tupis, Tapuias e Historiadores”, tese de livre docência à cadeira de história indígena e do indigenismo apresentada à Unicamp, John Monteiro enuncia sistematicamente o formato da nova história indígena e, por meio da prática de

6**CARVALHO JÚNIOR**, Almir Diniz de. Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Campinas, SP: [s.n.], 2005. UNICAMP.

7**MONTEIRO**, John M. 2001.Op. Cit.

8**MONTEIRO**, Paula(Org).Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

9**MONTEIRO**, John M. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.São Paulo: Companhia das Letas, 1994.

pesquisa, demonstra quais as reflexões tem tomado visibilidade nos últimos anos. Nesse sentido, Monteiro afirmou que:

Este quadro vem mudando graças ao esforço crescente – sobretudo de antropólogos, porém também de alguns historiadores, arqueólogos e linguistas – que tem surgido em anos recentes em elaborar aquilo que podemos chamar de uma 'nova história indígena' (...) as questões postuladas a partir do final dos anos 1970 introduziram duas inovações importantes, uma prática e outra, teórica. Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena, que encontrava apoio em largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente se desmaterializava.¹⁰

A obra organizada por Paula Monteiro intitulada “Deus na aldeia” é um desses trabalhos que soube de forma primorosa dialogar com uma aproximação entre história e antropologia. Os artigos que compõem a obra, como a própria autora salienta, têm esse diálogo como uma das principais preocupações de seus autores. Aliada a questão central de analisar os processos de mediação cultural entre índios e missionários nos interiores dos aldeamentos, a proposta de pensar antropológicamente o trabalho missionário e a convergência de mundos simbólicos se mostrou altamente satisfatória.

Associando o tratamento etnográfico a uma documentação histórica, buscaram-se possibilidades de realizar uma antropologia simétrica do encontro entre missionários-indígenas. Num diálogo enriquecedor com as fontes estes trabalhos buscaram reconstruir o processo de encontro, desafiando as supostas limitações que a documentação histórica apresenta e insistindo em que é possível ler o olhar indígena nela inserido. Sem deixar de lado os diversos determinantes culturais que constituem “filtros” através dos quais os demais grupos dominantes percebiam os índios, o conjunto das fontes, de acordo com Paula Monteiro, pode ser tratado como uma narrativa na qual se depositam inúmeras vozes, sendo possível, nesse sentido, afirmar

¹⁰MONTERO, John M. op. cit.,p 05.

que também a voz indígena é interlocutora. Deve-se, assim, afirma Monteiro, transcrever as fontes de forma suficientemente ampla para devolver, ao mesmo tempo, o contexto histórico em que se produziram determinados acontecimentos, o contexto narrativo em que se articulam as informações e o contexto cultural a partir do qual os relatos foram escritos e no qual foram escritos¹¹.

Em tese intitulada de “índios Cristãos”, Almir Carvalho ampliou as perspectivas de estudos sobre o processo de evangelização na região da Amazônia portuguesa, privilegiando o papel dos agentes indígenas nas transformações ocorridas nos processos de conquista. Balizado por novos conceitos sobre identidade étnica e contatos interétnicos, além de uma vastíssima documentação retirada do tribunal do santo ofício, Carvalho construiu uma excelente análise da leitura que os índios faziam da situação colonial. O método histórico-antropológico permitiu uma melhor percepção do conjunto das fontes e ampliou a possibilidade de leitura dos papéis dos sujeitos, sejam eles índios, colonos e autoridades régias ou eclesiásticas nos processos de “interação” e contato.

A segunda questão está em grande medida associada à primeira, pois estas novas perspectivas tenderam a valorizar, também, as atuações dos índios para a compreensão dos processos históricos nos quais se inserem. Pois, à luz dessas renovações, e na ânsia de demonstrar que os índios tinham suas próprias representações e se viam como agentes ativos de seus destinos e não meras vítimas da história, alguns estudos tenderam muitas vezes a enfatizar a “resistência” indígena como principal característica resultante da relação de dominação. Assim, para romper com essa visão de passivos tenderam a opor “resistência” a “aculturação”. Entretanto estes estudos acabaram mantendo os índios em uma posição inexpressiva, da mesma forma que a historiografia tradicional lhes destinara: presos a pequenas circunstâncias criadas e pensadas pelos interesses europeus. De certa forma, estes estudos na perspectiva da “resistência” conferiram aos índios um papel de sujeitos, mas subordinados ao processo de dominação e que somente reagem a estímulos externos. Tal análise concebia as relações entre o indígena e o “colonizador” como um choque de dois blocos monolíticos, deixando para os povos nativos apenas dois papéis, os de vítimas de aniquilação ou de mártires da conservação de sua cultura anterior a conquista e subsequente colonização.

11MONTEIRO, Paula (Org.), op. cit.. p 15.

Entretanto, em alguns estudos a noção de resistência tem sido repensada. Nesse sentido, a análise desses historiadores procura romper com abordagens que consideravam a resistência como uma “reação anônima, coletiva e estruturalmente limitada”¹² enfatizando que muitas sociedades indígenas tiveram que adotar novas formas de resistências. Assim, como Monteiro registrou, nessas pesquisas foram privilegiadas as estratégias próprias dos grupos indígenas que visavam não apenas a mera sobrevivência, mas também a permanente recriação de sua identidade e de seu “modo de ser”, frente às condições adversas¹³.

Os estudos de Edson Hely Silva¹⁴ e Maria Regina Celestino de Almeida¹⁵ dialogam intimamente com essa perspectiva de análise, demonstrando, em linhas gerais, as formas de resistência indígena a partir das transformações etnoculturais, com a finalidade de garantir seus direitos ao território e à manutenção de seus status jurídico-político-social, enquanto etnias diferenciadas.

Esse conjunto de trabalhos citados foi relevante nas nossas discussões e nos possibilitou uma melhor compreensão das situações impostas pelo contato. Assim, pretendemos demonstrar no decorrer desta dissertação que, mesmo em situações adversas, os grupos indígenas agiram e se posicionaram de forma ativa e criativa diante das novas conjunturas.

12 **MONTEIRO**, John M. Armas e armadilhas - História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 243

13 **MONTEIRO**, John M. op. cit., p. 244.

14 **SILVA**, Edson Hely. *O Lugar do índio. Conflitos, Esbulhos de terras e Resistência indígena no século XIX: O caso de Escada - PE (1860-1880)*. Dissertação de Mestrado apresentada à UFPE, Recife: 1995 (Mineo).

15 **ALMEIDA**, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; e **ALMEIDA**, Maria Regina Celestino de. *Comunidades Indígenas e Estado Nacional: Histórias, Memórias e Identidades em construção (Rio de Janeiro e México- Séculos XVIII e XIX)*. In: Marta Abreu; Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (ORG). *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 2007.

CAPÍTULO I

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS: ENCONTROS E DESENCONTROS DE DOIS MUNDOS.

A aquele sítio se deu o nome de Encontro Feliz: mostraram sentir a nossa separação, e na margem do rio se conservaram batendo palmas até que perderam de vista as nossas canoas... (D’Almeida, Hermenegildo. Cronista do IHGB)¹⁶.

O porto da Bahia amanheceu bastante movimentado. Não que normalmente não o fosse, mas aquela especial situação reuniu naquela singela manhã algumas “pessoas ilustres” no local. De um lado, as autoridades debatiam as ultimas questões pendentes, de outro, os marinheiros da tripulação finalizavam os preparativos para o embarque. Estava quase tudo certo e em poucos momentos finalmente poderiam partir para o tão esperado destino. A comitiva organizada era composta por um juiz, um missionário, um cronista do Instituto Histórico e alguns marinheiros, todos cientes de seus deveres nessa nova empreitada. Certamente estavam ansiosos pelo que viria, entretanto jamais deixariam que o medo do inesperado sobressaísse à tão “digna tarefa de um povo cristão e civilizado”.

Alguns dias em alto mar e logo ao raiar das horas avistaram o Monte Pascoal. O monte que representava desde os primeiros tempos as imagens da colonização. O monte que pela importância que carregava poderia auferir bons tempos á missão que

¹⁶ Cf. **D’ ALMEIDA**, Hermenegildo Antônio Barbosa. Viagem as villas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre do Mucury e os rios Mucury e Peruhipe (23/9/1845) IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo VIII, 1867, pg. 444.

se iniciava. Assim, a viagem seguia e, antes do esperado, estavam próximos ao ponto de desembarque: a Vila de Caravelas¹⁷.

Era dia 15 de junho de 1845. Após seis dias de viagem, finalmente, aportaram no destino. A vila anteriormente desenhada apenas na imaginação parecia surpreendê-los com o tamanho e a prosperidade. Talvez eles não soubessem, mas muito da bela estrutura que presenciavam fora erguida a muito sangue e suor dos chamados “índios mansos” que habitavam aquelas localidades¹⁸. O comércio de farinha de mandioca, pungente desde o século XVIII, havia transformado Caravelas num importante centro comercial, fato que certamente animava os novos projetos.

Trinta dias se passaram até o recebimento dos materiais indispensáveis a missão. A espera foi cansativa, porém produtiva. Esse pequeno tempo possibilitou a todos a necessária adaptação ao clima. E ainda, o estabelecimento de “saudáveis relações” com as figuras proeminentes da vila.

Organizaram um roteiro. Passariam a princípio nas povoações próximas. Fariam um reconhecimento dos rios. E, por fim, tentariam um contato mais estreito com “aqueles infelizes para quem deveriam levar a civilização em nome Deus e do Estado”: os ferozes Botocudos¹⁹.

¹⁷ Localizada às margens do rio homônimo, Caravelas era uma das mais antigas vilas do sul da Bahia. Vinculada política e administrativamente à Comarca de Porto Seguro até meados do século XIX, essa vila se tornou a maior e mais próspera da região, devido às intensas atividades comerciais do seu porto. Esse comércio se estendia para além das vilas e regiões próximas chegando navios de Pernambuco, Salvador, Rio de Janeiro e outras províncias. Maximiliano informou que não foram poucas às vezes em que, ao mesmo tempo, essa vila se encontrava cercada por trinta a quarenta embarcações ancoradas. Devido à importância que alcançou, em 1844, quando foi reestruturada a divisão judiciária da Província da Bahia, Caravelas foi transformada em comarca autônoma. Nessa reorganização a nova comarca se responsabilizaria juridicamente pelas vilas de Alcobaça, Prado, São José do Porto Alegre (atual Mucuri) e Viçosa. A comarca de Caravelas fazia divisa ao norte com a comarca de Porto Seguro, ao sul com o rio São Mateus no Espírito Santo a oeste com a província de Minas Gerais e a leste com o Oceano Atlântico.

¹⁸ Considerando de forma ampla toda a faixa interiorana da região Sul da Bahia que era coberta pela mata atlântica e a faixa costeira adjacente percebemos insuficiência e imprecisão dos dados sobre as populações indígenas que ali habitavam cujas indicações étnicas só se tornam perceptíveis ou mais nítidas a partir do século XVIII. Contudo, foi somente a partir do século XIX, com a conquista efetiva das matas interiores da região, que se pode conhecer melhor a identidade dos diversos povos indígenas que ali viviam. De modo geral podemos afirmar a partir do que se depreende da documentação, que população indígena da Comarca de Caravelas era formada por diversos grupos da família lingüística Macro Jê, mais especificamente por Pataxós, Maxacalis, Botocudos e Kamakã - Mongoió, além de alguns descendentes dos Tupis ou Tupiniquins.

¹⁹ Em 1808 com a decretação de guerra ofensiva aos grupos genericamente chamados Botocudos, construiu-se convenientemente a ideia de que todo grupo “bravio” e que vivia vagando pelas matas era Botocudo. Este seria não só um índio vivo, mas aquele contra quem se guerreia por excelência nas primeiras décadas do século XIX, e sobre o qual a ciência se debruçava. Sobre essa questão Manuela Carneiro da Cunha afirma que: “Nesse século (XIX) de grandes explorações, o Botocudo não é o único índio que interessa à ciência, mas, é sem dúvida, o seu paradigma. O que os Tupi-guarani são à nacionalidade, os Botocudos são à ciência”. Cf. **CUNHA**, Manuela Carneiro da. **Historia dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pg.136.

Desceram em direção ao Mucuri. Matas até então pouco exploradas²⁰. Rio de curso desconhecido, com grandes extensões ainda não mapeadas. Qual seria o melhor lugar para a instalação do novo aldeamento? Talvez o pequeno sítio de São José Grande. Ou quem sabe a Lagoa do Gentio? Nome sugestivo por si só. Contudo, acreditavam que o lugar ideal deveria possuir as condições necessárias para a atração e fixação dos indígenas à terra: abundância de água doce, solo arável e ainda, uma desejada proximidade das vilas, essencial ao comércio, proteção e reabastecimento do aldeamento. Certamente a proximidade com fazendas e madeireiras também seria levada em conta. Afinal, o uso de mão de obra indígena pelos fazendeiros, sempre foi uma intenção do projeto. Intenção não explicitada, mas real.

Não demorou muito e escolheram o local considerado perfeito. No entanto, antes do esperado ficaram frente a frente com um grupo de índios. Era pouco mais de uma da tarde do dia 15 de agosto, a exatos dois meses do desembarque. Naquele momento, perceberam no mato, ao lado norte do rio Jacarandazinho, a presença do “gentio”. Com certa cautela encostaram vagarosamente com as duas canoas que os transportavam. E de repente eis que surge o Capitão Mac-Mac acompanhado por dois índios, que aparentavam ser uma anciã e um guerreiro. Iniciava-se, assim, o primeiro encontro dos índios com a missão²¹.

O encontro entre missionários e povos indígenas, desde o início do período colonial, foi marcado por um intenso processo de transformação. Tanto os ameríndios quanto os missionários rearticularam-se e reorganizaram-se, mas, em grande medida, o fizeram pautado em suas próprias experiências anteriores, dialogando também com as novas conjunturas.

Contudo, isso nem sempre foi pensado assim. Em tese sobre a questão da terra nos rios Mucuri e Jequitinhonha no século XIX, Áureo Ribeiro²² – num dos poucos trabalhos que de alguma forma buscou estudar a trajetória dos índios nessa região – construiu uma análise da história desses povos centrada quase exclusivamente nas “narrativas de extermínio”. Com tons bastante claros de denúncia da realidade vivenciada pelos indígenas nesse contexto, as críticas engendradas por esse autor

²⁰ É necessário ressaltar que estamos falando do trecho pertencente ao lado baiano e que a porção mineira desde a década de 1830 já havia sido explorado e ocupado.

²¹ Narrativa baseada nas memórias da viagem às vilas de Caravela, Viçosa, Porto Alegre de Mucuri, e aos rios Mucuri e Peruípe feitas por Hermenegildo Barbosa d’Almeida. Cf. **D’ ALMEIDA**, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op.Cit. Pg. 425 – 452.

²² **RIBEIRO**, Áureo Eduardo Magalhães. As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no mucuri e Jequitinhonha. (Tese de Doutorado), Campinas, Unicamp, 1997.

cercaram os índios de uma participação ativa na história. Desta forma, compreendia os índios como corpos “amorfos”, que ofereceram uma resistência meramente “vegetal” à dominação que lhes era imposta, restando-lhes apenas “a história de uma guerra, morte e massacre²³”.

As notícias publicadas por Teófilo Ottoni sobre as práticas de “matar uma aldeia” parecem ter aniquilado também as histórias e memórias desses povos²⁴. Uma história que aparentemente não precisaria ser contada, pois, já se sabia o resultado, antevendo assim os derrotados e os vitoriosos. Seguindo essa premissa que consideramos equivocada, Áureo Ribeiro, ao tratar dos grupos indígenas que habitavam esses “sertões”, afirmou com certo pesar:

Por último ficou a lembrança de uma dura derrota porque as reações dos indígenas foram tímidas diante de ataques tão brutais. Parece que eles deixavam-se matar, tão grande foi a diferença entre a ofensa e a resposta. Faziam pequenos ataques guerrilheiros, aterrorizavam viajantes incautos; respondiam aos ataques de colonos com suicídios e fugas. Respostas simbólicas que atestavam uma derrota evidente²⁵.

O extermínio físico decerto foi, para esse autor, um dos principais instrumentos de liquidação dos índios do Mucuri. Entretanto, ele apresenta em sua análise o processo de “aculturação” indígena como “o grande combate dessa guerra”. Pois, para Ribeiro, “civilizar” os índios por meio da catequese ou da imposição dos costumes europeus foi à pior e mais cruel “arma da colonização”, um dos primeiros sintomas mais dramáticos da “desintegração da cultura nativa, o cartão de visitas para os índios que sobreviviam ao extermínio direto”. Nesse sentido ele afirmou que: “os sobreviventes da guerra na mata – provavelmente a maior parte dos índios do Jequitinhonha e Mucuri – sofreram um massacre muito mais sofisticado: foram obrigados a aceitar a civilização”²⁶.

As interpretações dadas por esse autor sobre os índios do Mucuri foram extremamente rígidas. Nesse sentido, sua leitura subtraiu esses povos da dinâmica

²³ **RIBEIRO**, Áureo Eduardo Magalhães. Op.Cit. pg. 50.

²⁴ Cf. **OTTONI**, Teófilo. Notícias sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: **DUARTE**, Regina Horta(org.) Notícia sobre os selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, pg. 47.

²⁵ **RIBEIRO**, Áureo Eduardo Magalhães. .Op.Cit. Pg. 53.

²⁶ **RIBEIRO**, Áureo Eduardo Magalhães. .Op.Cit. Pg. 54.

histórica, não atentando inclusive para a presença marcante, ainda hoje, de diversos grupos reivindicando sua identidade étnica.

Sabemos que estudar as sociedades indígenas e suas relações com os não índios é uma tarefa revestida de inúmeras dificuldades. Contudo, temos que, antes de tudo, superar a rigidez dessas análises e não simplesmente buscar aquilo que se perdeu, a partir das relações de contato, e sim o que se transformou²⁷. A observação de Manuela Carneiro da Cunha é bastante esclarecedora a este respeito:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura ‘politicamente correta’ foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos²⁸.

A interpretação criticada por Cunha concebeu as relações entre o indígena e o “colonizador” como um choque de dois blocos monolíticos, deixando para os povos nativos apenas dois papéis, os de vítimas da aniquilação ou de combatentes pela conservação de sua cultura supostamente “originária” anterior a conquista e colonização²⁹. Tal visão é tão politicamente correta quanto historiográfica e etnologicamente equivocada.

Ainda que a violência e as perdas culturais indígenas não possam deixar de ser explicitadas, penso que, ao se enfatizar as perdas, a suposta aculturação, as desestruturações de tradições, perdem-se movimentos muito mais complexos de inter-relação, transformação e ressignificação, processados por esses grupos indígenas em suas trajetórias históricas. Em recente estudo sobre os processos coloniais de emergência étnica, Guillaume Boccara³⁰, afastando-se do paradigma da aculturação, demonstra que os historiadores devem estar sempre atentos a construção

²⁷ Cf. **MONTEIRO**, John M. Armas e armadilhas - História e resistência dos índios. In: **NOVAES**, Adauto (Org.). A Outra Margem do Ocidente, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²⁸ **CUNHA**, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pg. 17-18.

²⁹ **CARVALHO JÚNIOR**, Almir Diniz de. Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia portuguesa 1653-1769. (Tese de Doutorado) Campinas, Unicamp, 2005.

³⁰ **BOCCARA**, Guillaume. Mundos Nuevos em las fronteras Del Nuevo Mundo: Relectura de los procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje em Tiempos de Globalización. Mundo Nuevo Nuevos Mundos, 2000.

de fluxos e fronteiras traduzidas a partir das relações dos índios com diferentes agências e atores sociais. Segundo Boccara:

antes de abordar el estudio de los procesos de aculturación de las sociedades de los márgenes de los imperios se hace necesario aprehender los mecanismos a través de los cuales el otro lado de la frontera (el indígena) se encuentra pensado, clasificado y creado por este lado de la frontera (el hispano-criollo). Podríamos incluso interrogarnos sobre el valor explicativo de las aproximaciones en términos de aculturación para esclarecer los procesos de etnificación y reificación³¹.

Nesse sentido, ressalta:

(...) los ritos de conquista y colonización generan alteridad y etnicidad. Sabemos, por ejemplo, que la identidad contrastada entre “carib” y “arauca” es producto de la conquista. También se hádemonstrado que términos como “chichimecas” o “araucanos” son heterónomos que no corresponden a entidades e identidades étnicas que hayan existido en la realidad. El principio de bipartición de las tierras americanas entre salvajes y civilizados aí como también las operaciones de categorizaciones étnicas deben ser estudiadas en sus modalidades, procedimientos y efectos³².

O projeto de colonização sistemático e o povoamento não indígena na região sul da Bahia compuseram um processo com duração de quase um século, que se iniciou, de forma mais contínua, com a criação de vilas de índios na segunda metade do século XVIII, até a consolidação dos empreendimentos civilizatórios levados a cabo pelos missionários capuchinhos no decorrer do século XIX.³³

Desta forma, percebo que os movimentos colonizadores presentes desde o século XVIII no litoral e outras regiões repercutiram na percepção indígena, na (re) construção de identidades étnicas, nos cotidianos, nas estratégias de sobrevivência e nos relacionamentos com outros grupos ali reunidos. Os índios – fossem eles Maxakalis, Pataxós, Botocudos ou Kamakãs – que viviam e “vagueavam por essas matas” foram no decorrer do tempo se reconstruindo, e assim, quando os capuchinhos italianos passaram a atuar na região, sucessivos eventos, encontros e disputas já relacionavam índios e não índios. Decerto, elementos dos quais, ao iniciar as

³¹ BOCCARA, Guillaume. Op. Cit. Pg. 35

³² BOCCARA, Guillaume. Op. Cit. Pg. 36

³³ Com o fim do século XIX e a extinção dos aldeamentos iniciou-se uma política de proteção aos povos indígenas capitaneada pelo governo republicano através do SPI – Serviço de Proteção ao Índio. Sob a tutela do SPI foi criado na região sul da Bahia os Postos Indígenas Caramuru e Paraguaçu em 1926.

missões, os capuchinhos não tinham conhecimento. E em busca do índio bravio, visto como uma “tabula rasa”, partiram para levar a “civilização” e o cristianismo.

O objetivo deste capítulo é descortinar as experiências adquiridas por esses grupos de índios considerados bravios durante os séculos XVII e XVIII e que, em grande medida, foram de fundamental importância para o estabelecimento, de novas relações com os missionários capuchinhos a partir da segunda metade dos oitocentos. É importante levarmos em conta o fato de que, ao contrário do que muitos de nós pensamos, esses índios, apesar de viverem “vagueando pelas matas”, haviam construído um conjunto de relações pautadas através de contatos aparentemente intermitentes e descontínuos com diversos moradores de vilas e quartéis. Contatos que lhes permitiram construir uma base sólida de conhecimentos e inteligibilidade das estruturas socioculturais daquele microcosmo em que estavam inseridos. Nesse sentido, iremos tentar compreender, a partir do desenrolar dos conflitos, de que forma estes sujeitos formularam estratégias, lutaram por seus interesses e se movimentaram diante de um quadro de mudanças significativas. Sem ignorar o violento processo de conquista e subjugação, pretendemos explorar as pistas que reconstroem outras histórias indígenas, pois como bem colocou John Monteiro, “as narrativas sobre a dizimação muitas vezes soterram a memória de outras vivências e de outras lógicas que não a da destruição deliberada³⁴”.

1.1 - O sertão e suas fronteiras: interação e mobilidade no extremo sul da Bahia

A princípio foram os Aimorés extremamente perigosos para os estabelecimentos ainda fracos dos portugueses; mais tarde, porém, foram eles vigorosamente repelidos para o interior das matas onde ainda hoje existem com o nome de Botocudos (...) vê-se que foram sempre considerados como os mais ferozes de todos os tapuias

³⁴ MONTEIRO, John M. Prefácio. In: WITTMANN, Luisa Tombini. O Vapor e o Botoque: Imigrantes alemães e índios Xokleng no vale do Itajaí/SC (1850 – 1926). Florianópolis. Letras Contemporâneas, 2007, pg. 14.

(...) suas sedes principais são, porém, as grandes matas virgens, nessas matas erram eles livremente³⁵...

Não são poucas as referências sobre as investidas bélicas dos Aimorés na capitania de Porto Seguro. Em grande medida, atribui-se a esses índios o estado precário, isolado e pouco desenvolvido atingido por essa donataria em fins do século XVII e início do XVIII, levando-a a falência.

Estes conflitos tiveram como atores principais os Tupis, os Aimorés e os colonizadores e, segundo Bert Barickman, datam desde as primeiras décadas do século XVI³⁶. Ao pesquisar o período da efetivação da posse e instalação da capitania de Porto Seguro por Pero de Campo Tourinho, Barickman registrou, que, após um momento inicial de crescimento, a região sofreu bastante devido às fugas dos índios e falta de mão de obra. Em consequência dessa situação, os colonos encetaram um processo, cada vez mais sistemático, de entradas para o “sertão” com o objetivo de apresamento da mão de obra indígena³⁷.

Esse cenário de confrontos mútuos foi agravado com o passar do tempo e provocou a interrupção dos investimentos de particulares. Com os colonos desestimulados pelas numerosas dificuldades, Porto Seguro sofreu um processo de descapitalização provocado pelos constantes abandonos dos seus habitantes. Caminhando, nesse sentido, a um quase que total isolamento econômico, levando, inclusive, logo em seguida, o Rei a confiscar a capitania e suspender os recursos até então destinados a esta. Criava-se, a partir dessa conjuntura, nos sertões da capitania, uma área na qual os únicos que imperavam eram os índios considerados inconstantes, bárbaros e nômades.

Certa passagem descrita por Ferdinand Denis sobre esses acontecimentos dos séculos XVII e XVIII é bastante interessante³⁸:

Estas paragens já não se atravessam sem riscos extremos de vida, exclama Francisco da Cunha; e se não se encontra algum modo de

³⁵ **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989, pg 284-285.

³⁶ **BARICKMAN**, B. J. “Tame Indians”, “Wild Heathens” and Settles in southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries. *The Americas* 51:3 January 1995, 325.

³⁷ **BARICKMAN**, B. J. Op. Cit. Pg. 329.

³⁸ Cf. **DENIS**, Ferdinand. Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, 434 pgs.

destruir os bárbaros, eles aniquilarão os estabelecimentos da Bahia, para os quais se dirigem pouco a pouco.³⁹

E continua:

Os engenhos de açúcar já não trabalham, porque todos os escravos e demais pessoas que neles se ocupavam foram mortas. Os que conseguiram escapar, tal terror conceberam daqueles bárbaros, que, ao ouvirem as palavras – Lá vêm os Aimorés – cada um abandona o que possui e busca pôr-se a salvo. É o que fazem os próprios brancos, portanto, desde que há vinte e cinco anos que esse flagelo assola as duas capitanias (Porto Seguro e Ilhéus), estes Aimorés tem dado morte a mais de trezentos portugueses e três mil escravos⁴⁰.

Embora possamos rebater tal assertiva afirmando que o texto de Ferdinand Denis não é dos mais confiáveis, esse trecho parece ser bastante ilustrativo do referido processo⁴¹. Mais do que o conteúdo em si, encontramos no texto de Denis uma recorrente imagem sobre os índios “bravios”, em especial os Botocudos (Aimorés), habitantes das faixas interioranas do sul da Bahia. Imagem criada em consonância com a de “sertão”, a qual no século XVIII, a partir dos discursos dos colonizadores, era caracterizada pelo afastamento da “civilização” e total isolamento. Visto como áreas ignotas, inexploradas e “primitivas”, estes locais emergiram como verdadeiros “sertões dos índios brabos”⁴².

Desde fins do século XVII, com a já referida falência da Capitania de Porto Seguro, a parte interiorana dessa região esteve isolada do processo de expansão da sociedade colonial. De forma complementar, a descoberta do ouro em Minas Gerais intensificou esse processo de isolamento. A legislação que restringia o acesso às áreas mineradoras formou uma área onde a circulação de pessoas e mercadorias, abertura de caminhos, estradas e colonização deveriam ser tolhidas. Assim, criou-se o imaginário da mata insalubre e proibida, cujo exotismo e impenetrabilidade a aproximavam daquele criado sobre os índios Botocudos que nela habitavam aos quais

³⁹ DENIS, Ferdinand. Op. Cit. Pg.223- 224.

⁴⁰ DENIS, Ferdinand. Op. Cit. Pg. 223.

⁴¹ É importante registrar que boa parte dos textos de Denis não são resultado de suas experiências de viagens e sim a uma compilação de relatos de outros viajantes e/ou invenção. Ele atuou mais á semelhança de um memorialista que compilou informações lidas ou ouvidas sobre aldeias, vilas e índios pelas quais se interessava.

⁴² De acordo com Janaína Amado, no século XIV os portugueses utilizavam a palavra sertão com o propósito de designar áreas dentro de Portugal, mas distantes de Lisboa. A partir do século XV, contudo, tal significado estende-se. No contexto da expansão ultramarina, a categoria sertão servia para caracterizar os vastos espaços interiores dos territórios recém-conquistados, especialmente os ainda não controlados, incógnitos e sobre os quais apenas havia registros precários ou nenhuma informação. Cf. AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 8, n° 15, 1995, pg. 146.

se atribuíam atitudes violentas e hábitos antropofágicos. Era a chamada zona tampão, uma espécie de Estado-tampão, que tinha como limite, ao norte, a margem direita do Rio de Contas, a oeste, Minas Gerais, ao sul, o Rio Doce, no Espírito Santo, e a leste o litoral sul baiano⁴³. Esse espaço buscava, entre outras razões: cercear a migração descontrolada para as zonas de mineração, tanto de reinóis, quanto de colonos; evitar o contrabando; controlar o comércio; e criar uma barreira para a penetração de estrangeiros.

O conjunto de proibições que deu origem a zona tampão não ocorreu de forma simultânea. Ele foi, aos poucos, sendo determinado a partir das experiências vivenciadas nas zonas auríferas. Desde 1701, quando foram ordenadas as primeiras proibições, até fins da década de trinta daquele século, o Estado português decretou uma série de alvarás e cartas régias com a intenção de restringir ou pelo menos reduzir o acesso a essa área.

De acordo com Paraíso:

O fator de isolamento [dessa área] foi a descoberta de ouro na região onde depois se criou a capitania de Minas Gerais. As consequências foram a preferência pelas rotas internas que ligavam São Paulo às cabeceiras do rio Doce e ao S. Francisco, a redução do número de entradas que caçavam índios e o abandono das rotas litorâneas por onde se chegava à serra das Esmeraldas (...). Porém o descontrole na ocupação da região, o contrabando do ouro, as crises de abastecimento e os conflitos entre paulistas e baianos fizeram com que a Coroa determinasse medidas restritivas de acesso à região, como as de 1701, quando foram fechadas as rotas dos Sertões do Norte, ou seja, as rotas baianas. Algumas liberações foram estabelecidas em 1703, mas as proibições tornaram-se mais radicais a partir de 1724, quando por Carta Régia foi proibida a abertura de novos caminhos ou picadas para as minas, principalmente pelos sertões do Leste, onde se situava o vale do Mucuri. Esta proibição perdurou até o fim do século XVIII, quando a redução da quantidade de ouro extraído exigiu a busca de novas alternativas econômicas.

Devemos acentuar, entretanto, que devido ao crescimento demográfico e a incessante procura por ouro – aumentando assim, o desinteresse pela produção de gêneros de subsistência –, a sobrevivência nessas áreas de mineração esteve condicionada, em grande medida, aos centros externos produtores de alimentos, e mais, a sua capacidade de produzir e comercializar. Nesse sentido, a proibição das

⁴³ Para melhores esclarecimentos sobre as questões envolvendo a chamada ZonaTampão consultar: **PARAÍSO**, Maria Hilda B, 1998. “O Tempo da dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”. Tese de Doutorado em História. FFLCH - USP. 5 vol.

rotas de acesso, que em muitos casos se confundiam com as rotas de comércio, levou a um encarecimento dos produtos, além de ampliar infinitamente as dificuldades de suprir o mercado minerador.

Por esses e outros motivos, em alguns momentos específicos, as proibições foram sendo suavizadas. O comércio de gado pela rota baiana foi uma dessas exceções. O regimento das minas determinava que em hipótese nenhuma “pessoas da Bahia podia (sic.) levar às Minas, pelos caminhos do sertão outra coisa senão gado, e que os que pretendessem exportar qualquer mercadoria para as mesmas, deveriam navegar para o Rio de Janeiro, tomando daí o rumo de Parati”⁴⁴. O interesse do governo português com a mudança das rotas passava ainda pela necessidade de promover a incorporação definitiva do sul do Estado do Brasil ao circuito interno de comércio e, assim, efetivar seu controle político sobre aquela região.

Embora, como vimos, as proibições tenham tido um caráter bastante severo, sua constante e paulatina redução tornou-se inevitável. É inegável que as conjunturas ditavam os ritmos de penetração e ocupação e, muitas vezes, a fiscalização precária ajudava, fazendo com que os descaminhos existissem. Contudo, algumas áreas, mesmo antes da formação da zona tampão, possuíam rotas pouco exploradas, como por exemplo, o vale do Mucuri⁴⁵.

No entanto, alguns cronistas, como por exemplo, Luís dos Santos Vilhena, são categóricos ao caracterizar esses locais isolados e “infestados” de índios bravos como interessantes à exploração econômica por possuírem riquezas naturais:

Dentro das Capitanias centrais, há em todas imensos terrenos não descobertos e cheios de inumeráveis nações de gentios bravos. Nas capitanias do sul sucede o mesmo. O terreno intermédio de Minas Novas e Gerais, com costa do mar começando pouca léguas a sul da baía de Todos os Santos, pelas cabeceiras das comarcas de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro, procurando as cabeceiras de São Paulo e daí ao Cuiabá e Mato Grosso, são sertões pouco conhecidos, riquíssimos de madeiras e habitados de muitas nações de índios bravo⁴⁶.

⁴⁴ VASCONCELOS, D. R. de. Descobrimento das Minas Gerais. RAPM. Belo Horizonte, Vol. 06, Pg. 787.

⁴⁵ O vale do Mucuri situa-se nos limites entre Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. As nascentes formadoras do Mucuri nascem no nordeste mineiro e deságua no litoral sul baiano, na antiga vila de São José do Porto Alegre, atual cidade de Mucuri. A bacia desse rio faz parte da bacia agrupada do Atlântico Leste e limita-se com as bacias do Peruípe, Itanhem, e São Mateus.

⁴⁶ VILHENA, Luís dos Santos. Pensamentos políticos sobre a colônia. Publicações históricas. Arquivo nacional, 1987, p.48.

Os sertões que abrangiam parte da capitania de Porto Seguro e que posteriormente, no século XIX, passam a fazer parte da comarca de Caravelas foram sendo “devastados” em dois momentos específicos. O primeiro com a criação das vilas de índios no século XVIII, por volta de 1760. E o segundo, em especial a região do vale do Mucuri, a partir de 1808, quando a drástica redução da quantidade de ouro extraído exigiu a busca de alternativas econômicas para as áreas das minas, nesse sentido, diversos incentivos foram criados para viabilizar a sua colonização.

As discussões a respeito da viabilidade econômica da região apontavam – tanto na conjuntura de 1760 quanto em 1808 – a presença indígena como o grande obstáculo à concretização dos projetos. Os índios referidos pelos colonizadores tratavam-se daqueles conhecidos como “bravos”. Ou seja, os que mantinham as línguas maternas, o relativo controle sobre seu território, além de organizações sociais e expressões simbólicas consideradas selvagens pelos brancos.

Os índios que viviam nos sertões causavam sempre e, quase ao mesmo tempo, curiosidade e horror, povoando o imaginário dos colonos com componentes fantasiosos. Este tipo de registro esteve presente desde as primeiras narrativas coloniais e construíram sempre uma linha demarcatória entre o sertão e as regiões ocupadas pela “civilização”. Analisando alguns registros coloniais sobre os sertões, Teodoro Sampaio ressalta as imagens construídas nessas fontes:

Da inúmera e bárbara gente que habitava os sertões corriam estranhíssimas versões. Os Guaiassús da extrema accidental eram anões (...). Os Mattuiús tinham os pés para trás. Os Coruqueanas eram gigantes de 15 pés de alto, adornando-se com pedaços d'ouro os beiços e narizes. Corria a notícia de uma tribo do Ceará que usava comer os velhos para lhes poupar o trabalho de viver. Uma tribo dos pampas meridionais tinham pernas como aves. A maior parte de tão estranha gentildade era de uma feridade indiscutível. Ninguém ousava penetrar-lhes os domínios sem séqüito numeroso e respeitável⁴⁷.

Sobre os grupos indígenas dos sertões de Caravelas também não faltaram descrições e relatos fantasiosos. Apesar da variedade de grupos que povoavam essa região, a centralidade desses relatos recaia - quase exclusivamente - sobre os Botocudos. Estes eram descritos como horripilantes com o corpo todo pintado e deformado por botoques e com insaciável desejo por carne humana (ver Imagem 1).

⁴⁷SAMPAIO, Teodoro. Apud Paulo Pereira dos Reis. O indígena no vale do Paraíba: Apontamentos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo, 1979, pg.319.

O engenheiro militar francês Pedro Victor Renault, responsável por mapear o curso do rio Mucuri, na década de 30 do século XIX, de Minas Novas a São José do Porto Alegre, relatou com espanto que um menino Botocudo, seu criado, quando faminto acariciava a sua mão e pedia: “- Corta a sua mão aqui pra mim (sic) comer ela”, demonstrando o que ele chamou de ferocidade e primitivismo desses índios. Aliás, os adjetivos, acima mencionados, foram os mais utilizados para descrever e classificar as “gentes dos sertões”⁴⁸.

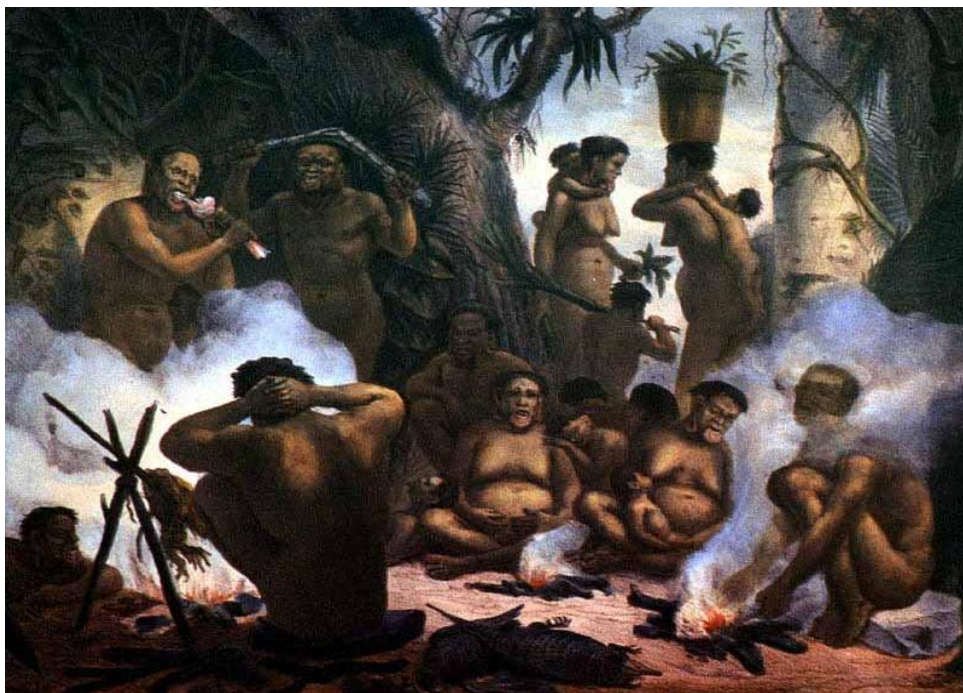


Imagem 1: Botocudos, Puris, Pataxós, Maxakalis por J. B. Debret.

Assim como o mar oceano era dito “tenebroso” e assustador no início da expansão marítima, os sertões exerceram repulsa e atração. E a partir do estabelecimento das vilas um novo cenário político-econômico⁴⁹ passa a ser projetado, estimulando, nesse sentido, a expansão da sociedade colonial sobre o território habitado por estes grupos indígenas que, como vimos, estavam intimamente relacionados à idéia de sertão. O sertão visto agora como uma fronteira que deveria ser atravessada, criando a partir de então novas áreas de ocupação.

⁴⁸REINULT, Pedro Victor. Relatório da exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. Governo de Minas Geraes pelo engenheiro Pedro Victor Reinault, tendente a procurar um ponto para degredo. IN: *RIHGBr*. Rio de Janeiro, Tomo VIII, 1867, pg. 356-375.

⁴⁹ Com relação a esse novo cenário político-econômico estamos nos referindo ao contexto pombalino, que será analisado no fim do capítulo.

Contudo, esta não era apenas uma fronteira física, com vegetação densa, topografia acidentada e vias fluviais pouco exploradas, era também uma fronteira política, em virtude do alcance das “áreas proibidas”. Era, ainda, uma fronteira econômica, na medida por não estar inserida no circuito das relações produtivas e comerciais nacionais e internacionais. E, por fim, tratava-se também de uma fronteira social e simbólica construída sob a égide do binômio civilização e barbárie.

Desta forma, com um estímulo governamental os colonos buscaram expandir as fronteiras em direção a este sertão, com afincos de atravessá-lo e colonizá-lo. Entretanto, mais do que armas e espírito desbravador para enfrentar as intempéries, a geografia desfavorável e as intransitáveis florestas, esses novos ocupantes teriam de criar estratégias de relacionamento com os grupos indígenas ali reunidos.

A abertura e transformação desses espaços resultaram de um longo e intermitente percurso de conflitos e negociações. A aliança com as populações indígenas era condição *sinequanon*. E as formas pelas quais as alianças eram estabelecidas variavam de acordo com uma série de questões, dentre elas, as diferenças sócio culturais e estratégicas dos diferentes grupos indígenas e as circunstâncias em que ocorriam esses encontros interétnicos, demonstrando, por sua vez, que as populações nativas utilizavam essa situação como uma forma de satisfazer seus interesses.

1.2 - Estratégias indígenas e portuguesas na construção de alianças no sertão dos “tapuias”.

Chegou neste tempo um grande torço de gentio reconduzido pelos línguas, que tinha mandado vindo de varias nações a ver-me, aos quais patenteei que deles se não queria mais que estarem em paz conosco digo em paz com os brancos(...).⁵⁰

⁵⁰ Cf. GUIMARÃES, João da Silva. A Bandeira de João da Silva Guimarães (26/05/1734) IN:Porto, Reinaldo Ottoni. Primeira Parte: A Bandeira de João da Silva Guimarães; Segunda Parte: Selvagens do Mucuri. INRIHGMG; Belo Horizonte: Tomo II, 1945, pg.: 147.

Impávidos pelo afã de conquistar e expandir seus territórios e na esperança de encontrar outras áreas mineradoras, criavam-se novas bandeiras com o intuito retomar os caminhos até então deixados de lado pelo projeto colonizador. Partindo das margens dos rios Mucuri, São Mateus e outros, os novos exploradores defrontaram-se com várias nações indígenas, entre elas os vários subgrupos Maxakalis, Pataxós, Botocudos e Kamakãs⁵¹. Esses foram sendo contatados em momentos diferentes, mas somente a partir dessas investidas é que podemos conhecê-los melhor, precisar suas singularidades socioculturais – mesmo de forma precária – e compreender as formas de interação/aproximação intergrupais e com os não índios.

O grande precursor dessa conquista no século XVIII foi mestre de campo João da Silva Guimarães, que em março de 1730, foi autorizado pelo Conde de Sabugosa a organizar uma entrada pelo rio São Mateus. Em carta a S. Majestade El Rey comprometeu-se em mantê-lo informado “dos principais passos daquela campanha” que objetivava atravessar essa região em busca de riquezas minerais e notícias “daquele gentio que senhoreia tão vastíssimo sertão.”⁵²

Para o empreendimento, Guimarães registrou ter aparelhado “como consta das certidões, que tenho tirado, uma grossa bandeira a minha custa” ajuntando “ao grosso número de escravos, que mandei, alguns valorosos sertanistas (...) a quem juntamente aparelhei com munições e armamentos necessários [à conquista]”. Nomeou o mestre de campo Domingos Homem del Rei por cabo e responsável de sua empreitada, sem o qual “não poderia obrar coisa que fosse digna de crédito para o fim que os mandava”, pois, foi “debaixo de sua conduta que armei a minha bandeira, [dando-lhe] o posto de Capitão Mor dela”⁵³.

As primeiras entradas iniciaram-se logo após a montagem da bandeira, mas sem a presença de Guimarães. Passado alguns meses o Cabo responsável retornou em busca de socorro informando que estavam em perigo “assoerbado com o gentio”.

⁵¹ De modo geral podemos afirmar com certa precisão que esses grupos pertenciam a família lingüística macro-jê. De acordo com as pesquisas de Greg Urban existem quatro grandes grupos lingüísticos no Brasil: Arawak, Karib, Tupi e Jê. Na região focada, Urban, identifica uma grande concentração de línguas do ramo macro-jê, que se dispersaram por toda parte leste do Brasil do Rio de Janeiro à Bahia. Segundo Maria Hilda Paraíso os habitats tradicionais desses grupos citados compreendiam uma extensa área entre os rios Pardo, ao norte e Mucuri, ao sul. Cf. **URBAN**, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Maria Manuela C. da. (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo : Cia. das Letras, Fapesp, SMC, 1992. p. 87-102; Cf. **PARAÍSO**, Maria Hilda B. Amixokori, *Pataxó*, *Monoxó*, *Kumanaxó*, *Kutaxó*, *Kutatoí*, *Maxakali*, *Malalí* e *Makoní*: Povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão IN *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*; SP; 4:173-187;1994.

⁵² Cf. **GUIMARÃES**, João da Silva. Op.Cit. Pg. 142.

⁵³ Ibidem.

Com a intenção de agregar um maior número de escravos e soldados para auxiliar os comandados do capitão mor Domingos del Rei, João da Silva Guimarães adentrou o sertão. “Depois de uma larga jornada”, como registrou, encontrou-se com uma parcela do grupo que iniciou a marcha e logo resolveu incorporar os novos soldados “com essa tropa que se achava dividida, por ter feito o Cabo reserva de bagagem”, e esperar pela volta da “soldadesca ligeira, [que tinha] ido sulcar o sertão”.

Logo na primeira parada foram em busca de algumas notícias a fim de direcionar os caminhos a percorrer e, assim, seguiram na direção indicada por “um índio preso (...) o qual dava indícios de haver ouro por ai distante”⁵⁴.

O caminho indicado teria de necessariamente “passar pelas terras dos gentios”. Deparam-se, a princípio, com os Maxacalis e enfrentaram uma dura resistência ao tentar transpor seus territórios tradicionais, culminando em um grande conflito com baixas nos dois lados. Infelizmente só obtivemos informações sobre os mortos e feridos por parte dos colonos por terem sido registrados pelo mestre de campo Guimarães. Ele considerou esse primeiro conflito como improfícuo, lamentando ter falecido seu irmão - o Coronel Francisco da Silva - na empreitada. Nesse sentido relata:

Perdi neste encontro o dito meu irmão, alguns soldados, e bastante feridos escravos, e alguns mortos, por falta de sermos instruídos pelo Cabo, com a forma com que havíamos de cometer ao gentio, ou pelo ignorar, que é o mais verossímil, por sua natureza ser naturalmente oposta a tudo o que não é ser paulista⁵⁵.

A mencionada presença dos “paulistas” e seu suposto relacionamento com os Maxacalis, como referido por Guimarães, demonstra que esses grupos não estiveram completamente apartados do processo de colonização e, em certa medida, já interagiam com os colonizadores. A aparente aliança construída e consolidada a partir de um relacionamento mais íntimo com os paulistas pode ser confirmada em outros momentos, por exemplo, numa carta enviada por Francisco Hernandez Teixeira Álvares, ao solicitar o envio de presbíteros, por volta de 1775, para atuarem

⁵⁴ Cf. GUIMARÃES, João da Silva. Op.Cit. Pg. 143.

⁵⁵ Ibidem.

junto à sete aldeias de índios encontradas no sertão da vila de São Mateus⁵⁶, quando afirmou:

Todos os gentios destas aldeias som de gênio domestico e flexível compreensão para se converterem, por que entre estes se achão alguns que já estiveram annos e meyo em bandeiras de descobertas de ouro, [são] nasções que já tenham princípio de catequese; E por que viram grande cocorencia (sic) de povo, para as ditas descobertas desconfiarão e se [resolveram] incorporar nas mencionadas sete aldeias onde comunicarão a vislumbre fé que tem⁵⁷.

É importante destacar que, ao tratar das ditas sete aldeias, Francisco Teixeira Álvares menciona entre estas a presença dos Maxacalis, levando-nos a imaginar se seria o mesmo grupo que manteve uma aliança com os paulistas mencionados na carta de 1730. Não tenho a pretensão de encontrar possíveis continuidades históricas entre os Maxacalis de Guimarães e os referidos por Álvares – apesar de tal conclusão ser plausível devido ao curto espaço de tempo entre os dois relatos – mas, sublinhar, a importância da construção de alianças com os grupos indígenas como uma via de mão dupla na transformação das fronteiras e criação de novas formas de relacionamento e interação sociocultural, que podem ser percebidas também na fala de Álvares ao retratar esses indígenas como de “gênio domestico e flexível compreensão para se converterem”⁵⁸.

Ao retomar o caminho da bandeira, depois de um curto período em luto, João da Silva Guimarães parece ter repensado a sua rota. Seguindo os caminhos dos sertões em busca de ouro e pedras preciosas, resolveu partir em direção ao rio que ele denomina de “Assessi”, provavelmente uma corruptela do já conhecido Araçuaí, afluente do rio Jequitinhonha, o qual á época do intento, por volta de 1730, pertencia à região de Minas Novas, embora estivesse do lado mineiro, juridicamente era parte do domínio da Capitania da Bahia, fato este confirmado a partir da carta régia de 21 de maio de 1729⁵⁹. Essa região, pelo que pudemos perceber, esteve atrelada à Bahia

⁵⁶ **ALVARES**, Francisco Hernandes Teixeira. **Carta enviada a Sua MajestadeElRey pedindo o envio de um presbítero para auxiliar na catequese das sete aldeias de índios nas proximidades da vila de São Mateus**. APEB; Seção Colonial e Provincial; Microfilme; maço 602 – 2: Translado do Regimento dos administradores das aldeias indígenas (1764 - 1790).

⁵⁷ **ALVARES**, Francisco Hernandes Teixeira. Op.Cit. Pg.02.

⁵⁸ *ibidem*

⁵⁹ As informações sobre a carta régia de 21 de maio de 1729 constam no estudo de Reinaldo Ottoni Porto intitulado “Estudo e comentário: Em busca do São Mateus. Tentativa fracassada”. No texto o autor explica detalhadamente o problema de jurisdição entre Bahia e Minas Gerais com relação à Comarca. Para maiores

até 1760, sendo incorporada por decreto definitivamente à Comarca do Serro -Minas Gerais- em 26 de agosto deste mesmo ano⁶⁰.

Os motivos que levaram Guimarães a partir para outros rumos foram muitos e estão intimamente ligados ao referido falecimento de seu irmão e também a pouco proveitosa aproximação com os Maxacalis. Esse tempo no qual caminhou em direção ao norte, buscando os afluentes do rio Jequitinhonha, estabeleceu relações com grupos por ele denominados de Capochós, Purichús e Malaly. A aproximação com esses grupos foi fundamental para o trânsito entre as densas florestas, os desertos e os rios, pois como colocou Guimarães:

Andei quatro meses e alguns dias, por deserto tão agreste e estéril, que por misericórdia divina escapamos com vida, e ainda hoje tenho que se escapássemos à comunicação dos bárbaros, andaríamos sem saber por onde, se não nos guiara um gentio Purichú, até chegarmos a umas plantas que suponho serem do gentio (...)⁶¹.

Em relação aos etnônimos mencionados parece interessante observar também a informação dada pelo mestre de campo sobre os Purichús, cujo pertencimento ao grupo étnico Puri pode ser presumido. Contudo, ao que parece, o etnônimo Puri não estaria ligado a uma autodenominação e sim a um nome atribuído sempre ao outro, às formas como grupos rivais chamavam-se uns aos outros. Segundo o Viajante alemão Wilhelm Eschwege⁶², que chegou ao Brasil em 1810, e realizou expedições científicas na região de Minas Gerais:

O nome Puri, usado em geral para todos desta nação, vem da língua dos Coroados (...) significando este termo – roubadores; atrevidos. Também os Puri por sua vez alcunham [os Coroados] de Puri⁶³.

A aproximação de Guimarães com os Purichús pode ser entendida dentro do contexto da rivalidade intergrupar na região, levando-nos a hipótese de uma possível aliança de Guimarães com um grupo rival aos Purichús – os coroados como referidos

informações consultar: Porto, Reinaldo Ottoni. Primeira Parte: A Bandeira de João da Silva Guimarães; Segunda Parte: Selvagens do Mucuri. INRIHGMG; Belo Horizonte: Tomo II, 1945, pg.: 147.

⁶⁰ Para melhores esclarecimentos consultar: **PARAÍSO**, Maria Hilda B, 1998. “O Tempo da dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”. Tese de Doutorado em História. FFLCH - USP. 5 vol.

⁶¹ **GUIMARÃES**, João da Silva. A Bandeira de João da Silva Guimarães (26/05/1734) IN:Porto, Reinaldo Ottoni. Primeira Parte: A Bandeira de João da Silva Guimarães; Segunda Parte: Selvagens do Mucuri. INRIHGMG; Belo Horizonte: Tomo II, 1945, pg.: 144.

⁶² **ESCHWEGE**, Wilhelm. **Diário do Brasil ou Noticias diversas acerca do Brasil**. Weimar, 1818, Edição do GR.H.S., Landes – Ind. Comp. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1946.

⁶³ **ESCHWEGE**, Wilhelm. Op.Cit. Pg. 85.

por Eschwege -, ou até mesmo os Capochós registrados no relato⁶⁴. Pois, apenas desta forma, podemos entender melhor uma passagem posterior do relato do bandeirante na qual ele afirma ter como prisioneiros alguns gentios denominados de Purichús.

Entretanto, a percepção da fronteira indígena parece ter sido apreendida pelo mestre de campo nesse contexto transformando o nominativo genérico – Purichús – em um verdadeiro marcador étnico atribuído a esse grupo indígena. Os marcadores étnicos genéricos são frutos do olhar do outro – europeu – que busca compreender e demarcar a diversidade indígena simplificando-a para facilitar na identificação dos grupos encontrados, dando certa lógica a conquista.

As categorizações⁶⁵, como bem colocou Monteiro, em um primeiro momento, serviu para a diluição das fronteiras dos grupos do litoral – os Tupis – e logo depois foi direcionado aos povos habitantes dos diversos “sertões” – nesse caso os grupos Jês. Contudo, é importante salientar que o nominativo Purichú, apesar de se configurar como um marcador étnico genérico, como vimos, e não uma autodenominação, parece ter sido incorporado pelo grupo nesse contexto.

Segundo afirma John Manuel Monteiro:

É preciso prestar mais atenção às novas categorias sociais que foram constituídas no bojo da sociedade colonial, sobretudo os marcadores étnicos genéricos, tais como “Carijó”, “tapuios”, ou, no limite, “índios”. Se estes novos termos, no mais das vezes, refletiam as estratégias coloniais de controle e as políticas de assimilação que buscavam diluir a diversidade étnica, ao mesmo tempo se tornaram referências importantes para a própria população indígena⁶⁶.

Aliados ou inimigos dos Purichus, a investida do mestre de Campo em direção ao Araçuaí não rendeu muitos frutos. Apesar da existência de um número “razoável” de informações sobre a possibilidade de haver ouro nesses afluentes, Guimarães teve de se contentar com algumas “pedrinhas de luz vermelha” as quais o próprio encaminhou ao superintendente geral. A incessante procura por novas áreas de

⁶⁴ Os grupos Puris, Corados e Capochós são classificados em alguns registros históricos como Jê corriqueiramente chamado de “Tapuia”, habitavam a região de Minas Gerais, norte do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo, particularmente na bacia do rio Paraíba.

⁶⁵ As categorizações refletem um contexto e um objetivo específico sempre ligado a tentativa de compreender a diversidade de grupos indígenas que se punha a frente dos europeus. Cf. **MONTEIRO**, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas, 2001. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência UNICAMP. Pg. 60.

⁶⁶ **MONTEIRO**, John M. Op.Cit. Pg. 60.

mineração se mostrava inútil, questionando a eficácia da bandeira e principalmente a viabilidade de sua rota alternativa, assumida desde o falecimento do Coronel Francisco da Silva. Nesse sentido, por pressão da Coroa, Guimarães foi obrigado a desistir dos caminhos do Araçuaí e retomar a exploração do Rio São Mateus. Os rumores sobre o pedido do Rei para que desistisse de seu novo trajeto e retomasse o original foram tantos que Guimarães passou a desconfiar se eram realmente verídicos, desta forma, direcionou uma carta ao seu superior arguindo-o sobre a autenticidade da informação:

Pois chegavam notícias das repetidas ordens, que sua majestade que Deus guarde, insistentemente repetia, [que] se descobrisse o Rio São Mateus, e que V. Ex.tanto empenhado estava no dito descobrimento; ou fossem varias as ditas noticias, ou verdadeiras, ignorava eu a certeza⁶⁷.

Verídicas ou não, as ordens foram acatadas por Guimarães e, com a ajuda de seu primo, o Sargento-Mor José da Silva Guimarães, ampliou a bandeira para intentar uma nova investida sobre o São Matheus. Não obstante o receio de ataque do gentio, a bandeira seguiu costeando o que se imaginava ser o curso médio do rio em direção ao litoral, sempre com o sentimento de serem constantemente observados de perto pelos índios.

Pouco tempo após reforçar a bandeira e retomar o rumo, o mestre de campo, encaminhou ao seu superior, o Conde de Sabugosa, novas amostras de possíveis pedras preciosas, as quais haviam encontrado em um dos afluentes do São Mateus denominado por ele de “Todos os Santos”. Registrou Guimarães que:

Todo este tempo me tem sido preciso demorar este próprio, pelas sumas impossibilidades que tenho tido para o poder despachar, faltando-me o necessário para isso, pelo qual remeto a V. Excia. as mostras das pedras que tirei, as quais são todas do braço do São Mateus do rio Todos os Santos, e de uns ribeiros que neles deságuam;⁶⁸

Essa passagem do relatório do mestre de campo causou-nos certa estranheza, por ser um tanto quanto insólita. Reportar ao seu superior informações sobre os intentos da bandeira nada tinha de incomum, ao contrário, fazia parte do script.

⁶⁷ Cf. **GUIMARÃES**, João da Silva. Op.Cit. Pg. 145.

⁶⁸ Cf. **GUIMARÃES**, João da Silva. Op.Cit. Pg. 148.

A confusão que comumente era feita entre essas bacias foi primeiro percebida e divulgada por Reinaldo Ottoni Porto⁷⁰ no anexo da transcrição do relatório, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado

⁷⁰ Maria Hilda Paraíso em sua tese de doutorado indica que as duas bacias foram frequentemente confundidas até a primeira metade do século XIX. Ao analisar os ritmos de penetração na Zona Tampão, a autora indica que: “Outras regiões também começavam a ser exploradas na tentativa de serem encontradas novas zonas de mineração, como a da bacia do Mucuri, que era confundida com a do São Mateus até a década de vinte do século XIX.” Cf. **PARAÍSO**, Maria Hilda B, 1998. “O Tempo da dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”. Tese de Doutorado em História. FFLCH – USP. Pg 92.

“Exploração do Mucuri, como suposto o São Mateus e do Todos os Santos”⁷¹. Nesse artigo, o autor procura “reparar um engano histórico”, como o mesmo salientou, sobre a imprecisão das bacias. Ao analisar cada trecho do relatório no qual Guimarães se refere aos rios e acidentes geográficos, Porto deduz que:

Do exposto, conclui-se claramente: que o rio Todos os Santos que assim denominou [Guimarães], não pode ser outro senão o que ainda conserva tal nome, sendo afluente da margem direita do rio Mucuri, o seu suposto São Mateus⁷².

E ainda, com relação à segunda passagem exposta por nós, Porto registra alguns indicativos que confirmam a possibilidade ser realmente o Mucurizinho:

Ao nosso ver, identificado como está o rio Mucuri, o outro braço a que se refere [Guimarães], tanto pode ser o ribeirão Pedra d'água, o rio Preto, como também o braço do Mucuri, chamado do Norte, comumente conhecido por Mucurizinho, onde se encontra o alto rochedo [referenciado pelo mestre de campo como “a pedra que nêle se acha”], chamado ‘Pedra da Ladaíinha’⁷³.

Ao que parece, Guimarães cometeu um erro frequente entre os viajantes, colonos e exploradores: confundir as bacias dos rios São Mateus e Mucuri⁷⁴. Talvez pela proximidade das cabeceiras das duas bacias ou pela dificuldade em transitar por essas matas, a imprecisão tenha acontecido e se perpetuado. Contudo, para o historiador que pretende se dedicar ao estudo das populações indígenas dessa região é de extrema importância a identificação desse espaço mais claramente. Nesse sentido, o relatório de Guimarães surge como o primeiro documento de que se tem conhecimento sobre os grupos indígenas que habitaram o vale do Mucuri em seu trecho limítrofe entre a Bahia e Minas Gerais. A identificação dos grupos e a análise das formas de relacionamento criadas, a partir de então, possibilitam uma melhor leitura das ações dos índios, nesse e em outros contextos.

⁷¹ **PORTO**, Reinaldo Ottoni. Primeira Parte: A Bandeira de João da Silva Guimarães; Segunda Parte: Selvagens do Mucuri. INRIHGMG; Belo Horizonte: Tomo II, 1945, pg.:158 – 162.

⁷² **PORTO**, Reinaldo Ottoni. Op.Cit. Pg.161.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ É importante registrar que outros viajantes como Spix e Martius, príncipe Maximiliano de Wied-Nuewied, Bento Lourenço de Vaz Abreu e Lima, entre outro também se confundiram ao tentar atravessar a região. Contudo, analisaremos com maiores detalhes a passagem deles mais a frente no momento adequado. Nesse momento cabe apenas indicar ao nosso leitor. Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, P 156; Cf. **SPIX, J. B. von, MARTIUS, C. F. P.** *Viagem pelo Brasil*. São Paulo : Melhoramentos; Brasília: NL/MEC, 1976.

Independentemente do caminho que Guimarães imaginou tomar, a travessia por essas matas foi permeada de inúmeras dificuldades e contratempos. Ao dar continuidade à exploração, a bandeira foi surpreendida pelos índios que de longe a acompanhavam e observavam desde a entrada pelo “sertão”. Muitos foram os prenúncios de investidas bélicas trazidos pelos línguas que partiam á frente com um grupo menor de soldados. Nos relatos apresentados constavam verdadeiras ameaças de ataques dos indígenas, caso Guimarães continuasse a penetrar em seus territórios.

À medida que a bandeira invadia os limites das áreas tradicionais dos grupos, o cenário de alianças e inimizades se modificava. Alguns indícios sugerem a ocorrência de uma reorganização da conjuntura relacional dos povos. Dessa forma, diversos foram os subgrupos que se reorganizaram para fazer frente à invasão. O próprio bandeirante fornece indicações dessas possíveis transformações, revelando a existência de prováveis uniões entre famílias indígenas em defesa das terras. Segundo o cronista: “vieram buscar e avisar que todo aquele gentio estava falando para juntos acabarem com quem entrassem (sic.) para suas terras”⁷⁵.

O caminhar da tropa dependeria exclusivamente do acordo a ser firmado por ambas as partes – índios e bandeirantes. Para que a aliança fosse alcançada, os línguas deveriam exercer uma função essencial, servindo como mediadores. Os historiadores apenas nos últimos anos têm dado a devida atenção a esses sujeitos, apresentado uma versão mais consistente e condizente com a realidade. Contudo, ainda existe uma imensa lacuna na historiografia no que diz respeito a esses atores sociais. O papel exercido pelos línguas foi fundamental para o estabelecimento das relações de interação/negociação entre índios e brancos. Eles eram comumente empregados em atividades que se coadunavam com a experiência de intérpretes entre os diferentes mundos devido ao seu caráter dual permitindo uma proximidade com ambas as partes. Muitos deles eram índios chamados de mansos que estavam por diversos motivos vivendo entre os não-índios, outros eram mestiços – mamelucos – ou mesmo portugueses que há muito trabalhavam em descimentos e apresamento de mão de obra com os paulistas⁷⁶.

⁷⁵ Cf. **GUIMARÃES**, João da Silva. Op.Cit. Pg. 145.

⁷⁶ Poucos são os trabalhos dedicados a questão dos línguas que atuavam como mediadores. Alguns historiadores de forma tangencial tocam nessa questão. Entre esses estudos podemos citar: O texto de Gloria Kok intitulado “O sertão itinerante”, que desenvolve uma análise acerca da atuação dos paulistas como mediadores nas entradas aos sertões; Ronaldo Vainfas, em “A heresia dos índios” dedica um tópico para discutir o papel dos mamelucos e dos indianizados, classificando-os como “homens culturalmente híbridos”. Para maiores informações consultar:

A bandeira de João da Silva Guimarães adquiriu uma experiência de interação que foi essencial para a construção e consolidação de alianças com os grupos em contato. Provavelmente essa nova forma de aproximação tinha raízes na investida sobre os Maxacalis, a qual se mostrou pouco proveitosa. Todavia, acreditamos que foi somente a partir do breve desvio da rota em direção à região do Araçuaí que Guimarães percebeu a importância de se construir alianças com os grupos indígenas. O diálogo iniciado com os Purichús foi essencial nesse sentido, pois representou a primeira iniciativa de negociação.

Frente às dificuldades que a travessia pelo São Matheus impunha, o mestre de campo buscou solucioná-las utilizando os línguas como negociadores dos interesses em jogo. Desta forma, registrou:

Resolvi-me a botar uma bandeira com todos os línguas que levava, a ver se os podia reduzir (os índios), porém, com ordem de os atacar se abusassem da paz que lhe prometia⁷⁷.

A massiva utilização dos línguas como mediadores dos diálogos foi o meio encontrado por Guimarães naquele momento para dirimir os confrontos e continuar seu intento. A postura desconfiada, mas ao mesmo tempo não hostil, com que iniciou a aproximação era prova de como ainda era incerto o resultado desta forma de abordagem.

As reações das famílias indígenas à aproximação da bandeira de Guimarães foram variadas, pois a oposição a este não foi generalizada. Inversamente ao que imaginaram, muitas foram as lideranças que se deslocaram até onde estava o bandeirante como intuito de dialogar e firmar a aliança proposta⁷⁸. Em sua carta Guimarães registrou que:

Chegou neste tempo um grande torço (sic) de gentio reconduzido pelos línguas, que tinha mandado vir de varias nações a ver-me, aos quais patenteei que deles se não queria mais que estarem em paz conosco digo em paz com os brancos (...) Ao dito gentio assisti com as ferramentas que pude, tiradas do meu ministério, a troco de que se

VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Pg. 141; Kok, Gloria Porto. O Sertão itinerante: Expedições da capitania de São Paulo no Século XVIII. São Paulo: Hucitec, 2004.

⁷⁷ Cf. **GUIMARÃES**, João da Silva. Op.Cit. Pg. 146.

⁷⁸ É importante registrar que, para os grupos que mantém contato há mais tempo com os colonizadores, essa era uma estratégia bastante utilizada para se obter bens, mascarando-a com uma suposta postura de aliados.

sujeitassem, apesar que com faltas de razão se governam pelos ditames da vontade, olhando muito pela liberdade e conveniência própria⁷⁹.

A retórica praticada pelos homens de Guimarães visava convencer os índios, por meio de um comportamento amistoso, de que eles eram confiáveis e buscavam apenas uma aproximação pacífica. O símbolo do acordo entre as partes estava nas atitudes “generosas”, tanto materiais quanto de tratamento, adquirindo nesse contexto um papel fundamental. Essa “generosidade” se materializava nos presentes outorgados (dádivas) e na benevolência com as quais ambas as partes prometiam agir.

Os presentes, contudo, apesar de muitas vezes aceitos pelas lideranças, nem sempre provocaram o efeito desejado. Se em alguns momentos funcionaram como um instrumento de atração e manutenção de um relacionamento amigável com os índios, em outros, poderiam ser percebidos e interpretados de uma maneira diferente, mas sempre de acordo com o contexto e os interesses em questão.

Segundo Guimarães:

Ao dito gentio é preciso assistir-lhe com ferramentas para o seu uso, como também de algumas roupas; porque, suposto os que tenho reconciliado a paz, como mostrei, é contudo ainda preciso andar com um maduro procedimento, como também para os firmar – falar-lhe ao gosto, pelo qual se governam; e como alcançam que as dádivas é a melhor virtude, é preciso acomodá-los⁸⁰.

As nações de índios cuja bandeira esteve em contato, de acordo com as anotações do mestre de campo, foram: Capochós, Panhamus, (Panhames) Maxacalis, Purichús, Comanachos, Goaquinese, Goemborés (Guaimorés/ Aimorés/ Botocudos). Destas, apenas os Goemborés não aceitaram firmar uma aliança e, por este motivo, foram taxados como “gentio muito feroz que conmerem-se uns aos outros”⁸¹. É importante salientar que as estratégias adotadas por aqueles povos que aceitaram a aliança, em grande medida, estão em consonância com o fato de que, mesmo sob diferentes designações, estes seriam subgrupos de uma mesma nação, os Tikmu’nu⁸².

⁷⁹ Cf. GUIMARÃES, João da Silva. Op.Cit. Pg. 147 - 148.

⁸⁰ Cf. GUIMARÃES, João da Silva. Op.Cit. Pg. 148.

⁸¹ Cf. GUIMARÃES, João da Silva. Op.Cit. Pg. 149.

⁸² Cf. PARAÍSO, Maria Hilda B. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni; povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. RMAE da USP, São Paulo, n. 4, p. 173 – 187, 1994.

O estudo de Paraíso sobre a questão da identidade étnica desses grupos demonstra a existência de uma unidade cultural entre eles, comprovada a partir de dados arqueológicos e lingüísticos⁸³. As estratégias políticas de relacionamento e a proximidade geográfica desses grupos viriam confirmar tal hipótese. É provável que o desconhecimento dos observadores, em sua maioria europeus, tenha dificultado o registro de conexões mais claras entre eles, e sua organização social peculiar tenha agravado essa situação⁸⁴. Contudo, não podemos deixar de registrar a existência de inúmeras fronteiras entre eles, uma vez que, eram autônomos entre si.

A construção de alianças entre índios e brancos não representava nenhuma novidade naquele momento, pois desde o início da colonização esta forma de interação era praticada e bem vista. Monteiro, em estudo sobre a ocupação portuguesa em São Paulo no período colonial, reúne um conjunto de informações para demonstrar o quanto foi importante, naquele contexto, a construção de alianças entre brancos e índios Tupi⁸⁵.

A importância da guerra entre os Tupis foi em pouco tempo percebida pelos portugueses e as perspectivas de dominação da população autóctone dependiam necessariamente do envolvimento dos colonizadores nas guerras intertribais, a partir das quais alianças esporádicas poderiam se configurar⁸⁶. A guerra, para os índios Tupis, estabelecia o princípio das relações sociais, uma vez que esta se apresentava como uma das formas articuladoras das estruturas sociopolíticas e culturais desses

⁸³ Cf. PARAÍSO, Maria Hilda B. Op.Cit. Pg 177.

⁸⁴ Com relação a organização social e política dos Tikmu'nu Maria Hilda Paraíso afirma que: *O sistema de parentesco é o sustentáculo da organização política, considerando que as aldeias Maxakali são compostas por famílias extensas, com um líder que compõe o conselho tribal, responsável pelas decisões tomadas em relação à coletividade. Uma das características mais fortes da sua organização social é o poder político ser totalmente difuso, não havendo a figura do "cacique", líder ou capitão, ou mesmo um interlocutor único que representa a comunidade. (...) a organização do grupo centra-se em quatro unidades básicas: a da identidade, a residencial, o grupo doméstico e o bando, todas estruturadas a partir das relações de parentesco. A unidade definida pela identidade inclui todas as pessoas que são conhecidas por Maxakali. Têm língua própria, mitos, símbolos, rituais e história em comum. Entretanto, não exercem uma atividade coletiva. O grupo doméstico é composto pelos moradores de duas a cinco casas, habitadas por famílias extensas com direito de acesso mútuo. É a unidade básica de integração social, pois a relação é estabelecida entre parentes consangüíneos ou afins, cabendo a liderança ao patriarca ou, excepcionalmente, a uma matriarca viúva. É um grupo não perene, podendo desagregar-se em momentos de crise, morte ou desacordo, sem grandes alardes.* Cf. PARAÍSO, Maria Hilda B. Op.Cit. Pg 183.

⁸⁵ MONTEIRO, John M. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Pg. 29.

⁸⁶ Para maiores informações sobre a importância da Guerra nas sociedades Tupinambás ver: FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade Tupinambá. São Paulo: Pioneira, 1976. Ver também: LIMA, Maria do Socorro Lacerda. A dádiva da agressão. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 162-176, jul./dez. 2009.

povos⁸⁷. Monteiro, ao analisar as ações dos índios, evidencia que a prática de formação de alianças foram igualmente pensadas e projetadas pelos indígenas com o intuito de obter vantagens imediatas, como a aquisição de bens até então não acessíveis a essa população.

Contudo, aliar-se ao já mitificado indígena jê – conhecido corriqueiramente por tapuia – devido às incontáveis façanhas de resistentes guerreiros, aparentava no mínimo ser improvável. A improbabilidade da aliança era ainda reforçada pela identificação dos habitantes deste “sertão” como descendentes dos “mais ferozes de todos os tapuias”, os Aimorés.

O caminho das negociações através dos línguas, seguido por Guimarães, foi bem aceito pelas famílias indígenas que enxergaram nessa alternativa uma forma interessante de barganhar em proveito próprio. O processo de construção das relações entre portugueses e índios deve ser analisado e percebido como desdobramento do momento histórico específico em que está inserido, para não cometermos o erro de ver nesse contexto ou uma ingenuidade nata na ação dos índios ou uma “resistência” atemporal das populações nativas à dominação européia. A diversidade dos interesses é muito mais complexa do que essas duas visões poderiam abarcar e, ao optarmos por sua análise, evitamos tanto o julgamento preconceituoso, quanto anacrônico.

A presença dos brancos na região e o seu plano de atração dos índios passaram a ser percebidos por parte dos últimos como uma possibilidade de garantir benefícios. No entanto, os presentes doados por Guimarães não eram uma garantia da manutenção das alianças. Os índios eram hábeis em manejar as ofertas, deixando sempre uma incerteza quanto a suas futuras ações, o que obrigava a uma constante atualização do “contrato”. Desta forma, um ciclo de alianças e negociações com os grupos Jês parece ter-se iniciado e se perpetuado até o século XIX, criando uma espécie de costume ou tradição disseminada entre os indígenas daquele sertão.

⁸⁷ Cf. **AGNOLIN**, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá. Rev. Antropologia. vol.45no.1 São Paulo 2002.

1.3 - Percorrendo caminhos entre o litoral e o sertão: zonas de contato, Guerras intertribais e a transformação dos espaços em Caravelas.

O único obstáculo que se offerece pois a por uma comunicação por água entre esta tão desgraçada comarca de Minas Novas [e Porto Alegre no litoral], é o número de Bugres (sic) que infestam as margens do Mucuri⁸⁸.

O intenso contato entre índios e não índio em Caravelas deu-se a partir da ocupação, cada vez mais crescente, do espaço litorâneo. Num primeiro momento, apesar de alguns incentivos por parte das autoridades coloniais, poucos foram os interessados em aventurar-se devido ao medo de ataques dos indígenas vindos do sertão. As primeiras notícias que temos sobre a ocupação dessas áreas remetem a década de vinte do século XVIII, quando o coronel Pedro Barbosa Leal afirmava que:

Na barra do rio das caravelas (sic) estão alguns moradores, a quem se dera algumas sesmarias pelo governo da Bahia, e não se estendem para o sertão, pelos assaltar o gentio quotidianamente na mesma povoação, que tem princípio naquela barra⁸⁹.

A distância existente entre o litoral e o sertão era percebida como um empecilho para investimentos rentáveis na região. Poucos se arriscavam em penetrar mais de duas ou três léguas do litoral, em decorrência da zona tampão e apenas escravos fugidos das minas e os índios viviam para além dessa delimitação. Os obstáculos e a pobreza decorrente das limitações dificultavam a extensão das lavouras, diminuindo consideravelmente a possibilidade de crescimento dos povoados.

Apenas, em um segundo momento, após a criação de vilas, e graças aos estímulos crescentes promovidos pela Coroa para ampliar a conquista foram feitos maiores investimentos em fazendas e madeireiras e a ocupação nas áreas litorâneas ganhou corpo. Esses locais transformaram-se em zonas de contato permanente entre índios e brancos, servindo como espaços de trocas, negociações, alianças e conflitos.

⁸⁸ **REINAULT**, Pedro Victor. Relatório da exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. Governo de Minas Geraes pelo engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo VIII, 1867, pg. 373.

⁸⁹ Apud **PORTO**, Reinaldo Ottoni. Op.Cit. Pg.154.

As medidas criadas para incentivar o assentamento de um número maior de pessoas na região estão diretamente ligadas ao novo direcionamento da política indigenista projetada pelo Marques de Pombal, na segunda metade do século XVIII⁹⁰.

Ao assumir o cargo de primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marques de Pombal, encontrou Portugal passando por um estado de grande instabilidade econômica, cujas causas estavam, segundo Francisco Falcon, na perda da arrecadação tributária nas colônias, na redução demográfica metropolitana, na crise da produção agrícola na metrópole e nas colônias e também um grande déficit na balança comercial com a Inglaterra. Nestas circunstâncias, era necessário adotar mudanças radicais nas estruturas econômica, administrativa e cultural em Portugal e nas suas posses coloniais. Nesse sentido, as reformas propostas por Pombal visaram modificar essa situação de caos vivida pelo império lusitano.

O gabinete pombalino caracterizou-se, desta forma, por uma maior ingerência da Coroa nos assuntos do Estado, resultado das importantes reformas administrativas executadas durante o período cujo principal objetivo era o de garantir o fortalecimento do poder real. Seguindo esse raciocínio, Pombal acabou por submeter à Igreja ao controle do Estado, diluindo antigas hierarquias administrativas e promovendo uma maior centralização no processo decisório. No âmbito da política colonial, buscou uma diminuição das atribuições do Conselho Ultramarino, órgão central da política colonial desde a época da restauração.

Do ponto de vista econômico, as reformas propostas por Pombal caracterizaram-se pela adoção de uma série de medidas de caráter mercantilista destinadas a promover o desenvolvimento econômico do império e a formação de uma nova burguesia nacional favorável ao regime⁹¹. Do ponto de vista interno, estimulou o desenvolvimento das indústrias em Portugal por meio da adoção de medidas protecionistas e da criação de consórcios privados. No âmbito do comércio colonial, procurou ampliar a transferência de riquezas das colônias para o reino e,

⁹⁰ Por volta de 1750, com a morte do Rei Dom João V, assume o trono Português seu filho Dom José I. Foi no reinado de Dom José I que Portugal viveu um dos períodos mais dinâmicos em sua história, transformando de forma marcante seu panorama social e político. Tamanha dinamicidade se deveu, em grande medida, às ações postas em prática pelo primeiro-ministro português o Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido por marquês de Pombal. O marquês de Pombal foi ministro e secretário de Estado do rei Dom José I, e principal mentor e executor das reformas levadas a cabo durante este período. Suas ações buscaram garantir o desenvolvimento econômico e o aumento da arrecadação estatal através de medidas protecionistas e da consolidação de uma máquina burocrática pensada através dos princípios racionalistas da eficiência e do pragmatismo. O que ficou conhecido por despotismo esclarecido.

⁹¹ Tengarrinha, José (org). História de Portugal. Bauru: São Paulo, UNESP, 2001.

para a América portuguesa especificamente, criou companhias monopolistas de comércio no Pará, em Pernambuco e na Paraíba. Nesse contexto de crise e reforma o conjunto de determinações elaboradas pelo Marquês para implantar uma nova legislação indigenista ficou conhecido como Diretório Pombalino.

*O Diretório que se deve observar nas Povoações dos índios do Para e Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*⁹², foi inicialmente pensado para a região do Estado do Grão Pará e Maranhão e tinha por meta possibilitar a execução dos objetivos estabelecidos nos alvarás de 6 e 7/07/1755, compostos por 95 parágrafos, os quais traduziam um novo modelo de gestão da política colonial para os índios⁹³. Essa nova legislação buscou, em linhas gerais, reestruturar a forma de administração dos índios, retirando poderes civis e administrativos dos padres e das ordens religiosas e determinando um governo laico composto por principais, diretores, câmaras municipais, padres regulares e pela justiça secular⁹⁴.

O Diretório estava em consonância com o contexto de reforma política em Portugal e tinha como principal objetivo garantir o fortalecimento do poder real e redimensionar o panorama das relações entre Estado e súditos.

Dentre as transformações na política indigenista encaminhadas pelo Diretório Pombalino, destacamos: em primeiro lugar a transformação das antigas aldeias missionárias em vilas e lugares, os quais passariam a constituir a base socioeconômica da colônia. As vilas deveriam prover, segundo os interesses expressos, tanto os braços necessários para os diversos empreendimentos do Estado e de particulares, e transformarem-se em espaços de socialização e civilização de uma nova população mestiça através do incentivo a casamentos interétnicos e à

⁹²O Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Para e Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário. In: **ALMEIDA**, Rita Heloísade. O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da UNB, 1997. Pg. 371 e seguintes.

⁹³Em seis de junho de 1755, Pombal decretou a liberdade dos índios do Estado do Grão Pará e Maranhão e de seus bens e comércio, além de incentivar o desenvolvimento agrícola e comercial dos povos. No dia seguinte, sete de junho de 1755, apresentou outro alvará que determinava mais claramente as mudanças na forma de administração dos índios. Os 95 parágrafos estão divididos da seguinte maneira: do 1º ao 16º parágrafo é tratada a civilidade dos índios. Do 17º ao 73º são abordados assuntos diversos sobre a economia, agricultura, comércio, fiscalização, tributação e a distribuição da força de trabalho. Do 74º ao 95º estabelece-se o plano de colonização. Em destaque, a determinação do uso obrigatório da língua portuguesa e os estímulos aos casamentos interétnicos são apontados a partir da decretação da lei de 04/04/1755.

⁹⁴ Para maiores informações consultar: **COELHO**, Mauro Cezar. Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). São Paulo, tese de Doutorado em História Social – USP, 2005. Ver também: **SILVA**, IsabelleBraz Peixoto da. Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas sob o diretório pombalino. Campinas: São Paulo, 2003.

convivência de índios e não índios nesses espaços. Em segundo lugar, deveria ser implementado um programa de inserção das populações indígenas no universo político e econômico da colônia. Em terceiro, buscava-se viabilizar a emergência de novas relações sociais, surgidas do convívio entre índios e não índios; e por ultimo criar um espaço para a afirmação de relações diversas, em que os grupos nativos descidos e não descidos e colonos estabelecessem alianças e disputas⁹⁵.

Apesar do Diretório ter sido elaborado para a realidade da Amazônia, a sua transposição para o Estado do Brasil não demorou a ocorrer. Assim, ele tornou-se extensivo ao resto da colônia através do alvará de 8 de maio de 1758. A Bahia e o Rio de Janeiro eram, no século XVIII, as praças mais importantes do Brasil. Pelo fato da Bahia ainda ser a cabeça do Império português na América e pela sua vitalidade econômica, a nova política indigenista teve a Bahia como palco inicial para a adaptação do modelo amazônico. Nesse contexto a Bahia foi à primeira capitania a adotar a política do Diretório, ainda em 1758, com a transformação de alguns aldeamentos geridos pelos padres jesuítas em vilas.

Segundo Luciano Brunet⁹⁶, os conselheiros reais e membros do Tribunal Ultramarino chegaram à Bahia em 27/08/1758 e, logo após as primeiras reuniões, indicaram o aldeamento do Espírito Santo para ser uma espécie de laboratório onde poderiam observar os impactos decorrentes de sua elevação à vila e da instalação do governo civil entre os índios no Brasil.

No sul da Bahia, na região aqui estudada, as vilas de índios foram criadas em dois momentos diferentes. Inicialmente em 1758, quando da extensão da lei ao Estado do Brasil e, posteriormente em 1763, com a criação da “nova ouvidoria de Porto Seguro e Ilhéus”⁹⁷.

No primeiro momento, a expulsão dos padres jesuítas da região motivou as primeiras medidas e buscou-se transformar os antigos núcleos de catequização em

⁹⁵ Cf. **COELHO**, Mauro Cezar Op.Cit. Pg. 246. No caso da implementação do projeto do Diretório para realidade da Capitania da Bahia o último ponto listado referente às relações entre nativos descidos e colonos não foi incluído.

⁹⁶ Brunet, Luciano. De Aldeados a Súditos: Viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo Bahia 1758-1760. Dissertação de mestrado apresentada no PPGH-UFBA. 2008.

⁹⁷ Sobre a implementação da Ouvidoria de Porto Seguro e a política de criação de vilas no sul da Bahia consultar: **CANCELA**, Francisco. Uma barreira contra os perigos do sertão do Monte Pascoal: a criação da vila do prado, os índios Pataxó e a re-significação das relações de contato. In: **AGOSTINHO DA SILVA**, Pedro Manuel, etalli. Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades. NECCS - Edições UESB. 2008, pg. 598-616.

novas vilas. Entretanto, nesse contexto, os dois únicos aldeamentos jesuítas que existiam na região eram a aldeia de São João Batista dos Índios, que passou a se chamar de Vila de Trancoso, e a aldeia Espírito Santo dos Índios, que se transformou em Vila Verde⁹⁸.

No segundo momento, em 1763, criou-se, por ordem do Rei Dom José I, a nova ouvidoria da capitania de Porto Seguro, com o objetivo de “fazer grandes progressos à mesma capitania”⁹⁹. Essa nova política buscava transformar esses espaços num território civilizado. As ações da ouvidoria buscavam atingir essas metas inspirando-se nos pressupostos do Diretório dos Índios: converter os indígenas à religião católica, seguindo seus preceitos e incorporando seus ensinamentos; organizá-los política, econômica e judicialmente de acordo com os modelos europeus e transformá-los em produtores inseridos no mercado e em súditos pagadores de impostos.

Buscava-se, desta forma, além de transformar as antigas aldeias jesuíticas em vilas de índios, também, estimular o desenvolvimento de novas povoações coloniais a partir do descimento de índios dos sertões e, conseqüentemente, a fundação de novas vilas, que segundo as instruções, deveriam adotar nomes de cidades e vilas de Portugal¹⁰⁰. Segundo o parágrafo 2º do Diretório, dever-se-ia superar o estado de ruína das populações indígenas, através da redução das pequenas aldeias e aglomerados populosos ou através de novos descimentos¹⁰¹.

Com a nova ouvidoria em ação foram fundadas outras seis vilas de índios: Belmonte (1764); São Matheus (1764); Prado (1764); Viçosa (1768); São José do Porto Alegre (1769) e Alcobaça (1772). Sendo que as quatro últimas estavam sujeitas judicialmente à Vila de Caravelas.

A criação das vilas proporcionou um crescimento significativo no número de “brancos” na região¹⁰². Todavia, os caminhos para o sertão inexistiam e a

⁹⁸ Cf. CANCELA, Francisco. Op.Cit. Pg. 603.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ SILVA, IsabelleBraz Peixoto da. .Op.Cit. Pg. 84.

¹⁰¹ ALMEIDA, Rita Heloisade. Op.Cit. Pg. 379.

¹⁰² Segundo as análises de B. Barickman, a população total da Comarca de Porto Seguro era de cerca de 16.020 indivíduos, sendo que os indígenas representavam aproximadamente 3.065 pessoas nesse período. A partir desses dados podemos afirmar que os indígenas moradores das vilas representavam 22, 8% da população. Contudo, recortando o espaço jurisdicional que correspondia a Comarca de Caravelas e suas vilas, a população total chegava próximo a 6.121 indivíduos e a de índios 1.065 pessoas representando aproximadamente 17, 5% do total. Esses números representam um crescimento significativo da ocupação desse espaço em relação ao período anterior a instituição do diretório pombalino.

interiorização do povoamento não ocorreu da forma imaginada. O fracasso da política do Diretório foi sentido em quase todo o território da colônia¹⁰³.

A crise vivida pela economia portuguesa, agravada pelo declínio da produção de ouro, exigiu a adoção de outras medidas objetivando a incorporação de novos espaços às rotas de comércio. A conquista dos sertões e a efetiva ocupação do interior eram vistas como essenciais para a superação da crise econômica, pois promoveriam um florescimento da atividade comercial.

O projeto de conquista e civilização do sertão deveria atender três pontos fundamentais:

- 1) Abrir de novas áreas para exploração econômica;
- 2) Conectar o litoral e o sertão, encurtando a distancia para o mar, e facilitando, desta forma, o escoamento dos produtos a outros mercados e
- 3) Promover o afastamento dos índios daquelas paragens, ou inseri-los no circuito produtor.

A retomada da guerra justa, em 1808, foi a forma encontrada para dirimir os conflitos e suprir a ausência de trabalhadores. A política adotada era declarar guerra aos índios por considerar difícil mudar seus hábitos, haja vista, o insucesso das tentativas anteriores de civilização.

O Estado, segundo Paraíso¹⁰⁴, para acelerar a conquista, reduzir o número de conflitos e garantir os investimentos particulares e estatais criou políticas específicas visando diminuir as reações dos indígenas à invasão dos seus territórios, tendo em vista seu engajamento como trabalhadores nas atividades produtivas de interesses dos colonizadores. De acordo com a autora:

As primeiras deliberações determinavam o estabelecimento de rotas de comunicação, o aumento da extensão e qualidade das culturas, instalação de postos militares e portos, ativar o comércio e apoiar os esforços dos colonos para promover a colonização. Para tanto, dever-se-ia reduzir os conflitos entre os índios, denominados genericamente de Botocudos, que se deslocavam entre as três

¹⁰³ A revogação oficial do Diretório acontece em 1798, quando da publicação de um Alvará pela Rainha D. Maria I.

¹⁰⁴ **PARAÍSO**, Maria Hilda. A Guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização. In: ALMEIDA, L. S. e GALINDO, M. e ELIAS, J.. (Org.). Índios do Nordeste: Temas e Problemas. Maceió: Edirtora da Universidade Federal de Alagoas, 2000, v. 02, p. 129-166.

capitanias [Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo] na tentativa de o confronto com os colonos. Esses grupos em conflito constante entre si e com os colonos eram vistos simultaneamente como uma ameaça ao sucesso do empreendimento e como solução para a carência de trabalhadores e de recursos para adquirir escravos de origem africana¹⁰⁵.

A nova política adotada foi ordenada nas Cartas Régias de 13/05; 24/08 e 21/12/1808¹⁰⁶, através das quais era decretada Guerra Justa aos antropófagos Botocudos e, de acordo com Paraíso, estabeleceu os mecanismos de incentivo à colonização dos sertões do leste, que correspondia à parte norte do Espírito Santo, sul da Bahia e leste de Minas Gerais¹⁰⁷.

Em quase toda documentação oficial sobre o período¹⁰⁸, os relatos dos conflitos entre colonos e índios são referidos como ataques do “gentio”, em especial os Botocudos por serem considerados os mais ferozes. Essa postura ajudou a solidificar o mito do Botocudo antropófago, responsável por todas as hostilidades. A identificação dos Botocudos como inimigos ferozes criou uma exagerada utilização desse nominativo, transformando-o em um termo genérico para referir-se aos grupos habitantes da região. Nesse sentido, o vocativo “Botocudo” era atribuído a todos aqueles a que se quisesse declarar guerra justa, independente do fato de serem ou não desta etnia¹⁰⁹.

O governo da Bahia optou por delegar a particulares o comando das ações de combate e aproximação com os índios devido à ausência de capital para investir em uma infraestrutura eficaz que atendesse aos interesses mais gerais. A

¹⁰⁵ **PARAÍSO**, Maria Hilda. Op.Cit. Pg. 03.

¹⁰⁶ **CUNHA**, Manuela Carneiro da. (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. S. Paulo: Edusp, CPI/SP, 1992.

¹⁰⁷ Embora as três Cartas Régias se referissem especificamente à Capitania de Minas Gerais, as suas deliberações foram estendidas às Capitanias da Bahia e Espírito Santo, no mesmo ano, para atender às solicitações de seus governadores. Posteriormente, as medidas foram estendidas aos índios dos Campos de Guarapuava e aos Murus da Amazônia.

¹⁰⁸ Ver: **ATAÍDE E MELLO**, Pedro M.^a Xavier de, Governador e Capitão . General da Capitania de Minas Gerais, Ofício enviado a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, Ouro Preto, em 11/04/1808. *Civilização dos Índios*. RAPM, Belo Horizonte, v.11, p. 312-316, 1906; **NAVARRO**, Luís Tomás. Carta enviada ao Sargento-mor Francisco Alves Tourinho, Vila de Caravelas, 4/5/1808. In: **NAVARRO**, Luís Tomás. *Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro*. *RIHGBr*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 433-68, 1866; **TOVAR**, Manoel Vieira de Albuquerque. Informação sobre a Navegação Importantíssima do Rio Doce. Rio de Janeiro, 18/07/1810. *RHIGES*, Vitória, v. 21, p. 126-30, 1960; **CUNHA**, José M. da , Ouvidor de Porto Seguro. Correspondência ao Conde de Linhares, Caravelas, em 05/08/1810. In: **ACCIOLI**. J., **AMARAL**, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1931. v. 3, p. 54-6.; **CUNHA**, José M. da , Ouvidor de Porto Seguro. Carta enviada ao Conde de Linhares, Caravelas, em 08/08/1810. In: **Accioli**. J e **Amaral**, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador : Imprensa Oficia, 1931 v. 3, p. 54 -5.

¹⁰⁹ Somente a partir do momento em que eles aceitavam o processo de dominação, passavam a ser reconhecidos pelo nome com o qual se autodenominava ou pelo qual passavam a ser conhecidos entre os outros povos indígenas.

responsabilidade de executar essas medidas recaiu sobre os capitães- mores residentes na região e o encarregado pelo empreendimento em Caravelas foi José Luís de Siqueira¹¹⁰, nomeado à época Capitão-Mor da Conquista do Gentio bárbaro de Caravelas¹¹¹. Como Capitão-Mor, Siqueira deveria combater os índios que viviam entre os rios Jucuruçu e Mucuri¹¹².

As terras conquistadas aos índios eram transformadas em devolutas e posteriormente oferecidas aos colonos com uma serie de benefícios para facilitar o assentamento. Entre as benesses disponibilizadas pelo Estado estão: a isenção de dívidas e impostos por cinco anos e a criação e manutenção de uma infraestrutura composta de estradas e quartéis que proporcionariam, ao mesmo tempo, a segurança e o desenvolvimento do local. O mesmo acontecia com terras abandonadas em decorrência de ataques dos indígenas. Normalmente, os gentios sobreviventes eram escravizados e repartidos entre os fazendeiros.

Seguindo a máxima de Manuela Carneiro da Cunha, poderíamos assegurar que a questão indígena no século XIX deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para tornar-se uma questão de terras¹¹³. Contudo é importante, relativizar a afirmação e situar o problema das terras no contexto em que estava inserido, sobretudo a partir da década de 30 dos oitocentos, pois, os diversos casos de invasões das terras dos aldeamentos, como bem observou Paraíso, são um sinal indicativo de que, nessas áreas e nesse momento, garantir acesso à mão de obra era mais importante do que receber terras sem ônus e abundantes¹¹⁴. E mais, poucos detinham capital suficiente para financiar a vinda de escravos africanos, fazendo com que o escravo preferencial fosse indígena.

¹¹⁰ “No descobrimento dos sertões desta província foram criados pelos governadores Capitães-generais vários Corpos com a denominação de conquista para afugentar o gentio bárbaro que infestava as matas das comarcas desta cidade, Ilhéus e Porto Seguro, causando grande prejuízo aos povoadores, sendo compostos aqueles Corpos de um Capitão-Mor, Ajudante e de uma ou duas Companhias com Capitães, Alferes e soldados conforme a extensão da Comarca sem percepção porém de soldos, que soa percebia o Corpo da Conquista da Vila de Pedra Branca da Comarca desta cidade criado pelo Conde de Sabugosa em 1739”. Cf. **CUNHA E MENEZES**, Manoel Ignáciada. Ofício enviado a sua Majestade o Imperador. Província da Bahia. 18/05/1827 APEB. Seção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Correspondência para o Governo.

¹¹¹ Os Capitães-Mores eram homens que planejavam e realizavam ataques contra os índios. Com o incentivo do governo montavam um grupo, composto em geral por mestiços, e atuavam sob a justificativa de oferecer segurança aos moradores, garantindo o desenvolvimento da colonização na região. Muitos prestavam serviço direto a alguns colonos ajudando na defesa direta das fazendas.

¹¹² Conde da Ponte. *Ofício enviado a José Luís de Siqueira, capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas*; 18/7/1808; Bahia:APEB; Secção Colonial e Provincial; FundoCapitania da Bahia - Série Diversas; Cartas do Governador a Várias Autoridades; maço 164; p. 237v/ 238.

¹¹³ **CUNHA**, Manuela Carneiro da. **Historia dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pg. 133.

¹¹⁴ **PARAÍSO**, Maria Hilda. Op.Cit. Pg. 03.

As questões envolvendo o “esbulho oficial” de terras indígenas devem ser compreendidas em dois momentos específicos, como nos mostra Cunha:

Nas fronteiras do Império, ainda em expansão, trata-se de alargar os espaços transitáveis e apropriáveis. Nas zonas de povoamento mais antigo, trata-se, a partir de meados do século, de restringir o acesso à propriedade fundiária e converter em assalariados uma população independente – libertos, índios, negros e brancos -, que teima em viver à margem da grande propriedade, cronicamente carente de mão de obra¹¹⁵.

Frente às inúmeras dificuldades impostas pelo processo de conquista, muitos grupos indígenas optaram pelo abandono das áreas em que os conflitos estavam mais intensos, em especial os rios Doce e Jequitinhonha em Minas Gerais e Espírito Santo e o Pardo na Bahia. A zona intermediária entre esses rios, o Vale do Mucuri, tornou-se o local privilegiado para os que buscavam refúgio.

As constantes migrações acirraram outras disputas. Os conflitos entre os grupos recém-chegados e os antigos moradores do local, tanto índios quanto colonos, foram inevitáveis e estão diretamente ligados à referida reordenação espacial e organizacional intensificada com a expansão da fronteira agrícola. A política indigenista, imposta a ferro e fogo, modificou drasticamente o cotidiano desses povos.

Francisco Alves Tourinho, Sargento-Mor Comandante das Ordenanças da Vila de Caravelas, em resposta à carta enviada por Luiz Thomaz Navarro – engenheiro encarregado de avaliar as condições de implantação de uma estrada para o correio entre a Bahia e o Rio de Janeiro - registrou importantes informações sobre os conflitos intertribais entre os diversos grupos da região. De acordo com Tourinho:

O gentio bárbaro desde o ano de 1786; em que saíu a primeira vez na vila de Porto Alegre d'esta Comarca sob o pretexto de paz, em número de mais de 120 individuos; até hoje sempre tem dito que no seu corpo numeroso estão reunidas 3 nações Comonacho, Bacumim, Machacari, e que entre os portugueses vinham refazer-se de ferramentas cortantes, para fazerem armamento com que se defendam das duas nações suas inimigas, Pataxó e Botocudo, com as quaes sustentam sempre implacável guerra sem melhor partido que o da

¹¹⁵CUNHA, Manuela Carneiro da. Op.Cit. Pg. 141.

fuga, pela superioridade de forças dessas nações tão ferozes, que comem a todos os que deles podem matar¹¹⁶.

A guerra travada entre essas três nações juntas contra os Botocudos, vistos como inimigo comum é um sinal da possível migração dos últimos para a região. Ao que parece, a grande quantidade de grupos Botocudos encontrados no século XIX às margens dos rios Mucuri e Peruípe, em Caravelas, tinham se deslocado das zonas de conflito no rio Pardo, na Comarca de Ilhéus.

O relato de Francisco Alves Tourinho torna possível compreender as formas de aproximação e negociação desenvolvidas pelos grupos indígenas em contato com os portugueses. A busca de suprimentos e armamentos impulsionava o gentio em direção às vilas e ao contato com os brancos. A obtenção das benesses implicava na conversão e submissão das populações ao jugo português. Todavia, a ação empreendida pelos índios se mostrou diferente:

A princípio pareceu-nos verdadeira e sincera esta representação, e assim as Câmaras, como os ouvidores e Capitão-Mor desta Comarca com o maior prazer concorreram para que estes bárbaros fossem municiados e vestidos, a fim de que por este meio liberal se reduzissem a sahir com todo o corpo, e se catequizarem e receberem o batismo, e viverem finalmente entre nós: porém no decurso de 22 anos a experiência tem nos mostrado, e dado bem a conhecer que as intenções destes bárbaros são sinistras e simultosas, e que o pretexto de paz é um meio seguro de poderem roubar, e matar livremente quando querem¹¹⁷.

Em outro momento do relato, Tourinho afirma existirem alguns grupos que fugiam das matas, por não resistir aos combates, e que se instalavam próximos às fazendas sob proteção dos brancos. Muitos ficavam morando nas fazendas por anos, aprendendo a falar português e a manusear armas de fogo, sendo preparados também para atuarem como “línguas”¹¹⁸.

Diante de tantas transformações, mudaram-se também os hábitos e as formas de relacionamento. Os registros de deslocamentos territoriais entre os grupos indígenas e conflitos “intertribais”, emergem em meio às notícias cada vez mais frequentes sobre o estabelecimento de fazendas, madeireiras e terras aforadas nos “sertões”. Nesse sentido, uma suposta situação de isolamento ou de “contato

¹¹⁶ NAVARRO, Luís Tomás R. Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro IN *RHGBr*. RJ; VII: 1866. Pg. 446.

¹¹⁷ NAVARRO, Luís Tomás R. Op.Cit. Pg. 446.

¹¹⁸ NAVARRO, Luís Tomás R. Op.Cit. Pg. 449.

intermitente”, ia configurando-se em uma situação de “contato permanente” especialmente com os colonos que, aos poucos, se assentavam nas áreas interioranas.

A diversidade de formas de interação destes grupos com a sociedade envolvente possibilitou a existência de uma relação mais intensa com os “brancos”. As ações destes índios eram, constantemente, atualizadas nas relações sociais “internas” e com os “outros”, demonstrando que suas estratégias eram frutos das inúmeras experiências adquiridas nesse e em outros contextos.

Capítulo II

Índios “mansos” e índios “bravos”: A questão indígena na Comarca de Caravelas.

A partir de meados do século XIX, os moradores das vilas litorâneas da Comarca de Caravelas passaram a impor um distanciamento geográfico e social aos índios dos sertões. Assustados com os constantes ataques que “vinham de todas as partes do dito sertão” exigiam ao governo provincial que se tomasse medidas urgentes visando garantir a segurança dos habitantes dessa região¹¹⁹.

Em um abaixo-assinado enviado ao presidente da província no ano de 1844 os moradores da vila do Prado¹²⁰ relataram que “cansados dos sofrimentos e perseguições de que por muitas vezes e agora principalmente tem sido victimas (sic)”, mandasse o presidente um “destacamento ao menor de 30 praças” para ser fixado na fazenda Santa Maria do Corte, pertencente a Manoel Caetano de Castro, “livrando por este modo os habitantes da flexa (sic) assassina dos índios bravos”¹²¹.

Os conflitos com os índios ocorriam principalmente nas fazendas e plantações instaladas às margens do rio Jucuruçu e remetem ao período de ocupação dessas áreas com as investidas de particulares ao sertão em busca de mão de obra para os estabelecimentos agrários recém-criados. Os moradores queixavam-se constantemente desses ataques informando às autoridades que:

De longos anos tem sido esta vila em diversas ocasiões acometida pelos selvagens indígena, que ora assaltando inesperadamente as roças tem não só devastado as plantações, como barbaramente arrancado as vidas daqueles que de súbito encontram, ora sahindo desaromados e despidos de todo o segual (sic.) d’agressão por todo sertão de toda comarca a final depois de praticar alguns pequenos insultos e desacatos, então matão alguém ou ferem gravemente, deixando d’aparecer por tanto tempo quanto julguem bastante para esquecer (...) ¹²²

¹¹⁹ Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Vila do Prado em 1/04/1844. APB. Seção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Série Agricultura – Diretoria Geral dos Índios. Maço 4611.

¹²⁰ A vila do Prado localizada às margens do rio Jucuruçu deu origem ao atual município do Prado no extremo sul da Bahia.

¹²¹ Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Op.Cit.

¹²² Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Op.Cit.

Os moradores informavam ainda que a vila passava por problemas de abastecimento devido aos cada vez mais constantes conflitos com os indígenas:

Os abaixo assinados todos vinham sofrendo, porque intervalos davam tempo a reparar os danos, quando agora aparecerão duas ou mais tribos, que arvoradas do estandarte da paz, e destituídas d'armas inçarão (sic) as principais fazendas destruindo as plantações (...) ¹²³.

Entre as fazendas listadas como mais “perseguidas” pelos índios estavam a do Sr. Domingos José, denominada Riacho das Pedras, a de Dona Inácia Maria de Jesus com o nome de Riacho Grande e a de Manoel Caetano de Casto. Esta foi escolhida para sediar o destacamento pela sua centralidade e por estar situada em um local estratégico que facilitaria o deslocamento da tropa para as outras propriedades bem como para vila ¹²⁴.

A fazenda Santa Maria do Corte era inclusive descrita como a que mais recebia os grupos de índios que circulavam por essas matas devido ao “bom tratamento” dado por seu proprietário a esses grupos. Essa relação de Manoel Caetano de Castro com os índios deve ser entendida como uma tentativa de assentá-los na fazenda e utilizá-los como mão de obra, o que na maioria das vezes não era bem interpretado pelos indígenas que prefeririam receber os brindes e voltar aos seus estabelecimentos. A carta enviada pelos moradores ao presidente da província confirma essa situação ao descrever as investidas dos indígenas à fazenda de Manoel Caetano de Castro:

O proprietário desta ultima (fazenda Santa Maria do Corte) principalmente persuadido de que o bom gasalho (sic.) e amor com que os tratasse seria capaz de acobertá-lo e a seus escravos e trabalhadores das brutalidades dos ditos selvagens, e mesmo domesticá-los e induzi-los a civilização, começou a tratá-los da melhor maneira já lizongiando-lhes os gostos com diversas miudezas e enfeite que lhes offertava, já satisfazendo-lhes a gula, e restaurando pois esperança de seis mezes a cem e mais pessoas daquela raça que alternativamente o buscavão de dias, vindo ora huns ora outros; até que a final desconfiados por hum não sei o que, ou aliás levados de seu natural feróz e sanguinário, armarão huma cilada, que já se não esperava e cruelmente mataram quantos homens e trabalhadores da mesma fazenda que levavam hum mastro, sendo alguns paes de família ¹²⁵.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Idem Ibidem.

¹²⁵ Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Op.Cit

A partir desses documentos não conseguimos obter uma quantidade significativa de elementos que nos possibilitasse afirmar a qual família ou grupo étnico esses índios pertenciam. As informações que constantemente aparecem nessas cartas são de caráter geral, constando apenas referências esparsas sobre um número estimado de indivíduos que viviam em cada família.

Podemos imaginar, baseados em dados anteriormente coletados, que essas famílias pertenciam ao grupo étnico dos Pataxós, Maxakalis ou Botocudos¹²⁶. É provável que a análise das formas de relacionamento com a sociedade envolvente possibilite uma melhor precisão. Contudo, faz-se importante também avaliar os grupos que historicamente mantinham contatos com os moradores do Prado e de outras vilas vizinhas.

A criação da vila do Prado ocorreu no contexto de implantação da política indigenista pombalina na Bahia (como mencionado no capítulo 1) e foi oficialmente fundada em 1764. Por volta de 1798 Luiz do Santos Vilhena¹²⁷ afirmava que a vila era “habitada por índios e brancos” e que “ocupam-se seus habitantes na lavoura de mandioca, e em alguma madeira, que tiram das abundantes matas, que há pelas margens do rio Jucuruçu, as quais se acham povoadas com moradores, que tem suas roças de mandioca até a distância de 8 léguas”¹²⁸. O fato dos moradores não penetrarem pela densa floresta que circundava a vila era, segundo Vilhena, devido à presença dos “bárbaros” que se apresentavam como um grande obstáculo aos agricultores.

Esses grupos citados por Vilhena eram os Pataxós e Maxakalis, que apesar de manterem uma relação próxima entre eles, criavam estratégias de aproximação diferentes com os brancos. Príncipe Maximiliano Von Wied-Neuwied¹²⁹, viajante que passou pela região por volta de 1817, confirma a presença desses dois grupos no Jucuruçu e é o primeiro a registrar as diferenças nas formas de relacionamento dos índios com a sociedade envolvente. Segundo Maximiliano:

¹²⁶ Para maiores informações consultar: **PARAÍSO**, Maria Hilda B, 1998. “O Tempo da dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”. Tese de Doutorado em História. FFLCH – USP. Pg 190; **PARAÍSO**, Maria Hilda B. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni; povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. São Paulo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, n. 4, p. 173 – 187, 1994.

¹²⁷ **VILHENA**, Luiz dos Santos. A Bahia no Século XVIII. Vol.2 Salvador:Editora Itapuã, 1969, pg:526.

¹²⁸ **VILHENA**, Luiz dos Santos. Op. Cit. Pg. 526.

¹²⁹ Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989.

Tanto Pataxós como os Maxakalis vivem nas florestas da região às margens do Jucuruçú. Os últimos sempre se mostraram mais inclinados à paz com os brancos do que os primeiros, que somente chegaram a um acordo amigável havia três anos. Pouco antes disso, porém, surpreenderam na floresta alguns habitantes de Prado, ferindo o escrivão e matando várias pessoas¹³⁰.

Nas observações de Navarro¹³¹ em 1808 sobre os índios do sul da Bahia, identificamos algumas situações que permitem confirmar essa hipótese. Seguindo as informações do reverendo vigário da vila, o Padre Antônio Martins Lomba, Navarro registrou que:

A Villa do Prado, habitada de índios mansos, está em grande decadência pelos contínuos ataques gentílicos; e segundo as informações do Vigário, giram pela extensão do recôncavo d'aquelle paiz, e suas matas, matando, destruindo os habitantes do mesmo lugar, as nações seguintes – Pataxó a mais numerosa, e muito brava- Manaxa- Maconi- Macaxó- Manha, e o Botecudo, que é a mais feroz e atrevida, sendo a Pataxó, e o Botecudo antropophagos com certeza¹³².

A relação pacífica ou de aliança construída entre os Maxakalis e os moradores da vila do Prado, ao que parece, nos remete aos primeiros anos de criação do povoado, tendo a vila inclusive servido como refúgio desse grupo por muitos anos. Em 1807 informava o Vigário Padre Antônio Lomba ter selado um tratado de aliança com os índios denominados de “Macaxan”- provavelmente uma corruptela de Maxakali - liderados pelo capitão Tomé¹³³. Segundo Navarro, o grupo formado por aproximadamente 70 índios entrou na vila e foi à procura do reverendo Padre Antonio Lomba. Então, no dia 15 de fevereiro daquele mesmo ano, logo após algumas negociações, resolveram aceitar o batismo, levando 26 indivíduos do grupo, entre adultos e crianças, para se instruírem na fé, como um sinal indicativo da boa relação entre eles e da aliança selada:

(...) a maxacan, que também fazia suas incursões, e que estava reduzida aos poucos indivíduos, sendo governada pelo Capitão Tomé, índio da mesma nação, saiu do mato em busca do dito reverendo Padre, que já era conhecido por ter sido visto na sua roça, e o procurou à paz, e pelas persuasões do mesmo padre vieram 70 e

¹³⁰ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 212.

¹³¹ NAVARRO, Luís Tomás R. Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro – 1808. IN: *RIHGBr*. RJ; VII: 1866.

¹³² NAVARRO, Luís Tomás R. Op.Cit. Pg. 436.

¹³³ **Ibidem**

tantos gentios, e no dia 15 de fevereiro de 1807 foram batizados 26 pelo reverendo vigário, alguns já adultos, que pediram batismo para si e para seus filhos: outros não o quiseram¹³⁴.

Faz-se necessário destacar que as informações cedidas pelo padre sobre a aparição do grupo comandado pelo Capitão Tomé em 1807 na vila do Prado parece contraditória, pois o Capitão-Mor de Porto Seguro, João da Silva Santos¹³⁵, afirmara em 1805 que esses índios já estavam aldeados desde 1786, mantendo contatos regulares com na região. De acordo com João da Silva Santos, esses Maxakalis, que eram originários de Minas Gerais, haviam se aldeado voluntariamente próximo a vila de São José do Porto Alegre, na foz do rio Mucuri com aproximadamente 120 membros, e mantinham boa relação com os moradores do local¹³⁶.

Apesar do desencontro de informações podemos destacar algumas possíveis explicações para a aproximação dos índios do Capitão Tomé no Prado, e segundo Paraíso, ligadas a três hipóteses:

Uma era a de que o vigário quis atribuir a si uma importância e uma eficiência que não correspondiam à realidade. Outra seria a de que os índios haviam deslocado sua aldeia para as proximidades do Prado e se comportado com o vigário como se nunca tivessem sido aldeados anteriormente. Finalmente, a terceira hipótese era a de que a grande aldeia referida por Santos teria se fracionado, num processo bastante comum entre os grupos Macro-Jê, e o grupo com o qual o vigário mantivera contacto teria instalado uma nova aldeia nas proximidades de sua fazenda e, embora se apresentasse como grupo autônomo, continuaria sob a orientação do referido Capitão Tomé¹³⁷.

Acreditamos, conforme a terceira hipótese, que os índios citados pelo vigário da vila do Prado tenham surgido de um fracionamento do grupo citado, pois a fácil aceitação do contato e do batismo são indícios de uma experiência anteriormente adquirida de contato. Apesar de que, não foram poucos os grupos que se deslocavam de vilas em vilas se apresentando como se nunca tivessem sido aldeados para poder obter brinde e alimentos.

¹³⁴ **Idem Ibidem.**

¹³⁵ **SANTOS**, João da Silva, Capitão-Mor de Porto Seguro. Mapa e Descrição da Costa, rios e seus terrenos de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde pode chegar sumacas, lanchas e canoas com seus fundos, feito e examinado pelo Cap. mor João da Silva Santos, principiado em 1803 e enviado ao Governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes. Belmonte 28 de janeiro de 1805. In: Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa - Bahia; *Anais da Biblioteca Nacional.*, Rio de Janeiro, v. 37: 232 – 459, 1945.

¹³⁶ **SANTOS**, João da Silva, Capitão-Mor de Porto Seguro. Op.Cit.

¹³⁷ **PARAÍSO**, Maria Hilda B, 1998. Pg 224.

Wied-Neuwied, em sua segunda passagem pela região do Prado, registrou com uma riqueza interessante de detalhes uma visita feita por ele a aldeia dos Maxakalis nas margens do rio Jucuruçu. Segundo Wied, o trajeto feito para se chegar à aldeia era bastante tortuoso e incomodo tendo que seguir da vila rio acima até a fazenda do juiz dali dirigindo-se ao quartel do Vimieiro, que servia de barreira contra os índios “bravos” vindo do sertão¹³⁸. Essa região, conhecida por Duas Barras, era o ponto máximo ocupado pelos colonos, existindo para além dessa delimitação apenas uma grande mata fechada:

Já era assaz tarde da noite quando alcancei o destacamento do Vimieiro, onde estão situadas a residência e as plantações do Senhor Balançueira, juiz da vila do Prado, num alto espigão que acompanha a margem do rio¹³⁹.

Na fazenda do Sr. Balançueira, Wied-Neuwied confirma a existência de diversas famílias indígenas trabalhando na lavoura e no corte de madeira para exportação. A fazenda servia como ponto de apoio e beneficiava-se da localização do quartel, fazendo parte do sistema defensivo e usando como trabalhadores os grupos aliados que mantinham freqüentes contatos e relações amigáveis havia mais de dez anos:

O dono estava ausente; mas tive, por sua ordem, amigável acolhida e bom pouso para noite (...). A noite, o som da música e da dança vinha das casas dos índios, que ali formavam dez famílias¹⁴⁰.

Os arredores da fazenda, devido à relativa distância da vila, estavam cercados pela floresta densa quase inacessível, na qual, segundo Wied -Neuwied, só se viam:

(...) as cimas verde-escuras e sombrias das árvores, que se adensavam em matas virgens e impenetráveis, onde o rude pataxó e o Machacari dividem a soberania com a onça e o tigre negro¹⁴¹.

A aldeia dos Maxakali estava localizada a uma curta distância ao se penetrar à mata, próximo a margem esquerda do rio Jucuruçu. Estava organizada em torno de uma só casa, na qual conviviam quatro famílias, cuja composição e estrutura condizem com as características típicas dos grupos Maxakalis. Estes, embora tenham

¹³⁸ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 274.

¹³⁹ Ibidem

¹⁴⁰ Idem Ibidem

¹⁴¹ Cf. WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 275.

uma consciência étnica, tendem ao fracionamento da unidade central (aldeia), construindo pequenas unidades sociais (familiares) autônomas e autossuficientes, mantendo o conjunto baseado na identidade, próximo a descrição feita por Wied:

Não longe dali, mais pra dentro da mata, existe uma aldeia de Machacaris, já varias vezes por mim mencionada, onde apenas cerca de quatro famílias desse povo vivem juntas numa casa. Tinha muita vontade de conhecer também essa tribo e, por isso, fui até lá com alguns índios. (...) Encontrei todos os selvagens morando juntos numa casa espaçosa; fazia dez anos que ali viviam e eram sofrivelmente civilizados. Alguns mostravam-se cativantes e sociáveis, outros, ao contrário esquivos e reservados; alguns falam um pouco de português, porém entre eles sempre faziam o uso da língua nativa¹⁴².

As famílias que ali viviam mantinham uma boa relação com os Pataxós, indicando uma estreita afinidade entre esses grupos, além de uma possível unidade cultural, como bem percebia por Paraíso¹⁴³. De acordo com Maximiliano:

Quando me fartei da bela e romântica paisagem, dirigi-me para a margem do rio, às habitações dos índios. Entre estes encontrei uma mulher da tribo dos Machacaris, que entendia perfeitamente a língua dos Pataxós, coisa muito rara; porque, sendo os últimos, de todas as tribos aborígenes, os mais desconfiados e reservados, é difícil a uma pessoa, que não pertença a tribo, aprender-lhes a linguagem¹⁴⁴.

Os “Maxakalis amigos”, referidos pelo príncipe, foram depois chamados para atuarem como “medianeiros da paz com os Pataxós”. Estes intermediaram a aproximação com os colonos e, a partir de então, mantiveram relações comerciais regulares com outras vilas, a exemplo de Porto Alegre, Viçosa e Caravelas. A procura por “equipamentos civilizados” deve ser entendida como prática típica de escambo, exercida por esses grupos não simplesmente para satisfazer seus desejos, mais também como uma forma de estabelecer e manter a aliança por meio da solidariedade e manter relações de troca com moradores nacionais dos sertões e das vilas. Nesse sentido, Wied-Neuwied demonstra que:

¹⁴² Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 276.

¹⁴³ Para maiores informações consultar: **PARAÍSO**, Maria Hilda B. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni; povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. São Paulo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, n. 4, p. 173 – 187, 1994.

¹⁴⁴ Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 275.

Entraram na vila [os Pataxós] completamente nus, sopressando armas, e foram imediatamente envolvidos por um magote de gente. Traziam para vender grandes bolas de ceras, tendo nós conseguido uma porção de arcos e flechas em troca de lenços vermelhos. (...) Uns poucos, somente, traziam, amarrados em volta do pescoço, lenços que lhes deram em ocasiões anteriores (...) deram-lhes um pouco de farinha e cocos, que eles abriam mui destramente, com uma machadinha, arrancando em seguida, da casca dura, com os dentes poderosos, a polpa branca. Alguns deles tinham muito tino para comercializar. Queriam, sobretudo, facas e machadinhas (...) ¹⁴⁵.

Esses indígenas, assim como os Maxakalis, viviam quase que exclusivamente da caça e da pesca, tendo alguns, pequenas roças nas quais plantavam, em especial, a mandioca. Os constantes deslocamentos até a vila tinham como principal atrativo, segundo Maximiliano, obter alimentos que lhes eram oferecidos. Em momentos de escassez e dificuldades, os alimentos “doados” pelos colonos poderiam servir como complemento ao que se conseguia na mata, apesar de que, como o próprio príncipe percebeu:

O ouvidor lhes havia fornecido um ralo para moer ou ralar as raízes de mandioca; mas, de acordo com o costume dos ancestrais, tiram da caça grande parte da subsistência. (...) o arco e flecha são-lhes ainda armas habituais, se bem que alguns sejam também destros no uso da espingarda. (grifo meu) ¹⁴⁶

Do ponto de vista das características físicas, as informações fornecidas por Wied-Neuwied apontam mais uma vez para questão da unidade cultural entre Maxakalis e Pataxós, nesse sentido, ao tratar dos índios da aldeia do Jucuruçu, o viajante expõe uma interessante descrição etnográfica:

A compleição é a mesma dos Botocudos, sendo, porém, um pouco mais entroncados. São altos, fortes e espadaúdos. Em geral não desfiguram muito o corpo; apenas como os Pataxós, amarram na frente o “membrum virile” com um cipó. Muitos fazem também um pequeno orifício no lábio inferior, onde, por vezes, usam um pedacinho de bambu. Deixam o cabelo crescer, cortando-o atrás; e às vezes igualmente tosam o cabelo como os Pataxós. Dizem que constroem choças da mesma maneira ¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 214.

¹⁴⁶ Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 276.

¹⁴⁷ Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 277.

Ao tratar da questão da identidade étnica dos vários grupos indígenas que habitaram essa região, o norte do Espírito Santo e o nordeste de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, Paraíso, levantou a hipótese que esses grupos citados e outros – a saber: Maconés, Monoxós, Comanaxós e Copoxós – seriam, sob diferentes designações, subgrupos de uma mesma nação (vide nota 71 capítulo 1)¹⁴⁸. Tal hipótese pode ser testada nesse exemplo citado acima e em outros reafirmando, segundo Paraíso essa percepção. Entretanto, o que mais nos interessa nas questões levantadas, e que também merece ser destacado nessa situação, é a percepção dos índios dos contextos em que estavam inseridos, visualizando as alianças com os não índios como uma possibilidade a mais de convivência e sobrevivência no século XIX.

A relação construída entre os grupos que habitavam essas matas – Maxakalis, Pataxós e Botocudos – também era um sinal demarcador de suas formas de aproximação às vilas. Em 1844, nas correspondências dos moradores do Prado, esta diferenciação é significativa e demonstra uma percepção por parte dos indígenas desse contexto de conflitos e alianças. Segundo os moradores, diversos grupos “tem continuado a aparecer, querendo convencer de que foram outros os malfeitores, e premeditando talvez maior estrago.”¹⁴⁹ Nesse sentido, percebemos que muitos foram os grupos que se aproximavam das vilas com o pretexto de firmar alianças e, justificando-se, afirmavam estar fugindo de um oponente comum, os Botocudos, deixando sempre transparecer que o inimigo é o “outro”.

A relação dos grupos chamados de “Botocudos” com os não-índios foi comumente narrada como de extrema inimizade, vide as descrições feitas por Navarro, que sempre os identificava como “os mais ferozes e antropófagos”¹⁵⁰. Entretanto, Wied-Neuwied é quem nos fornece dados mais significativos sobre os conflitos dos Botocudos com os não-índios e com os outros grupos indígenas da região. De acordo com esse autor:

Parece que ambas as tribos – Maxakalis e Pataxós – se aliaram contra os Botocudos e que tratam os prisioneiros como escravos, pois, no Prado, uma menina Botocuda foi, há pouco tempo, oferecida à venda. (...)¹⁵¹

¹⁴⁸ : **PARAÍSO**, Maria Hilda B. . Op. Cit. Pg. 137.

¹⁴⁹ Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Op.Cit.

¹⁵⁰ **NAVARRO**, Luís Tomás R. Op.Cit. Pg. 436.

¹⁵¹ Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 215.

E ainda:

Do lado da costa marítima os Botocudos vivem em guerra com diversas tribos, entre as quais destacam-se os Maxakalis e os Pataxós; mais para o interior, com os Panhames e ainda com outras, mais ou menos a caminho de desaparecimento, como os capuchos. Todos esses últimos, por serem mais fracos reuniram-se contra os Botocudos. As próprias hordas de tapuias travam entre si rudes combates, quando se encontram. Empregam nessas circunstâncias toda a sua astúcia e todo seu tino de caçadores; é natural porém, que se deixem mais depressa enganar pelos seus compatriotas do que pelos brancos.¹⁵²

A presença dos Botocudos na região do Jucuruçu e adjacências foi marcada por intensos conflitos, criando sobre eles o estigma de eternos inimigos. Essa situação possibilitava aos grupos que fugiam do embate direto buscar auxílio nas vilas, apresentando-se normalmente como aliados. Contudo, a postura dos aliados poderia variar bastante a partir dos interesses em jogo, deixando os colonos sempre em dúvida de sua “verdadeira intenção”¹⁵³.

Outras regiões da comarca, a exemplo de Alcobaça e Caravelas foz do Itanhém e do Meio, localizadas a foz do rio Itanhém, vinham “sofrendo” com as constantes aproximações das “nações gentílicas que perseguem, matam e destroem os moradores das vilas e povoados vizinhos”¹⁵⁴. Naqueles locais também se colocava em dúvida a postura dos índios aliados, pois, desde meados da década de 20 do XIX, que os ataques dos índios haviam se intensificado. Em Ponte do Gentio, por exemplo, local onde estava situada a fazenda do Capitão-Mor João da Silva Santos, foram registrados diversos ataques vindos dos índios dos sertões, normalmente creditados aos Botocudos, como de costume à época. Contudo, há de se imaginar, pela proximidade da região com os locais tradicionalmente habitados por Pataxós e Maxakalis, que os “assaltos” citados possivelmente tenham sido praticados por índios Pataxós.

Os poderes locais buscavam, a partir das inúmeras notícias de conflitos envolvendo índios e os moradores das vilas, sensibilizar as autoridades, atraindo, assim, sua atenção para a região e para os interesses dos habitantes. Algumas

¹⁵² Cf. **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 310.

¹⁵³ Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Op.Cit.

¹⁵⁴ **CERQUEIRA**, João L. Capitão-mor dos índios bravios de Caravelas. Ofício enviado ao Presidente da Província. Caravelas em 30/01/1836. APB. Seção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Série Agricultura – Diretoria Geral dos Índios. Maço 4611.

correspondências apresentavam esta questão expondo que os fazendeiros e agricultores locais dispunham apenas dos piores terrenos “mais estéreis e pantanosas” que ficavam nas redondezas das vilas muito próximas ao litoral¹⁵⁵. A intenção dos fazendeiros era alertar para a potencialidade econômica desses locais que pouco se desenvolviam devido à maciça presença de povos indígenas tidos como “bravos”. Estes, de acordo com as autoridades locais, estavam de posse dos espaços “mais férteis e com ricas florestas”, dificultando o “bom e real uso dessas paragens”¹⁵⁶.

A questão das terras era considerada um grande problema, tanto que ode ser percebida e identificada em alguns ofícios enviados por autoridades locais¹⁵⁷. Contudo, a maioria das solicitações procurava destacar que, para além dos prejuízos advindos com a não exploração desses espaços, o grande problema das vilas era decorrente da ação dos “desconfiados bárbaros”¹⁵⁸. A imagem dos índios que se pretendia reforçar era a de verdadeiros inimigos públicos e de que a região só poderia prosperar caso fossem tomadas medidas cabíveis para “tornar tranquilas e habitáveis as terras em que transitam estes bárbaros”.¹⁵⁹ Argumentavam, ainda, que só assim se livraria “por esse modo os habitantes da flexa (sic) assassina de semelhantes feras”¹⁶⁰.

O primeiro projeto proposto pelo governo da Bahia para acelerar a conquista da região sul da província foi ainda em 1810, quando foram fundados diversos destacamentos/quartéis ao longo do curso dos rios. Era uma tentativa de reduzir o número de conflitos com os índios e, ao mesmo tempo, facilitar a abertura de estradas que permitissem uma maior comunicação da região com outros espaços, em especial com Minas Gerais.

A política militarizada imposta em Minas Gerais serviu, nesse contexto, a Bahia como forma de inspiração que, na tentativa de criar um clima de segurança

¹⁵⁵ CERQUEIRA, João L. Capitão-mor dos índios bravios de Caravelas. Op. Cit.

¹⁵⁶ CERQUEIRA, João L. Capitão-mor dos índios bravios de Caravelas. Op. Cit.

¹⁵⁷ Sobre a questão das terras ver: VALE, Francisco G. do, Diretor dos Índios de Alcobaça. Alcobaça em 29/11/1835, *Requerimento enviado ao Ouvidor e Provedor Interino da Câmara de Porto Seguro*. APEB. Secção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Série Agricultura - Diretoria Geral dos Índios. Maço 4611; CERQUEIRA, João L. Capitão-mor dos índios bravios de Caravelas. Op. Cit.

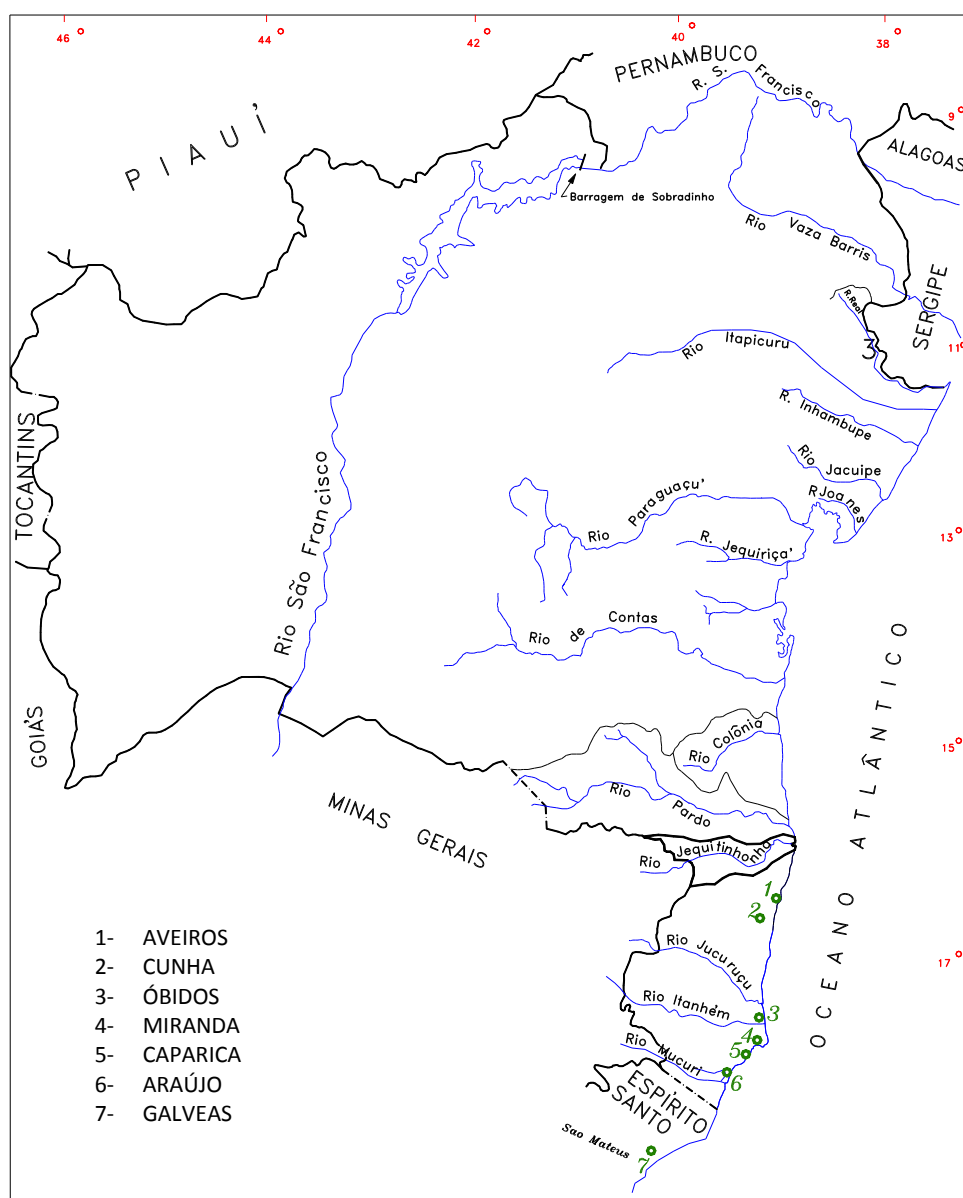
¹⁵⁸ Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Op.Cit.

¹⁵⁹ TOURINHO, Francisco Alves, Sargento-mor comandante das Ordenanças da vila de Caravelas, Vila de Caravelas, 5/5/1808. In: NAVARRO, Luís Tomás. Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, V.7, p. 433-68, 1866.

¹⁶⁰ Abaixo assinado dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Op.Cit.

para os fazendeiros e agricultores, optou pela construção de alguns quartéis. Entre os diversos destacamentos fundados, quatro estavam localizados em nossa área de estudo: O quartel de Óbidos no rio Itanhém, nas proximidades de Alcobaça; o de Caparica na foz do rio Peruípe, próximo a vila de Nova Viçosa; o de Araújo, localizado no rio Mucuri, numa região conhecida como Morro das Araras; e o de Miranda na vila de Caravelas¹⁶¹. (Mapa 1 – fonte¹⁶²)

QUARTÉIS CRIADOS A PARTIR DE 1813 NA BAHIA PARA



¹⁶¹ CUNHA, José M. da, Ouvidor de Porto Seguro. Carta enviada ao Conde de Linhares, Caravelas, em 08/08./1810. In: Accioli, J e Amaral, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1931 v. 3, p. 54 -5.

¹⁶² PARAÍSO, Maria Hilda B, 1998. Op. Cit.

Apesar de esses quartéis continuarem a existir por um bom tempo durante o século XIX, eles não atenderam às expectativas das autoridades, pois os conflitos persistiram ainda nesse período e se intensificaram com o decorrer do século. De acordo com Paraíso, essa realidade pode ser percebida a partir de diversos ofícios denunciando ataques indígenas a essas vilas nas décadas de 1830 e 1840¹⁶³.

O governo da Bahia, diante das dificuldades em assistir as áreas mais afastadas da capital e com poucos recursos para ampliar seus investimentos sobre esses espaços, elaborou um projeto de financiamento da vinda, deslocamento e do trabalho de missionários. Buscava, assim, ampliar o controle do Estado sobre essas regiões e, ao mesmo tempo, incluí-las nos centros produtores e consumidores da província. Nesse contexto, a catequese era percebida como essencial para solucionar os diversos conflitos entre índios e colonos nos sertões, tendo o missionário o dever de atuar como mediador, “domesticando” os índios e reunindo-os em aldeias para servirem como “trabalhadores úteis” aos projetos de conquista de terras e interiorização do domínio do Estado.

A política de incentivo ao missionamento na província da Bahia data de meados da década de 30 do século XIX, quando em 20 de março de 1835 foi autorizada pela Assembléia Legislativa Provincial à vinda de missionários para atuar nos sertões mais distantes. Esses locais seriam onde se “escondiam” as nações “mais bárbaras e ferozes”, considerados como prioritários para esse trabalho de conversão¹⁶⁴.

Inicialmente os missionários enviados poderiam ser filiados a diversas ordens religiosas e sua contratação dependeria somente do interesse expresso por este em fundar uma missão. De acordo com o Art. 1º da Lei de 32 de março de 1836:

Prestará ao missionário pároco, católico romano, secular ou regular, nacional ou estrangeiro, que tenha estabelecimento religioso na Província, a quantia que julga precisar para sua subsistência, uma vez que se empregue com zelo e proveito na civilização e catequese dos índios reunindo-os em aldeias¹⁶⁵.

¹⁶³ PARAÍSO, Maria Hilda B, 1998. Op. Cit.pg. 513 – 516.

¹⁶⁴ Lei nº 5 de 20 de Março de 1835. Coleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas nos anos de 1835 a 1838, volume 1. Tipografia de Antonio Olavo França Guerra 1863. 336p.

¹⁶⁵ Lei nº 32 de 5 de Março de 1836 – Dando providências sobre a catequese dos índios nesta Província, por meio de missionários, que os reúnam em aldeias. Coleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas nos anos de 1835 a 1838, volume 1. Tipografia de Antonio Olavo França Guerra 1863, p. 109.

A criação de aldeamentos deveria ser estimulada podendo o missionário se responsabilizar por quantos conseguisse fundar. Nesse caso, o governo indicava que “debaixo de sua inspeção poderá [o missionário] nomear para aquelas em que não residir, um diretor, ao qual o governo arbitraré uma gratificação”¹⁶⁶.

Contudo, somente em 1838 foram nomeados os primeiros missionários a partir da resolução nº 81 de 21 de julho do mesmo ano, através da qual o governo delegava a 15 noviços da Ordem Beneditina a obrigação de se dedicarem à catequese dos índios. A resolução previa ainda a manutenção de um número fixo de 50 beneditinos nos mosteiros da província deixando claro que, ao menos 15 dos religiosos, deveriam ficar a disposição sempre que o governo solicitasse¹⁶⁷.

O trabalho dos beneditinos à frente do projeto catequese não rendeu muitos frutos e poucos são os registros de missionários empregados nas missões. Apesar do acordo selado entre a ordem e o governo da Bahia, diversos foram os problemas de seu fracasso, dentre esses, as dificuldades impostas pelo trabalho de missionação, como a distância, a comunicação e a precariedade de recursos, levando, assim, muitos dos noviços a desistir de imediato da empreitada.

O processo de substituição dos missionários beneditinos ocorreu pouco tempo depois, por volta de 1839. A partir da década de 1840 o governo da Bahia passou a considerar que a questão da catequese e civilização dos indígenas era urgente principalmente na região sul - Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas - uma vez que lá estavam as matas inexploradas, os espaços a serem ocupados, e as terras que interessavam. Nesse sentido, o presidente da província da Bahia afirmava que:

Aproveitar as tribos que andam errantes pelas matas, infestando as estradas e acometendo as fazendas é, principalmente agora, além de um dever de religião e de humanidade para um país católico e civilizado, um serviço relevante à lavoura e a todas as indústrias”. “Índios, que devem ser catequizados, só os há propriamente no sul da província; os mais tem seu princípio de civilização e estão misturados com a população das localidades”¹⁶⁸;

¹⁶⁶ Lei nº 32 de 5 de Março de 1836. Op.Cit. Pg. 110.

¹⁶⁷ Lei nº 32 de 5 de Março de 1836. Op.Cit. Pg. 111.

¹⁶⁸ Henriques, João Antônio de Araújo Freitas. Presidente da Província. Fala Dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia em 01/03/1842. Bahia: Tipografia do Correio da Bahia pg. 168.

Esse contexto marca a aproximação dos capuchinhos com o governo da Bahia, firmando-os como principais responsáveis pelas missões catequéticas no decorrer do século XIX. A relação estabelecida entre a Ordem e o governo provincial previa a vinda de missionários, que atuariam essencialmente como agentes oficiais.

Nesse período inicial, apesar do esforço estatal de financiar o traslado dos missionários, pouco ou quase nada foi efetuado pelos religiosos. Somente a partir da decretação do Regimento das Missões em 1845, os capuchinhos assumiram de vez a questão indígena, como missionários apostólicos, fundando e dirigindo aldeamentos.

A vinda oficial e em número significativo de capuchinhos italianos para atuarem conforme a política indigenista oficial decorreu de um longo processo de negociações entre o Governo brasileiro e a Santa Sé. O contrato selado entre o governo Imperial brasileiro e a Ordem dos Capuchinhos concedia poderes aos frades para exercerem oficialmente a atividade de catequizar os índios, transformando os missionários em agentes do governo. Nesse acordo foi acertado um projeto de financiamento das missões, no qual se definiu a elevação das cômputas de todos os missionários que trabalhassem em aldeamentos, sendo possível ainda serem acrescidas de mais 1000\$000 para aqueles que, além do aldeamento para o qual fora indicado, se propusesse a fundar outros e administrá-los. Segundo Paraíso:

Em 1840, o Regente Pedro de Araújo Lima restabeleceu as relações com a Santa Sé e se comprometeu a pagar as passagens dos missionários e a diária de \$500 réis. Em 21/6/1843, o Decreto nº 285 autorizava a vinda de missionários capuchinhos italianos e sua distribuição pelas províncias em missões, dando-se prioridade àquelas nas quais, segundo avaliações por parte da burocracia governamental, as missões poderiam ser mais proveitosas. Para fazer frente a todas as despesas relativas à construção de Hospícios, igrejas, capelas e outras, definidas como extraordinárias e indispensáveis, seriam cobertas por recursos auferidos com a exploração de seis loterias, nos moldes concedidos à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro¹⁶⁹.

Em linhas gerais, esses missionários vinham com o objetivo de catequizar os índios nessas regiões e reuni-los em novas aldeias, mantendo, assim, de acordo com a legislação, a ordem entre eles, incitando-os ao trabalho e a cultura do campo, com a obrigação, ainda, de ensiná-los a ler e escrever. Entretanto, as disputas com particulares e câmaras municipais pelo controle administrativo e espiritual dos

¹⁶⁹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Capuchinhos e os índios no sul da Bahia: uma análise preliminar de sua atuação. Revista do Museu Paulista. São Paulo. 1986.

aldeamentos geravam muitos conflitos. Uma destas querelas era utilização da mão de obra indígena nas fazendas, em atividades ligadas a agricultura ou no corte, transporte e comercialização de madeiras, o que dificultava a aproximação dos missionários. Essa interferência era mais acentuada nos aldeamentos localizados nas proximidades de vilas e povoados e sobre os quais havia interesse dos fazendeiros em incorporar as terras ou o trabalho dos aldeados, como veremos no capítulo 3.

2.1 - As estradas do Mucuri: Conquista e Colonização no sentido Minas – Bahia.

(...) nestas matas desertas e incultas, banhadas de um rio navegável se apresentam, certamente, as melhores proporções para neles se realizar a colonização¹⁷⁰.

(...) milhares de indivíduos que podiam, quando bem dirigidos, empregar-se com proveito seu e da sociedade em diversos trabalhos, apenas existem entre nós para atestar o último grau de miséria a que pode ser reduzida a espécie humana, sendo muitas vezes impelidos pelo concurso de suas circunstâncias de natural bruteza a cometer hostilidades. [José Feliciano do Rego – Presidente da Província de Minas Gerais¹⁷¹.]

As primeiras incursões pelo Vale do Mucuri com o objetivo de inserir esses espaços no âmbito geral do processo de colonização da região nordeste de Minas Gerais e Sul da Bahia iniciaram-se por volta de 1810. Num primeiro momento, a penetração pelas florestas do Mucuri tinha por intenção a abertura de um caminho que ligasse o interior mineiro ao oceano Atlântico. A criação dessa estrada serviria para o escoamento dos produtos originários de Minas Gerais, que deveriam ser exportados pelo litoral e, ao mesmo tempo, facilitar a fixação dos agricultores pelo interior e expansão da colonização no sentido leste.

Em 1811, o capitão Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima iniciou a abertura de uma picada entre a região de Minas Novas e a Vila de São José do Porto Alegre

¹⁷⁰ MORETZSOHN, Luís; Um Pedido de Concessão para o estabelecimento de Colônias em Mucuri; 04/07/1837. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 8, p. 647-50, 1903.

¹⁷¹ REGO, Feliciano José do; *Ofício enviado ao Presidente da Província*, Ouro Preto; 04/01/1837; APM; SP PP1/4; doc. nº 11.

no litoral. Com uma equipe composta por 22 “soldados voluntários e armados” penetrou com sua expedição pela margem norte do rio que imaginava ser o São Mateus, no entanto, haviam seguido por engano o Mucuri¹⁷².

O inesperado aparecimento do capitão e sua comitiva na Vila de Porto Alegre, fez com que o Ministro Imperial Conde da Barca ordenasse ao ouvidor de Porto Seguro, o José Marcelino Cunha, que assistisse a expedição com material necessário para construção de uma estrada fixa e transitável através da floresta, seguindo o caminho inicial aberto pela picada¹⁷³. A chegada de Bento Lourenço na região em 1815, coincidiu com o período em que o Príncipe Maximiliano visitava a vila e este é quem nos fornece dados mais significativos sobre a abertura a nova estrada e dos trabalhadores enviados para a fixação desta:

Tinha-se agora decidido abrir uma estrada através da floresta, seguindo a picada do Capitão; só esperavam, para isso, a chegada do ouvidor. Para a derrubada, aos poucos, foram chegando, de S. Mateus, Viçosa, Porto Seguro, Trancoso, e outros pontos da costa oriental, muitos homens, na maior parte índios, enviados com esse objetivo.¹⁷⁴

É importante destacar, assim como especificado pelo príncipe, a participação de índios “mansos” para a prestação desse serviço. A presença maciça de índios trabalhando como mão de obra na abertura da estrada marcou quase todo empreendimento desde Minas Gerais com a utilização de soldados índios “como caçadores e como guardas contra os selvagens” Botocudos. Entre os que acompanhavam o expedicionário, contavam-se, além dos soldados e dos índios genericamente definidos como “mansos”, um Botocudo “que fora criado pelos portugueses” e alguns capuchos.

O empreendimento ganhou proporções maiores com o incentivo dado pelo Conde da Barca, que buscou aproveitar o máximo a situação tomando:

(...) medidas para a construção, em diferentes rumos, de estradas através dessas brenhas, a fim de facilitar o transporte dos produtos de Minas para o litoral mais pobre e escassamente povoado, e garantir-lhe comunicação mais rápida com as principais cidades e o mar. Constituindo os rios, as comunicações mais curtas, resolveu-se

¹⁷² WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 174.

¹⁷³ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 175.

¹⁷⁴ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 174.

fazer as estradas ao longo deles. Uma foi aberta à margem do Mucuri, outra do Rio Grande de Belmonte, uma terceira de Ilhéus, e duas mais estão sendo feitas à beira do Espírito Santo e do Itapemirim, para Minas¹⁷⁵.

O interesse do ministro na construção estrada devia-se, principalmente, ao fato de que ele possuía propriedades nas margens do Mucuri e adjacências, além de um projeto para exportar madeiras nobres da região.

A principal fazenda do Conde chamava-se Ponte do Gentio e estava situada à margem norte do rio Itanhém, próximo a Vila de Alcobaça. A propriedade foi comprada pelo ministro aos herdeiros do Capitão-Mor João da Silva Santos por um preço irrisório devido aos constantes ataques dos índios. Wied-Neuwied relata que estavam residindo na fazenda, provavelmente como trabalhadores, algumas famílias de índios “mansos”; seis famílias de “Ilhores”, habitantes da Ilha dos Açores; nove famílias de chineses, trazidas pelo governo do Rio de Janeiro para cultivar chá; alguns escravos negros; e um português, que trabalhava como administrador/“feitor”¹⁷⁶.

Outro local em que o Conde da Barca possuía propriedades era no Morro das Araras, no rio Mucuri, margeando o espaço por onde passava a picada de Bento Lourenço. Nessa região o ministro pretendia instalar uma madeireira e o ouvidor Cunha estava como responsável pelo empreendimento. Cunha, inclusive, era uns dos mais interessados na criação da estrada, pois possuía algumas fazendas vizinhas as do Conde, sendo “Itaúnas” a principal¹⁷⁷.

As notícias mais significativas sobre os grupos indígenas que habitavam a região do Mucuri na década de 1810 são fornecidas por Bento Lourenço ao príncipe em conversas informais sobre suas aventuras nas matas. Durante a exploração, o Capitão informou ter encontrado a antiga aldeia do Capitão Tomé, que a época não existia mais, além de diversos outros grupos que circulavam pela floresta. É interessante registrar que, além dos grupos Botocudos, é marcante a presença dos Pataxós e de diversos grupos filiados à família dos Maxakalis, a exemplo dos Macunis, Malalis e outros:

¹⁷⁵ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 175.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 173.

Entre as montanhas de Minas Gerais e a costa ocidental fracamente povoada, estendem-se ermos imensos, onde perambulam muitas hordas das tribos selvagens de aborígenes, com toda certeza, ainda permanecerão muito tempo insubmissas aos portugueses (...) As florestas próximas do Mucuri são principalmente habitadas pelos Pataxós. Só acidentalmente andam os Botocudos por esse trecho da costa. Não obstante, encontram-se ainda nessas solidões muitas outras ramificações dos tapuias; nos limites de Minas, os Maconis, os Malalis e outros vivem em povoados fixos. Os Capuchos, os Cumanachos, Maxacalis e Panhamis também perambulam por essas matas¹⁷⁸.

Poucos anos depois, no entanto, em virtude principalmente da pressão desses índios “bravos”, a picada recobriu-se novamente com a vegetação da floresta. Os intensos conflitos que marcavam a região mineira obrigaram o recuo dos indígenas em direção ao litoral, limitando seus deslocamentos pela região e intensificando a ocupação dos espaços situados em torno da estrada. A partir desse momento, poucos foram os que se aventuravam em seguir nessa direção por receio de “ataques” e “assaltos”.

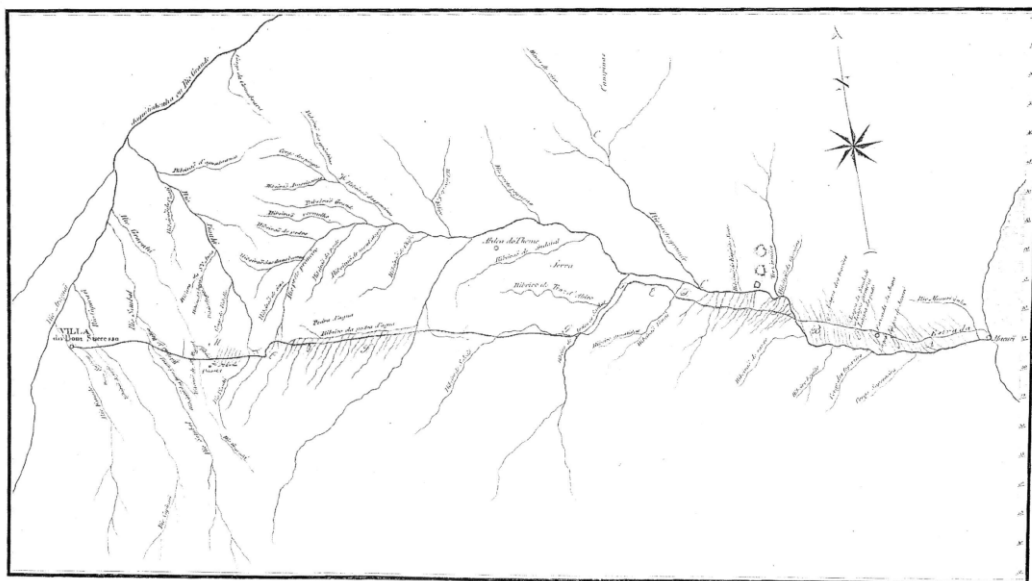


Imagem: A estrada de Bento Lourenço. Fonte: **MATTOS**, Isabel Missagia. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

¹⁷⁸ **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. Op. Cit. Pg. 176.

Por volta da década de 1830, em consequência da intensa pressão de interessados em efetivar o controle sobre o Vale do Mucuri, o Governo de Minas Gerais estabeleceu um projeto para fundação de uma colônia de degredados no interior daqueles sertões. Nesse sentido, recorreu, em 1834, a quatro pessoas conhecedoras da região e pediu para que eles mandassem uma avaliação sobre a viabilidade de colonização desses espaços e, ao mesmo tempo, ajudassem na definição do lugar mais apropriado para se instalar a colônia¹⁷⁹.

O vale do Mucuri foi considerado por todos os fazendeiros como um local muito rico, fértil, bastante irrigado, de clima saudável e com imensas possibilidades de exploração de minerais. Contudo, estes creditavam à presença das populações indígenas o grande obstáculo à concretização dos projetos. Os índios que habitavam o vale, segundo as informações cedidas ao Presidente da Província de Minas Gerais, foram identificados genericamente como Botocudos que, em sua maioria, eram descritos como “bravos” e resistentes à presença ou contato com os brancos. Apenas Silvério José da Costa e Francisco Teixeira Guedes acreditaram ser possível estabelecer relações cordiais com alguns desses grupos, inclusive aventando a possibilidade de “domesticá-los”.

Guedes, no entanto, devido as suas continuadas entradas pela região desde 1829, foi o mais preciso em suas descrições, noticiando a existência dos grupos da família Maxakali e demonstrando a propensão desses povos a alianças:

No dia três de setembro ... atravessamos o rio Macuri, e logo subindo ao cume de uma grande serra divulgamos que a margem deste rio é toda ocupada de capoeiras, e produtíveis; como perguntado, informou o índio guia, asseverando serem aqueles sítios os de sua antiga residência, e de mais outras nações – Macunin, Capoxes – expulsos pela fereza do gentio Botocudo; sendo que já ali habitou um João da Silva com escravos em outro tempos. Na

¹⁷⁹ **PIRES**, João Fernandes; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas; Minas Novas em 10/10/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 26-7; **COSTA**, Silvério José; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 16/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 23-4 ; **GUEDES**, Francisco Teixeira; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 18/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 24-6; **ARAÚJO**, João Alves Costa; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 18/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847. p. 27-9.

distância de oito léguas pouco mais demos aqueles seis Buticudos, e mais benigna família que em seguimento junta, e após de nós como gente amiga acompanhava se apartou, e com aceleração precipitada, avisando-nos que em breve outros índios de Nação Ioporok eram senhores daquelas terras e que pelos rastros que observaram estavam perto de nós; razão porque eles se retiravam, e porque era Nação Brava, e no entanto que no regresso prometiam sair conosco. No dia 17 com efeito seguindo nosso trabalhos encontramos com três gentios, que caçavam e falando-lhes o “língua” para que se chegassem a nós, não assentiram e dando um não retiravam-se. Em o dia 20 ao amanhecer seguiram nossos escravos ao pasto a fim de trazerem animais ao rancho, é quando entre outros fogem a ter no rancho dois feridos e corre o sangue pelas roturas que fizeram as flechas nestes animais, e no tempo que este assustador ato encaramos é o mesmo em que não escapa a nossas vistas a divulgação de um gentio ainda dantes não visto, que corre¹⁸⁰.

As informações de Guedes coincidem, em grande parte, com as referências dadas por Bento Lourenço na década de 1810, e remetem ainda a presença do mestre de campo João da Silva Guimarães, responsável pela primeira entrada pelo vale do Mucuri 100 anos antes.

Aventada a possibilidade de civilização dos “Botocudos” e ante a unanimidade na avaliação dos fazendeiros com relação às grandes vantagens do povoamento da região, o governo mineiro procurou tocar adiante o projeto da colônia de degredados. É interessante ressaltar que os quatro responsáveis foram consonantes na indicação do local onde deveria ser instalada a colônia:

Aquém de Todos os Santos, três ou quatro léguas, [na] antiga habitação dos índios Maxacalis que a abandonaram pelo impulso e força do Botocudo, denominado Aldeia do Capitão Tomé, corre um ribeirão de água permanente e é neste lugar ou nas margens do rio Todos os Santos que oferece todos os cômodos tanto pelo terreno como pela distância desta vila, para o estabelecimento de criminosos (degredados), ou mesmo para colônia¹⁸¹.

Em 1836, dando continuidade ao projeto, o engenheiro francês Pedro Victor Renault foi “mandado pelo Exm. Governo de Minas Geraes a explorar as matas compreendidas entre os rios – Mucury e Todos os Santos – onde o governo mineiro

¹⁸⁰ GUEDES, Francisco Teixeira [1829]. Apud TIMMERS, 1969. “O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por Frei Olavo Timmers OFM em lembrança do 100º aniversário de Teófilo Benedito Ottoni. 1869”. Teófilo Ottoni, 17/10/1969. APM. Códices da Seção Provincial 1821 – 1890.

¹⁸¹ GUEDES, Francisco Teixeira [1834]. Op. Cit. Pg. 24.

tenciona estabelecer uma colônia de degredados e vagabundos”¹⁸². Para tanto, organizou uma tropa composta por vinte soldados encarregados de transportar as munições, alimentos, ferramentas e brindes para os índios que manteriam contato.

Os membros da comitiva do engenheiro se reuniram na Vila de Minas Novas com a intenção de partirem juntos para as matas. Ao chegar à vila, Renault, relata o estado “lastimável” em que esta se encontrava devido à suspensão do comércio com o litoral baiano devido ao fechamento da antiga estrada de Bento Lourenço e aos ataques dos índios aos fazendeiros. Segundo Renault:

(...) os Botocudos Jyporocas, que com muito custo se tinham afugentado, não vendo-se sem muita mágoa despejados das suas terras, fizeram o ultimo esforço e continuaram a percorrer independentes as vastíssimas possessões. A sua presença e as suas atrocidades horrorizaram de tal maneira a alguns empreendedores, que estas riquezas poderiam procurar, que nenhum deles, apesar da grande penúria de dinheiro que assola essa comarca, se atreve a ir sacrificar a sua existência. Presentemente os minasnovenses vivem sobre si, e do que ajuntaram em tempos mais felizes¹⁸³.

Após alguns dias de espera, chegaram à vila os soldados, “que foram expedidos do quartel geral” e a quantia de 200 mil reis “destinada para comprar brindes para os Botocudos”, fundamental para a organização da expedição¹⁸⁴. Assim, no dia 25 de abril de 1836, partiram sempre a leste em direção a fazenda da Conceição, cujo proprietário, o quartel-mestre Antônio José Coelho, havia aberto a sua custa “uma estrada transitável a animais cargueiros até o rio Mucury”, por causa dos “imensos prejuízos dos Botocudos Nak-Nanuks, que de vez em quando lhe fazem visitas sempre hostis e perigosas”¹⁸⁵.

A estrada pelo Mucuri, criada por Antonio José Coelho, era, na realidade, uma reconstituição do caminho traçado, vinte anos antes, por Bento Lourenço, e abandonada, como vimos, em virtude da presença dos índios chamados “bravos”. Ao penetrar pela primeira vez por esta estrada, Renault e sua comitiva recuaram inseguros “pela aparição de umas fumaças, que se presumia ser dos Botocudos Jyporocas, cujo nome só basta para aterrorizar não somente os habitantes civilizados,

¹⁸² RENAULT, Pedro Victor. Relatório da Exposição dos rios Mucuri. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 8, 1867, pg. 356.

¹⁸³ RENAULT, Pedro Victor. Op. Cit. Pg. 357.

¹⁸⁴ RENAULT, Pedro Victor. Op. Cit. Pg. 358.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

como também os seus próprios vizinhos, Botocudos como eles, os Nak-Nanuks”¹⁸⁶. Tendo retornado à fazenda acompanhado do capitão Antonio Gomes Leal e seu filho¹⁸⁷, no dia 9 de maio do mesmo ano.

No decurso do caminho em direção ao Mucuri, o engenheiro informou ter encontrado, logo nos primeiros dias de viagem, um grupo de 300 Botocudos “entre homens, mulheres e meninas, da nação dos Nak-Nanuks”¹⁸⁸. De acordo com o engenheiro, os Nak-Nanuks, “cuja etymologia na sua linguagem quer dizer habitantes da serra”¹⁸⁹ localizavam-se a região do Mucuri e Jequitinhonha e fazem parte da grande nação dos “Botocudos chegados há 50 annos pouco mais ou menos (das partes deve-se supor do norte) em número imenso”¹⁹⁰.

O relacionamento criado por sua comitiva com esses índios foi de extrema cautela, partilhando brinde com eles como forma de assegurar que não seriam atacados, mesmo tendo considerado-os como “mansos” e vivendo “muito amigos dos brasileiros na casa de Antonio Gomes Leal”¹⁹¹. O cuidado demonstrado por Renault no trato com esses índios identificados como Nak-Nenuk, que eram aldeados e “mansos”, é um sinal indicativo do imaginário criado em tono dos grupos Botocudos no século XIX, nas fronteiras de Minas com a Bahia. Nesse sentido, o temor dos “ferozes” Botocudos assolou não só a expedição do viajante, estando presente também entre os colonos e fazendeiros dessa localidade. Os intensos conflitos com os índios serviram, em grande parte, para justificar o envio de recursos por parte do governo da província para a colonização desses espaços.

Durante a viagem em direção ao Mucuri, Renault informa ter encontrado, além dos Nak-Nenuk, outras duas grandes tribos que habitavam a região: os Jiporok e os Aranãs. Por considerá-los selvagens e susceptíveis a ações vingativas, optou por evitar a aproximação e o contato, apoiando-se na experiência de seus índios guias para garantir a estratégia adotada. Segundo Renault, esses índios:

São nômades, que dizer, nunca residem no mesmo lugar dois dias, arranchando-se n’aquelle onde matam a caça; são antropophagos, e

¹⁸⁶ **Idem Ibidem.**

¹⁸⁷ O Capitão Antônio Gomes Leal era um grande fazendeiro que se instalou em terras próximas ao vale do Mucuri e era o comandante do quartel naquela região.

¹⁸⁸ **Idem Ibidem.**

¹⁸⁹ Contudo, é importante registrar que a palavra Naknenuk em Borum significa: aqueles que não falam nossa língua. Logo, podemos imaginar que esse grupo contatado não era Botocudo.

¹⁹⁰ **RENAULT**, Pedro Victor. Op. Cit. Pg. 359.

¹⁹¹ **Ibidem.**

gostam principalmente de negros, que chamam de Ankorá, porém nunca deixam de passar a carne ao calor do fogo; comem algumas raízes, e entre elas a caratinga; também comem cipós, que contém uma fécula assaz abundante e agradável¹⁹².

Em alguns momentos o encontro era inevitável, e nessas situações o engenheiro orientou seus soldados a evitar qualquer tipo de confronto, para tentar convencer os índios, através do “língua”, a negociar. Renault justificava sua posição de optar pela estratégia de negociação por considerar que os índios estavam exercendo seu legítimo direito de defesa frente à invasão de suas terras e porque acreditava que o estabelecimento da paz era a melhor forma de garantir a civilização dos mesmos e o desenvolvimento do comércio.

Ao chegar ao rio Todos os Santos, a comitiva iniciou as pesquisas sobre a existência de riquezas minerais e seguiu em direção ao rio Preto na tentativa de escolher o melhor lugar para a instalação da colônia. Ao sétimo dia de viagem, logo abaixo do rio Preto, tiveram o primeiro encontro com os índios identificados como Jyporocas, estes estavam segundo o francês:

(...) em número de 25 arcos, pouco mais ou menos de oitenta pessoas: não tinham pressentindo a nossa chegada por causa das muitas precauções, ordenando sempre que não dessem tiros nem gritassem (...)¹⁹³

A repartição de brindes entre eles foi à estratégia utilizada pela expedição para manter um acordo de paz e não iniciar um conflito. No entanto, diante da surpresa dos índios com relação às suas vestimentas e armas, Renault concluiu que estes possivelmente não tenham tido ainda contatos com os “civilizados”:

Reparti entre elles algumas ferramentas, que para esse effeito levava, e pelo que pude colligir estes nunca tinham conhecido pessoa alguma civilizada, não vendo nas possessões d’elles cousa que podesse descobrir tal conhecimento ou indício, como também a maior parte dos viveres os mais usuaes e ordinários, com que se alimentam os habitantes da província, eram a elles desconhecidos¹⁹⁴.

¹⁹² RENAULT, Pedro Victor. Op. Cit. Pg. 361.

¹⁹³ RENAULT, Pedro Victor. Op. Cit. Pg. 369.

¹⁹⁴ RENAULT, Pedro Victor. Op. Cit. Pg. 370.

Outro pequeno conflito com os Jyporocas se estabeleceu três dias depois nas proximidades da cachoeira de Santa Clara, dificultando o traslado da comitiva, que somente conseguiu negociar sua passagem distribuindo ferramentas entre os índios. Ao superar o cerco dos “bugres”, Renault finalmente chegou à barra do rio Mucuri no dia 29 de setembro, descrevendo-a como “uma das melhores que se apontam n’esta costa do Brasil”, com bons canais para embarcação. Durante sua estadia no litoral, ele identificou como índios Makunis os moradores da Vila de Porto Alegre e afirmou que esses haviam se aldeado ali em consequência dos conflitos com os Botocudos Jyporocas, informação plausível até porque a relação da vila com os grupos da família Maxakali foi comumente descrita como de intensa aproximação desde a aliança firmada com o Capitão Tomé.

É interessante destacar que o estudo do engenheiro Pedro Victor Renault foi responsável pela introdução de uma nova classificação dos índios do Mucuri. A denominação Jiporok/Jyporoca vai aparecer pela primeira vez nessa área a partir de sua avaliação, assumindo nesse contexto o significado de “índios bravios”, em oposição a Nak-Nenuk sempre referendado como “índios mansos”. De acordo com Paraíso:

O engenheiro identificou, inicialmente, os *Aranã* e referiu-se aos demais de forma genérica ao classificá-los usando duas palavras da língua dos Botocudos - *Nak-nenuk* e *Giporok* -, não reconhecendo as demais etnias dominantes no Mucuri. A segunda generalização é usar essas palavras no sentido referendado, posteriormente pela sociedade nacional: *Nak-nenuk* como os índios mansos, amigos e aldeados e os *Giporok* como inimigos, bravios e irredutíveis¹⁹⁵.

Em recente estudo sobre os Botocudos e a catequese na Província de Minas Gerais, Isabel Missagia Mattos, ao fazer uma leitura da documentação produzida por Renault, traz um posicionamento diferente ao defendido por Paraíso, segundo essa autora tanto os *Aranã* quanto os *Nak-Nenuk* e *Jyporok* são Botocudos:

Em relação às estratégias políticas diferenciadas observadas entre os subgrupos Botocudos, tanto *Aranã* como os *Naknenuk*, diferentemente dos povos genericamente considerados “*Giporok*” (*Pojichá*, *Urucu*, entre outros), adotariam regularmente estratégias

¹⁹⁵ **PARAÍSO**, Maria Hilda. A Guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização. In: ALMEIDA, L. S. e GALINDO, M. e ELIAS, J.. (Org.). Índios do Nordeste: Temas e Problemas. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2000, v. 02, p. 133.

políticas de alianças com populações não indígenas. Por considerar tal estratégia incompatível com a lógica operacional dos Botocudos – supostamente baseada em uma total recusa ao contato – M. H. Paraíso (1998) imputa a ambos os povos, Naknenuk e Aranã, o pertencimento à família lingüística dos Maxacali. Informações lingüísticas e etno-históricas aqui reunidas, todavia, apontam para o fato dos Aranã, assim como os Naknenuk, Bakuên e Giporok, pertencerem todos à família lingüística dos Botocudos¹⁹⁶.

A partir da leitura documental e/ou bibliográfica feita sobre a região do extremo sul da Bahia, não dispomos de informações lingüísticas relevantes que possam com clareza imputar o pertencimento deste ou daquele grupo a determinada família, dificultando bastante identificações mais precisas. Contudo, há de se levar em conta que toda a documentação desde as primeiras entradas, ainda na primeira metade do século XVIII com João da Silva Guimarães, demonstra uma maior propensão à aliança aos índios associados à família lingüística dos Maxakalis. E estes, ao contrario da avaliação de Renault, estavam presentes em grande número na região do Vale do Mucuri.

Não queremos com isso criar uma nova generalização – índios aliados = Maxaklai, índios “bravos” = Botocudo – pois, como foi demonstrado ao longo do capítulo, o acionamento da condição de aliado estava ligado aos contextos, as estratégias e interesses dos grupos que entravam em contato com os “brancos”.

As discussões em torno da criação de uma colônia de degredados no Mucuri continuaram aquecidas após as avaliações feitas, animando as autoridades mineiras, que passaram a ver como bons olhos a colonização dessa região tida agora como de grande fertilidade e riqueza. A partir de 1837, aproveitando do interesse do governo da província mineira em conquistar esses espaços, outros projetos surgiram propondo que, para além da colônia de degredados, se formasse uma Companhia de Colonização com o intuito de povoar essa região com estrangeiros. Contudo, a concretização desses projetos só ocorreu anos mais tarde.

Nesse contexto, como vimos, o Governo da Bahia diante dos inúmeros conflitos com os índios nas vilas e aldeamentos litorâneos, buscava solucionar essas questões pela retomada da via de catequese. A nova política apresentava como prioridade não o combate aos índios, mas seu aldeamento e civilização, o que significava sedentarizá-los, ensinar-lhes a falar o português e convertê-los ao

¹⁹⁶ **MATTOS**, Isabel Missagia. Op. Cit. Pg. 167.

catolicismo. Para tanto, a imposição desses novos padrões culturais aos indígenas deveria ser feita por missionários “compromissados com o dever cristão”.

O ano de 1844 marca o início dos projetos de catequese, pois a partir desse momento a Província da Bahia intensificou as medidas voltadas para civilizar os índios da Comarca de Caravelas, apontando as matas adjacentes entre os rios Jucuruçu e Mucuri como locais prioritários¹⁹⁷.

¹⁹⁷ O projeto de missionamento iniciado pela Bahia nesse contexto está inserido, como vimos, na proposta da política indigenista imperial em contratar missionários capuchos italianos para atuar como catequistas nos “sertões” do Império.

Capítulo III

O Teatro do Encontro: índios e missionários no sul da Bahia.

A catequese dos índios selvagens é no meu entender um dos objetos mais dignos de vossa solicitude... [Thomaz Garcia Xavier de Almeida, 1840]¹⁹⁸.

Em 8 de agosto de 1844 o vigário da Vila de São José do Porto Alegre, o Padre Antônio Miguel de Azevedo remetia ao Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, Dr. Caetano Vicente d’Almeida, correspondência informando sobre a grande movimentação de grupos indígenas no entorno da vila. Preocupado com os constantes conflitos motivados pelo comércio de kurukas – crianças indígenas –, o vigário afirmava que era de fundamental importância o envio de missionários competentes para tratar das questões espirituais dos índios da região e aldeá-los. Contudo, na posição de padre e vigário responsável pela vila, Azevedo se colocava a disposição para auxiliar as autoridades no que fosse necessário a fim de “o quanto antes chamar a imensa gentildade” aos “verdadeiros princípios da civilização”¹⁹⁹.

O ofício do padre Azevedo comunicava o aparecimento, no mês de maio, de um grupo de índios “com aspecto amigável”, deixando o líder do grupo uma de suas filhas em posse de João Mathias de Carvalho Jr. Segundo o padre, o líder tinha o intuito de “dar provas de firmeza e confiança” de suas intenções aos “brancos” e se retirou logo depois para as matas. Azevedo informa ainda que esses índios “viverão sempre entranhados pello certão” e apareciam costumeiramente num lugar denominado “Feneiras”, mantendo relações amistosas havia algum tempo²⁰⁰.

Em julho do mesmo ano, os membros do grupo regressaram e, na ocasião, o “Capitão” presenteou o padre com um de seus filhos “ahinda inocente”, que foi em pouco tempo batizado pelo próprio Azevedo e sua irmã, ficando na igreja como afilhados deles para aprender os ensinamentos cristãos e “civilizados”²⁰¹. Com o

198 Fala do Presidente da Província da Bahia, *Thomaz Garcia Xavier de Almeida* na abertura da Assembleia Legislativa em 14 de maio de 1840. Bahia: Tipografia de Antônio Olavo da França Guerra e Cia.

¹⁹⁹ AZEVEDO, Antônio Miguel de, Vigário de São José de Porto Alegre; *correspondência enviada ao Presidente da Província da Bahia*; São José de Porto Alegre em 08/08/1844; APEB; Fundo presidência da Província; Série Agricultura ; Maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁰⁰ AZEVEDO, Antônio Miguel de. Op. Cit.

²⁰¹ Ibidem.

passar do tempo, a frequência com que esses índios apareciam na região aumentou, ampliando, assim, as possibilidades de acesso a essas crianças, e fazendo com que os colonos se mobilizassem para adquirir as suas. No início do mês de agosto, ao retornarem do mato, os índios vieram acompanhados de mais 13 crianças para presentear-las aos moradores, que passaram a utilizar, segundo Azevedo, de meios violentos para obtê-las. Nesse sentido, o padre explicou que:

(...)desde o dia 31 de julho até 3 de agosto, sahirão do matto, cedidos por pais e capitães em numero de 13 que com os que já cá estavam fazem 14 e no dito dia 3 do corrente pelas reiteradas importunações de algumas autoridades deste lugar, que a título de quererem presentear a V.S. e aos ilustríssimos Sr. delegado de polícia, (...) e bem assim outros importantes habitantes deste lugar, que a título de receberem gratificações de diferentes pessoas, especialmente de viçosa; Abrão violencias com os gentios, no acto de quererem arrancar-lhes seos inocentes filhos, pondo-os em tanta desconfiança, que no ditto dia 3 do corrente bem cheios de disgosto abandonaram o lugar, e se entranharão pelo certão²⁰².

É importante destacar que a fala do padre Azevedo aponta para uma interessante contradição: se os índios foram à vila com o intuito de presentear os moradores com as crianças por que, sem nenhuma justificativa, os colonos passaram a utilizar meios violentos para obtê-las? Sabemos que uma das possíveis razões para os índios entregarem seus filhos na vila era a fome. A busca por alimentos motivava a manutenção desse tipo de relação, e era uma forma de manter um acordo de paz. A utilização de meios violentos para obtenção dos kurukas, como registrada por Azevedo, pode estar associada a duas questões:

1. O interesse do padre em deter o controle desse comércio de kurukas, utilizando-se, assim, de tal discurso para camuflar suas reais intenções;
2. A existência de uma hierarquia, criada por Azevedo, para a distribuição das crianças, o que fez com que os desfavorecidos dessa situação buscassem um acesso direto aos índios, fato este que incomodou o padre.

A prática de aprisionamento, venda ou doação de kurukas nessa região é registrada desde fins do século XVIII e início do XIX, principalmente nas vilas em que os indígenas se aldeavam voluntariamente. Entretanto, esta prática se tornou

²⁰² Idem Ibidem.

mais comum após 1808 com a decretação de Guerra Justa aos Botocudos e continuou por muito tempo sendo praticada mesmo com a sua proibição legal em 1831. Os viajantes naturalistas estrangeiros que visitaram o sul da Bahia entre 1815 e 1820 registram um explícito comércio de crianças indígenas, indicando a existência de um verdadeiro tráfico de kurukas entre as vilas de Caravelas, Viçosa, Prado e São José do Porto Alegre²⁰³.

A obtenção de kurukas pelos colonos poderia acontecer de quatro formas, através:

1. Do aldeamento compulsório;
2. Da atuação de pombeiros;
3. Durante combates e/ou conflitos;
4. A partir da entrega feita por familiares ou membros dos grupos.

Ao serem aldeados compulsoriamente, muitos grupos, em especial os da família Maxakali, eram inseridos em tropas de combate aos Botocudos, e nesse contexto, as crianças do grupo eram retiradas a força ficando em posse dos colonos. Com a constante ampliação do interesse em capturar os indiozinhos, diversas foram às tropas aldeadas que se especializaram na captura de kurukas “Botocudos”. Os índios que compunham essas tropas eram conhecidos como pombeiros e mantinham relações comerciais e de aliança com fazendeiros.

Os conflitos interétnicos e intergrupais foram extremamente acirrados com as ações dos pombeiros, servindo, também, de ocasião para o aprisionamento e a retirada das crianças de suas aldeias. Esses conflitos eram motivados pelos colonos, pois além de instigar as oposições entre os grupos, inviabilizando alianças, eram percebidos como uma eficiente tática de conquista de terras. Por esses motivos foi se criando na região uma condição de extrema paupérie.

Da mesma forma, os ataques por colonos e suas tropas resultavam na morte da maioria dos homens era uma boa oportunidade para aprisionar os sobreviventes, em grande maioria mulheres e kurukas.

²⁰³ Cf. **SAINT-HILAIRE**, A. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975; **WIED-NEUWIED**, Príncipe Maximiliano Von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989.

De acordo com Maria Hilda Paraíso, o estado de pobreza, a falta de perspectivas quanto ao futuro, o desejo de obter artigos que não produziam e a ação dos colonos foi fundamental para que fosse feita a entrega espontânea de kurukas aos fazendeiros por familiares ou membros dos grupos²⁰⁴. Certa passagem do diário de viagem de Saint-Hilarie atesta essa realidade:

[...] por um machado, por açúcar, por um pouco de cachaça, decidiam aos pais a separar-se dos filhos, e prometiam trazê-los de volta instruídos na nossa religião e sabendo trabalhar. Essas infelizes crianças eram levadas para fora de sua pátria por seus bárbaros compradores e vendidos nas diversas povoações da região por 15 a 20 mil réis. Repetia-se, então, no Brasil o que sucede na Costa da África: tentados pelos preços porque os portugueses pagavam às crianças, os Capitães Botocudos guerreavam-se para ter crianças a vender²⁰⁵.

O destino dos kurukas em posse dos colonos era diverso, alguns ao serem capturados eram vendidos a fazendeiros e autoridades locais, e os preços fixados variavam de acordo com idade, sexo, condições físicas e de saúde. Outras crianças poderiam ser usadas como moeda de troca, ou ainda oferecidas como presentes para juízes, ministros e até presidentes de província em troca de favores ou benesses.

O projeto do padre Azevedo tinha por finalidade evitar maiores conflitos com os índios e ao mesmo tempo assegurar uma aliança, abrindo espaço para negociar o aldeamento do grupo nas proximidades do rio Mucuri. Todavia, considerava necessário “para que a missão seja frutuosa e agradável ao altíssimo”, o presidente da província ordenar “a todos os habitantes destes logares, para fazerem entregados os gentios, que tivessem em seu poder, e até usando com todo rigor da Lei, contra os que se opuserem”²⁰⁶. Além do retorno dos kurukas ao grupo o padre pedia o envio de recursos para adquirir roupas, farinha, ferramentas, miçangas e anzóis, a fim de “mimosear” os índios e sustentá-los no aldeamento, “por pelo menos dois anos tempo bastante para elles se meterem na lavoura e indústria”²⁰⁷. Era prevista também, a compra de utensílios destinados ao templo, que seria construído no local do aldeamento em conjunto com os próprios índios.

²⁰⁴ **PARAISO**, Maria Hilda Baqueiro. Trabalho escravo de crianças indígenas: uma realidade do século XIX. (?).

²⁰⁵ **SAINT-HILAIRE**, A. Op. Cit., p. 273.

²⁰⁶ **AZEVEDO**, Antônio Miguel de. Op. Cit.

²⁰⁷ *Ibidem*

A construção do aldeamento deveria ocorrer, segundo Azevedo, em um local de fácil acesso às margens do rio Mucuri, com uma relativa proximidade da vila de São José do Porto Alegre e, ao mesmo tempo, em um lugar ao qual os indígenas estivessem habituados. Seguindo essa premissa, o espaço escolhido foi em um ponto de encontro usual no qual circulavam, além dos índios em questão, outros grupos, o que facilitaria o assentamento e perpetuação o aldeamento. Desta forma, Azevedo informou que este:

(...) deverá efetuar-se em qualquer centro, à margem do rio Mucuri, ficando do morro da honra (onça) para dentro, isto, mas de três dias de viagem pelo rio acima para parte da cachoeira, em lugar de que o gentio mas se agrada²⁰⁸.

Ao propor o aldeamento dos índios do Mucuri, Azevedo afirmou ter colhido diversas informações com os moradores das vilas e com os próprios índios sobre a composição demográfica dos diversos grupos que viviam entre os rios Mucuri e Belmonte e seus respectivos capitães de malocas. De acordo com o “estudo” feito pelo padre, todas as malocas pertenciam a uma única nação/bandeira denominada Nécréché ou Nakre-ehé, tradicionalmente conhecidos como Botocudos, por usarem botoques labiais e auriculares. Estes estariam reunidos em quatro grandes grupos de aldeias, as quais o padre chamou de malocas. No “recenseamento” feito, Azevedo dividiu os grupos em “arcos”, que corresponderiam aos homens em idade adulta, mulheres e crianças:

O gentio do certão, entre o rio Mucuri e o rio Grande de Belmonte, segundo informações fidedignas que tenho, combinadas com o testemunho de algumas pessoas desta vila, as quais pertence o portador deste, que se tem animado, a ir ao centro das mattas, podem classificar-se da maneira seguinte: Existem quatro malocas que formam uma grande bandeira, da tribo, ou nação = Nécréché = e são da maneira seguinte: mil e trezentos homens d’armas, devem ter igual número de mulheres, e cada casal devemos dar pelo menos (5) cinco filhos, que fazem a soma de nove mil e cem almas, as fêmeas vivem todas com o beijo e orelhas furados, e com rodela, os homens pella maior parte são com as orelhas furadas, e rodela, o que me faz suspeitar serem Botocudos²⁰⁹.

²⁰⁸ AZEVEDO, Antônio Miguel de. Op. Cit.

²⁰⁹ Ibidem

O “censo” do padre, ao que parece, é um tanto quanto exagerado e esquemático. Se compararmos essas informações com outros dados quantitativos referentes ao número de indivíduos por grupo na região não encontraremos em nenhum uma alusão a essas cifras. Na composição por sexo, os dados são sempre exatos, contrabalançados e a quantidade de filhos é sempre o número de casais multiplicados por cinco (ver quadro abaixo). Talvez, o padre acreditasse que ao supervalorizar essas cifras poderia também ampliar os recursos na mesma proporção.

Composição demográfica das malocas situadas entre o rio Mucuri e o rio Grande de Belmonte, com seus respectivos Capitães²¹⁰.

Capitães de Malocas	Arcos	Mulheres	Filhos
Gyporocas	200	200	1000
Thupis (?)	500	500	2500
Honor	200	200	1000
Kitompotika	400	400	2000
Soma individual	1300	1300	6500
Soma Total = 9100			

Apesar da tentativa de criação do aldeamento os conflitos continuaram. As relações entre os indígenas e os moradores das vilas, principalmente em Porto Alegre, Prado e Viçosa, tornaram-se insustentáveis em um curto espaço de tempo devido à insistência dos colonos em manter o tráfico de crianças indígenas.

No caso do Prado, onde os problemas tomaram maiores proporções, os ataques indígenas eram explicados, pelo presidente da Província, como vingança dos índios direcionada à “traição feita pelos colonos e fazendeiros”. Nesse sentido, o presidente referia-se, em especial, aos conflitos ocorridos na propriedade dos Viola, importante família de fazendeiros que trabalhavam como exportadores de madeiras na região.

²¹⁰ Idem Ibidem

Segundo consta nos relatos, os índios, mantinham relações amistosas com a família dos Viola, estabelecendo, inclusive, um pequeno comércio baseado no escambo de produtos. Contudo, em determinado momento ao retornarem a fazenda, sem nenhum motivo aparente, iniciaram o embate “massacrando a família”, matando três pessoas e ferindo outras três, além de levarem como reféns dois filhos do fazendeiro e um escravo negro²¹¹.

Os motivos que levaram ao referido enfrentamento aparecem posteriormente nas fontes de maneira contraditória. Inicialmente, os índios foram responsabilizados pelo “ataque brutal”, fazendo com que as autoridades deixassem à disposição do Juiz de Paz o Destacamento do Prado, no intuito de que se tomassem medidas urgentes para contenção dos deslocamentos dos índios pela região e, ao mesmo tempo, trouxesse de volta a tranquilidade no local. Algumas fontes apontam outra razão para o conflito, explicação esta que nos parece mais plausível. De acordo com as informações do Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, o ataque dos índios foi motivado pelo fato dos Viola reter em sua propriedade duas meninas indígenas. Estas, provavelmente eram filhas do Capitão Jiporok, que ante a recusa lhe serem devolvidas, atacou o sítio da família e se refugiou no trecho mineiro do rio Mucuri²¹².

Esse e outros conflitos entre índios e colonos foram determinantes para que o projeto do padre Azevedo não obtivesse o êxito desejado. Entretanto, as discussões sobre a questão indígena tanto a nível provincial como imperial caminhavam em outra direção. O interesse em colonizar esses espaços estava atrelado a um plano maior de catequese e civilização que deveria se efetivar através do “ensinamento constante, pacífico e metuculozo de um missionário”, para que os indígenas se acostumassem facilmente aos trabalhos agrícolas tornando-se “úteis a sociedade”.

Nesse contexto, ante o desejo de iniciar os trabalhos de catequese, o Presidente da Província da Bahia solicitou em 1845 a intermediação do Ministro da Justiça para auxiliar na contratação de um missionário capuchinho que se encarregasse de “civilizar” os índios nessa região. Desta forma, encaminhou ao ministério um relatório informando a situação de “caos” e conflitos em que o sul da

²¹¹ Hemenegildo d’Almeida registrou que os Jiporoks: “antes de assassinaem a família dos Violas vieram varias vezes de paz á villa, e chegaram mesmo a conduzir barro para a edificação da igreja matriz.” Cf. **D’ ALMEIDA**, Hemenegildo Antônio Barbosa. Viagem as villas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre do Mucury e os rios Mucury e Peruhipe (23/9/1845) IN: RIHGBr. Rio de Janeiro, Tomo VIII, 1867, pg. 447.

²¹² **D’ ALMEIDA**, Hemenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 448.

Bahia se encontrava, atestando a urgência do envio de um missionário. Afirmava que:

... tendo [os indígenas] por um lado pouco espaço para subsistirem de um mato inculto como hordas errantes e, por outro lado, estando mais afeitos ao contacto e à comunicação com os homens civilizados, sentindo-se forçados pela fome, vêm aos povoados, ora de armas nas mãos, como fazem para as bandas do Prado, cometendo distúrbios e devorando gados e plantações, ora pacífico e exigente, como têm feito para o lado do Mucuri, e a uns e outros é preciso encaminhar ao amor pelo trabalho para que não precisem mais incomodar os nossos lavradores que plantam para si e o não fazem para satisfazer a voracidade de alguns índios que aparecem cheios de fome e que, como filhos da natureza bruta, se julgam senhores de quanto a terra produz²¹³.

O projeto montado para atuação dos missionários capuchinhos no sul da Bahia previa, inicialmente, uma série de etapas que ia desde a candidatura do missionário, que passava por um pequeno treinamento, até a instalação e posterior extinção dos aldeamentos criados. Nesse sentido, o projeto visava articular o interesse do Império brasileiro em suprir o problema da mão de obra, a partir da incorporação e colonização de novos espaços, criar novas fontes de riqueza e impostos, estando o missionário orientado para conseguir a rápida obtenção dos resultados almejados.

No primeiro momento, o missionário interessado em se engajar no projeto deveria se candidatar voluntariamente, passando pelo crivo do superior da Ordem. Ao ser aprovado, o voluntário iniciaria um estágio com um missionário mais experiente, com o intuito de aprender rudimentos de português e da língua indígena falada pelo grupo em que iria atuar sendo posteriormente encaminhado ao Governo Imperial Brasileiro e consequentemente nomeado para as localidades com maior carência de missionário. Entretanto, o estágio na maioria das vezes não passou de uma mera formalidade e a maioria dos missionários aprendia a falar somente o básico do português para se comunicar.

Ao ser nomeado e encaminhado para os sertões iniciava-se a segunda etapa dos trabalhos: a instalação do aldeamento. Nesse estágio, o missionário se encarregava, juntamente com as autoridades e moradores locais, de procurar o melhor lugar para iniciar os trabalhos. Geralmente, o espaço a ser escolhido para

²¹³ **ANDRÉA**, Francisco José de Souza, Presidente da Província; *Ofício enviado a Marco Antônio Galvão; Secretário de Estado dos Negócios da Justiça*; Bahia; 24/5/1845 ; Arquivo Nacional. Fundo Ij 1 - 401; Série Justiça - Gabinete do Ministro.

instalação do aldeamento deveria estar situado próximo a uma vila, a uma pequena distância de um rio e, ao mesmo tempo, num lugar de intensa circulação de grupos indígenas, para facilitar o processo de aproximação e atração de outros índios.

Depois de finalizada a avaliação preliminar e constatada a viabilidade de criação do aldeamento, o missionário deveria:

1. Contratar homens para a derrubada da mata, abertura de clareira, queima da mata, plantio para garantir a subsistência, abertura de caminho para a localidade mais próxima.
2. Fazer a solicitação de verbas, “presentes” ao governo provincial e pedido de “esmolas” aos moradores da região.
3. Iniciar a construção de sua moradia, do depósito e de um local reservado para a missa diária.
4. Abrir novas roças, inclusive de produtos para o mercado como farinha, arroz e feijão.
5. Construir bolandeiras²¹⁴ para a produção em maior escala de farinha.

Ao encerrar o processo de instalação do aldeamento, o missionário se encarregaria de contratar um “língua” para entrar nas matas e estabelecer contato com os índios. A atração dos indígenas para o aldeamento deveria ocorrer a partir da oferta de presentes e alimentos, buscando estabelecer um contato amistoso, para convencê-los a “descerem” ao local escolhido inicialmente.

O terceiro momento do projeto versava sobre a incorporação dos indígenas aldeados, a partir do uso de técnicas voltadas para a “criação de dependência”. A distribuição de presentes e alimentos era mantida, para facilitar aceitação daquele local como um novo espaço de sociabilidade, buscando, além do estabelecimento permanente, uma lenta imposição de novos padrões comportamentais. O abandono das práticas sociais consideradas primitivas e selvagens deveria ocorrer com o ensino de técnicas agrícolas para a produção de alimentos e de profissões mecânicas, essenciais para a construção de alambiques, casas de farinhas e abertura de estradas e roças.

214 Rodas sobre eixo vertical que impulsiona o ralador de mandioca

E por fim, a terceira etapa objetivava a construção de uma igreja, onde seriam ministrados os ensinamentos cristãos, servindo também como local de atração de nacionais para auxiliar no processo de assimilação.

Caso a estrutura pensada atendesse aos desejos almejados, iniciava-se a quarta e última fase do trabalho missionário: a extinção do aldeamento e sua elevação a povoado ou vila. Então, as Câmaras Municipais assumiam a administração do antigo aldeamento, aplicando recursos na melhoria da estrutura urbana, dispensando o missionário de suas funções e iniciando o aforamento, arrendamento e venda das terras indígenas. Havia uma ressalva, quase nunca respeitada de, eventualmente, serem reservados lotes para as famílias de índios ou descendentes que permanecessem no local.

O projeto de instalação dos aldeamentos administrados pelos capuchinhos também foi posto em prática no sul da Bahia a partir de 1845, visando dirimir os intensos conflitos entre índios e colonos. Entretanto, apesar dos objetivos bem traçados, os missionários pouco seguiram o “roteiro” imaginado. Na realidade as estratégias definidas, em muitos momentos, esbarraram na reação dos índios a tentativa de aldeamento, dificultando a ação dos religiosos e incitando outros problemas na região, como veremos a seguir.

3.1-Estratégias indígenas e missionárias na tentativa de fundação de um aldeamento no Morro da Arara.

A falta de braços torna-se dia em dia mais sensível. Este mal já tem produzido seus resultados perniciosos, que cumpre com urgência remediar. Enquanto os colonos do Velho Mundo não afluem, ao menos em substituição aos que nos faltam para encherem o vazio deixado pelos africanos, convém aplicarmos toda a nossa atenção e empenharmos todos os nossos esforços para a catequese e civilização dos indígenas, outrora tão profícuos á nossa nascente lavoura. (VIANNA, José Lopes da Silva).²¹⁵

²¹⁵ VIANNA, José Lopes da Silva, 1º Vice-Presidente; Relatório Apresentado ao Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Presidente da Província de Minas Gerais quando da passagem da Administração no Ano de 1854; Ouro Preto; Typ. do Bom Senso; 1854; AN; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais / Estaduais;; Microfilme 004.1.79.

Na Comarca de Caravelas, a atuação dos capuchinhos iniciou-se com o frei Caetano de Troina, em 1845, numa viagem entre as vilas de Caravelas, Viçosa e São José do Porto Alegre, juntamente com o Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, o Sr. Caetano Vicente d'Almeida e o cronista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Hermenegildo Antônio Barbosa d'Almeida. Esta viagem marcou o início do trabalho apostólico do frei na região e serviu para definir a localização do novo aldeamento juntamente com a colônia militar que seria criada na região.

A comissão organizada pelo frei Caetano Troina partiu de Salvador em direção a Caravelas no dia nove de junho de 1845, tendo chegado à vila por volta do dia quinze do mês seguinte. Ao aportar em Caravelas o missionário e o Juiz se reuniram com alguns fazendeiros e autoridades locais, com a finalidade de averiguar a situação dos conflitos com os índios na região. Para tanto, organizaram uma pequena tropa composta por soldados e índios “mansos” e partiram em direção as outras vilas da Comarca.

Ao amanhecer do dia 20, depois de finalizado o reconhecimento dos rios próximos às vilas, seguiram para São José do Porto Alegre, onde deveriam encontrar o vigário Antonio Miguel de Azevedo. Nesse trajeto foram incorporados à comitiva dezesseis praças de polícia pertencentes ao destacamento do Prado, e a estes, foi incumbida à função de acompanhar o missionário durante a estadia em Porto Alegre, principalmente nas entradas ao sertão.

Chegando a vila, o frade e o Juiz de Caravelas foram recepcionados pelas autoridades locais: Francisco Moreira Sampaio, Juiz Municipal, Jesuino Ribeiro da Silva, Promotor da Comarca, e o Sr. Américo Sampaio, escrivão. Inicialmente a comitiva se instalaria na casa da Câmara, mas devido à falta de aposentos suficientes e estrutura foram parar na residência do padre Azevedo.

A vila de Porto Alegre foi descrita pelo cronista como muito pobre e sem infraestrutura, composta apenas por “um grande número de casas de palha e poucas de telha, todas mal preparadas”. De acordo com d'Almeida quase toda a população residente na vila era de índios, inclusive o Juiz de Paz. A maioria desses índios e seus descendentes produziam essencialmente para sua própria subsistência. Consumiam e criavam, de modo geral, animais de pequeno porte soltos pela vila, como por exemplo, carneiros, porcos e cabras, além de cultivarem vegetais para seu

consumo. Alguns trabalhavam nas fazendas próximas em atividades de derrubadas de matas, extração de madeira, agricultura e transporte em canoas dos produtos que chegavam e saíam daquelas fazendas.

No dia 28 de julho, frei Caetano de Troina celebrou a missa que oficializava o início dos trabalhos missionários no Mucuri. A missa foi celebrada na casa do vigário, porque, segundo d'Almeida, a igreja situada no centro da vila e destinada à missão ainda estava sendo construída com a ajuda de poucos fieis. De acordo com o cronista, a antiga igreja, erguida desde a fundação da vila, não serviria como templo para ser utilizada pelo frei, por não possuir “a devida decência”, estando “apenas coberta de telha a capella-mór, e o resto todo nem mesmo palha tem”.²¹⁶

Nos dias que se seguiram após a missa, o missionário deixou a cargo de Francisco Moreira Sampaio a incumbência de preparar canoas para a viagem ao Mucuri. Nesse ínterim, se reuniu com o Juiz de Caravelas e o cronista da missão, para descender até o Riacho da Rendeira²¹⁷, a fim de escolher o melhor lugar para construção de uma estrada que ligasse Porto Alegre a Minas Gerais. De acordo com Hermenegildo d'Almeida:

É este o lugar [Riacho da Rendeira] por onde me parece mais conveniente que passe a estrada que tem de abrir para Minas: d'ahi para o lado do sul em meia milha de distância se acha a vila, e seguindo d'elle para oeste encontrar-se-há com a picada de Bento Lourenço; ficando mais proveitosa a estrada, não só para os habitantes da vila, como para os viajores, que terão um bom pouso²¹⁸.

O projeto pensado para a estrada visava articular três pontos de comunicação, criando uma nova rota de escoamento dos produtos destinados exportação da Comarca. Assim, devia-se construir uma conexão ligando Caravelas a São José do Porto Alegre, no Riacho da Rendeira, e de Porto Alegre a Minas Gerais. Hermenegildo afirmou que o interesse do Juiz Caetano era aproveitar as:

As águas encanadas da várzea para o Riacho da Rendeira, entendendo que pode-se em canoas comunicar por ele com o Páo Alto, e chegando até elle um braço do Peruhipe, ficam facilitados os transportes até Caravelas, sem ser preciso sahir para fora²¹⁹.

²¹⁶ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 432.

²¹⁷ Pequeno braço do Mucuri situado ao sul da vila de Porto Alegre na embocadura do mar.

²¹⁸ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 433.

²¹⁹ Ibidem

Os caminhos estruturados atenderiam inclusive aos objetivos almejados pelo missionário que percebia no trajeto do Riacho da Rendeira até a picada de Bento Lourenço uma importante rota que possibilitava o escoamento dos produtos produzidos no aldeamento, tanto no sentido de Minas Gerais quanto em direção ao porto de Caravelas.

Em seu relatório final, o cronista enviado pelo IHGB, percebeu também que existia a possibilidade de serem utilizadas as rotas de comunicação pelos próprios moradores de Porto Alegre, devido aos excelentes pastos que existiam por todo caminho entre aquela localidade e a vila e Caravelas. Nesse sentido, Hermenegildo escreveu que:

Parece-me inconveniente que a estrada siga a picada até o mar, por sahir, duas milhas distante da Villa, e ser, no meu entender de maior extensão, sem que no extremo haja os recursos que pode a Villa oferecer. Já fica dito que todas essas vargens e campos até o Páo Alto são de excellentes pastos, podendo ser aproveitados²²⁰.

Logo após o estudo das possibilidades de abertura e comunicação da estrada, Caetano Vicente d'Almeida, Juiz da Comarca de Caravelas, enviou ao Presidente da Província da Bahia Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, um pequeno relatório expondo as vantagens de utilização daquelas rotas. Nesse sentido, solicitou a autorização para construção da estrada, encaminhando um pedido de auxilio financeiro, considerado necessário para a efetivação do projeto.

Enquanto aguardavam a resposta do Presidente da Província, o juiz de Caravelas e o missionário continuaram os preparativos da viagem ao Mucuri. Por volta do dia 31 de julho, o frade solicitou ao Juiz de Paz de Porto Alegre que, segundo consta no relatório do cronista do IHGB, era índio, que enviasse seu irmão João Bertho á Itaúnas na tentativa de conseguir um “língua”. A dificuldade na contratação desse especialista, juntamente com os inúmeros problemas com as canoas, atrasou a entrada ao sertão.

Perante os inúmeros problemas e o receio de uma possível reação dos índios considerados “bravios”, em especial os Jiporoks que haviam atacado a família dos Viola um ano antes, o missionário recorreu à ajuda de um grupo de índios “mansos”. Esses indígenas viviam em um aldeamento localizado nas proximidades do rio

²²⁰ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 434.

Jacarandazinho e foram identificados como pertencentes ao grupo dos Kamakãs-Mongoiós.

A presença dos índios Kamakãs na comitiva causou alguns problemas principalmente com os soldados do destacamento do Quartel de Urado. A querela se iniciou quando no dia 3 de agosto o delegado responsável pelo quartel comunicou ao juiz Caetano d'Almeida que o cabo Leonel, na condição de comandante e representante da tropa, lhe informou que os soldados:

(...) se achavam escandalizados com os índios, e que tentavam fazer-lhes fogo, se fossem por eles offendidos, e que não podiam remar nas canoas que os transportassem, porque eram todos filhos de capitães e coronéis, e que por extravagância tinham assentado praça²²¹.

Caetano d'Almeida procedeu com firmeza ante o comportamento de insubordinação dos soldados. Logo que soube do acontecido se reuniu com Caetano e com o cronista Hermenegildo d'Almeida e se dirigiram ao quartel no intuito de impedir que qualquer conflito com os índios ocorresse. Ao encontrar os soldados, o

Juiz perfilou-os explicando que se trataria de um ato grave de insubordinação se fossem verdadeiras as notícias passadas pelo delegado do quartel a ele. Destarte, segundo Hermenegildo, o juiz:

(...) mostrou-lhes [aos soldados] quaes as intenções do governo em aldear os índios por meios brandos, e nunca levando-os á ferro e fogo; e em breve e enérgica falla fez-lhes conhecer seus deveres, e o fim á que se dirigia ai Mucury, concluindo que de prompto mandaria retirar aquelles que se não achassem dispostos a serem em sua companhia cegamente subordinados, e que de qualquer maneira intentassem hostilizar os índios, aos quaes, ainda quando aggreddido, nunca por igual modo retribuiria²²².

Depois dos vários problemas e desentendimentos, finalmente a comitiva do frei Caetano estava pronta para entrar no sertão. Um dia antes da partida, quando todos os preparativos foram finalizados, o missionário celebrou uma “missa de entrega”²²³ da viagem. Assim, na manhã do dia 5 de agosto a expedição embarcou em direção ao rio Mucuri. De acordo com o missionário:

²²¹ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 434-435.

²²² D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 435.

²²³ Celebração católica realizada antes da concretização de um determinado projeto, com o intuito de pedir a Deus que envie “bons frutos” para o desenvolvimento do referido projeto.

Éramos em número de setenta e quatro pessoas, incluída todas as autoridades, quinze praças de polícia, marinhagem, índios, vereadores da câmara, e quatro crianças filhas dos gentios, e por elles dadas a criar á diversas pessoas; onze canoas dava-nos transporte, remadas pelos marinheiros e por habitantes da vila, que promptos acudiram ao convite do Juiz de direito, sem que nenhuma outra recompensa esperassem além dos benefícios futuros, que á terra de seu nascimento podiam resultar da harmonia entre elles e os gentios, e da civilização d'estes²²⁴.

Nos primeiros dias de viagem seguindo o rio Mucuri, a expedição do frei passou por dentro das principais fazendas e sítios dos colonos locais. Muitos desses espaços foram por nos identificados ao longo desta dissertação devido aos constantes conflitos com os indígenas. A utilização de trabalhadores índios nessas fazendas é confirmada pelos relatos dessa missão, a exemplo da propriedade de João Mathias, onde costumeiramente apareciam grupos de índios “arredios”, que mantinham relações de trocas comerciais regulares com o colono. Além do sítio dos Viola, local escolhido pela comitiva para pernoitar no primeiro dia, onde encontraram uma grande família de índios – sem terem sua identificação étnica explicitada – produzindo farinha e mantendo uma pequena plantação de mandioca a mando dos proprietários da fazenda.

Passados alguns dias de viagem, os espaços habitados por colonos tornavam-se cada vez mais raros e já não era possível comunicar-se tão facilmente com a vila. O ultimo sítio encontrado no caminho traçado pela comitiva era conhecido por São José Grande e havia sido abandonado por temor das hostilidades dos índios. Aquela propriedade, assim como outra pouco mais acima, fora palco de intensos conflitos com os Botocudos, dificultando assim um assentamento sistemático de colonos.

Nesse momento, a mando do missionário, três índios e o “língua” percorreram as matas adjacentes para tentar uma aproximação com os gentios. O missionário instruiu o intérprete a tratar os índios da melhor forma possível, tentando convencê-los das boas intenções com que se apresentavam e buscando convidá-los a ir ao seu encontro.

Enquanto os índios “arregimentados” pelo frei partiam em busca de um contato com os índios “bravios” nas matas, a comitiva se preparava para iniciar os trabalhos de avaliação do terreno apropriado á instalação do aldeamento e da colônia.

²²⁴ Ibidem

Os primeiros lugares avaliados foram a Lagoa do Gentio e o Morro d'Arara. As informações apresentadas por d'Almeida sobre esses locais nos permitem constatar a presença de vários grupos indígenas refugiados ao longo de todo trajeto percorrido até a picada de Bento Lourenço. A ligação com a velha estrada era percebida inclusive como essencial para o estabelecimento, por facilitar a comunicação do aldeamento com vilas e fazendas, e também o deslocamento dos índios por esses locais.

Chegando ao Morro da Arara, o missionário encontrou resquícios da antiga sesmaria dos padres da Companhia de Jesus, abandonada há muito tempo. Segundo os moradores de Porto Alegre, a propriedade dos jesuítas era conhecida por “serraria dos padres”, devido à grande quantidade de madeira retirada para exportação. Não identificamos informações que indicassem a existência de qualquer sesmaria de jesuítas em áreas tão interioranas nesses sertões. No entanto, de acordo com o príncipe Maximiliano, por volta de 1815, o Ministro Conde da Barca se apropriou dessa região e deu início a abertura de uma fazenda, tendo inclusive entrado em acordo de paz com algumas famílias de índios identificadas como Pataxós²²⁵. Provavelmente os “resquícios” encontrados pelo missionário fossem da antiga propriedade do conde que, ao que parece não se desenvolveu, apesar dos esforços do ouvidor José Marcelino da Cunha, como registrou o cronista:

Segundo os velhos habitantes da villa, nenhum estabelecimento tem havido n'este rio, passado o morro da Arara, onde teve o ouvidor cunha uma casa pequena e ferrarias, de que hoje apenas existem vestígios. O temor das hostilidades dos gentios é a causa única de não serem habitadas e cultivadas as excelentes terras deste rio. (...) Até aqui tem chegado muitos exploradores: para cima apenas subiu Bento Lourenço e José Marcelino da Cunha, não passando ambos do rio Preto, onde mesmo apenas poucos dias se demoram²²⁶.

A questão dos “ataques” dos índios mais uma vez é colocada para justificar o fato dos colonos não terem se fixado nessas localidades, contudo, o limite navegável pelo Mucuri também era percebido como uma das dificuldades de assentamento.

Do Morro da Arara a expedição do Frei Caetano de Troina seguiu em direção a cachoeira de Santa Clara, chegando por volta do dia 12 de agosto. Na avaliação inicial feita pelo missionário a região da cachoeira se apresentava como a mais

²²⁵ Cf. WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano. Op. Cit. Pg 192.

²²⁶ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 441

apropriada para a instalação da colônia e do aldeamento, por ser o primeiro obstáculo à navegação. Segundo o missionário:

Esta cachoeira é de bastante extensão, e tem uma ilha de pedras no meio; é pedregosa uma e outra margem do rio, e quase todo o fundo; algumas pedras, elevando-se fora d'água, corre água entre elas com tanta velocidade, que é preciso excelente governo nas canoas para não correrem o risco de virarem. Segundo penso é impraticável qualquer estabelecimento duradouro para lá desta cachoeira, em quanto até ella não houver promptos recursos: assim entenderam todos que até aqui deverá ser escolhido o terreno para a colônia militar e aldeamento²²⁷.

É provável, também, que as informações dadas pelos moradores da vila de Porto Alegre sobre a existência de uma “grande abundancia de minerais preciosos”, próximo à cachoeira, tenha influenciado na escolha da localidade. A antiga tradição local, acerca das pedras preciosas, registra que um velho índio habitante destas paragens, certa feita, encontrou uma grande fonte de diamantes, tendo revelado a sua localização, provavelmente antes de morrer, apenas a um de seus filhos, que morava na vila de São Matheus. Este, após uma passagem na região para desenterrar o “tesouro”, teria feito grande fortuna, alertando os moradores sobre uma “real” existência de pedras preciosas no Mucuri²²⁸.

Independentemente da existência dos minerais, sabemos que o missionário optou pela instalação do aldeamento e da colônia nas proximidades da cachoeira de Santa Clara. As margens do riacho de São Francisco seriam reservadas à colônia, devido à boa qualidade das terras e da água, e o aldeamento ficaria mais próximo ao Morro da Arara, numa grande lagoa que por um córrego se comunica com o rio Mucuri, conhecida como Lagoa de São Caetano. A intensa circulação de grupos indígenas pela região da lagoa foi fundamental para a sua escolha como local para o aldeamento.

Após a escolha desses locais, o missionário autorizou que se fizesse uma derrubada das matas à margem do rio enquanto esperavam pelo retorno do “língua”. A essa altura a expedição se encontrava “acampada” no riacho São Francisco e foi dividida para facilitar os trabalhos. Assim, Frei Caetano partiu para o rio Jacarandazinho no dia 15 de agosto acompanhado do Juiz de Caravelas e alguns

²²⁷ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 440-441.

²²⁸ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 442.

soldados, a fim de iniciar um contato mais estreito com os índios. Ao chegar ao rio ocorreu o primeiro encontro:

Ouviu-se fallar o gentio no mato do lado do norte: encostaram a esse lado duas canoas, e foi o “língua” com os filhos do gentio que trazíamos até o rancho d’elle, e voltou fazendo-se acompanhar pelo capitão Mac-Mac, outro índio, e uma índia velha, a mesma que no mato, havia gritado Chrentonhe, nome que a língua d’elle significava – christão – e que elles dão a todos os que não vivem como eles errantes pelas brenhas²²⁹.

Logo que avistaram os índios, o juiz e o missionário saltaram da canoa, e tal como o roteiro projetado, iniciaram a distribuição de presentes. A princípio os presentes ofertados variavam entre ferramentas, como machados e utensílios agrícolas, e alimentos, como farinha, peixes e carnes em geral. A idéia do missionário era aproveitar o “constante estado famélico” em que os índios viviam e criar uma “dependência” da distribuição de brindes, fazendo com que o grupo aceitasse se instalar no aldeamento mais facilmente. Nesse sentido, o missionário parecia estar satisfeito quando comentou a recepção calorosa feita pelos índios:

O bom tratamento recebido os deixou muito contentes, e fez-lhes perder a grande desconfiança, enchendo-nos de abraços, batendo palmas e gritando jac-je-menú²³⁰.

Na medida em que os brindes chegavam, os membros do grupo saíam do mato e se aglomeravam em torno do juiz de direito. Assim, em pouco tempo, já estavam em número de 12 pessoas, das quais cinco mulheres com duas crianças de colo e sete homens, que como registrou d’Almeida, “em um momento desapareciam com os presentes e regressavam em busca de novos”. Das ferramentas doadas, segundo o cronista, o machado foi a que mais agradou ao grupo, pois “[eles] pareciam conhecer o uso, e porque, logo que os recebiam, experimentavam nas arvores para testar se cortavam bem”²³¹.

Esses índios, a contar pela palavra em Botocudo que gritavam – jac-jenenú, que significa estamos em paz, pode chegar, seja bem vindo –, pareciam bastante tranquilos com a presença dos “brancos”. O único membro da expedição que lhes

²²⁹ D’ ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 443.

²³⁰ Ibidem

²³¹ D’ ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 444.

causou certo espanto foi o missionário, e a este passaram a se referir como “Ink-jac de Tupã”, que significa irmão de Deus. O uso do termo tupã indica que esses índios eram fugitivos de aldeamentos anteriores, onde teriam convivido com tupis ou no aldeamento o administrador, por ignorância, usou um termo em tupi para se comunicar com eles.

O temor e a desconfiança dos indígenas com a figura do missionário foi interpretado por Hermenegildo d’Almeida como uma prova do medo que os índios têm de Deus, e “cuja existência elles conhecem, e de quem se tremem até de pronunciar o nome, para que Deus não lhes mande alguma trovada, segundo dizem na sua ignorância”. Contudo, como informou d’Almeida, aos poucos, até mesmo com a figura do missionário os índios se familiarizaram.

O clima de “confraternização” do grupo com a missão continuou por quase toda à tarde, culminando com o estabelecimento de uma aliança entre ambos através do Capitão Mac-Mac e do juiz de Caravelas. Em agradecimento pelos brindes recebidos, o capitão presenteou o juiz com três colares de contas que levava consigo em volta do pescoço, tornando-se este o símbolo maior de manutenção da relação de paz. Desta forma, segundo d’Almeida, após as trocas de presentes a “festa” seguiu acompanhada, inclusive, a muita musica:

(...) mandamos buscar a viola de um soldado, para vermos o effeito que nelles faria a musica, e ao toque d’ella alegres dançavam a seu modo²³².

Com a proximidade do entardecer daquele dia, o missionário interrompeu a celebração para que ele e seus companheiros pudessem retomar a caminho do acampamento. Contudo, antes de partir, batizaram aquele sítio no qual haviam se reunido de “encontro feliz”. Como o balanço feito do primeiro momento havia sido positivo, frei Caetano combinou com o Capitão Mac-Mac um segundo encontro para o local em que seria criado o aldeamento no Morro da Arara, dentro dois dias, com a presença de toda a “tribo”. Assim, ao partirem, d’Almeida escreveu que:

[os índios] mostraram sentir a nossa separação, e na margem do rio se conservaram batendo palma até que perderam de vista as nossas canoas²³³.

²³² D’ ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 445

²³³ Ibidem

É importante destacarmos as anotações feitas pelo cronista de alguns dados etnográficos sobre os índios Mac-Mac. Aparentemente o interesse de d’Almeida não era simplesmente coletar informações sobre o grupo contatado, mas sim, registrar a existência dos “selvagens Botocudos” nos sertões, atentando para as possibilidades de civilização destes, a partir da percepção de suas características físicas:

Andavam pelo mato com a maior rapidez, e só os víamos quando já muito próximos; estavam todos nus, os homens robustos, bem feitos, de semblante alegre, com as orelhas furadas; as mulheres são magras, e com uma grande roda de pau, que trazem metidas no lábio inferior, as torna disformes: trazem cortados os cabelos rente da cabeça, os únicos que não arrancam²³⁴.

No dia 17 de agosto, a expedição iniciou os preparativos no Morro d’Arara para recepcionar os índios Mac-Mac. A pedido do Juiz de Caravelas, 40 homens desceram a Lagoa de São Caetano para derrubar as matas situadas nas margens e desobstruir o caminho que pelo riacho se comunica com o Mucuri. O trabalho durou cerca de dois dias, estando quase tudo preparado na data marcada para o encontro com os índios. De acordo com d’Almeida, até aquele momento tudo caminhava conforme previsto:

Todas as terras são excelentes, e o morro fronteiro á entrada nos pareceu mais belo para a aldeia, e é o que menos se eleva sobre o rio, tendo uma subida mais suave, e logo acima uma extensa esplanada²³⁵.

E ainda:

Este lugar ficou muito a contento do missionário e do Juiz de direito, e parecendo que melhor do que qualquer outro preenchia as intenções do governo, passando em pequena distancia a picada de Bento Lourenço, que conduz a Minas, sendo duas horas de viagem (descendo) distante das ultimas fazendas, e que há plantações de mandioca, foi este o lugar destinado para a futura reunião e civilização dos indígenas²³⁶.

Ao amanhecer do dia 19, o “língua” e o índio juiz de paz, adentraram pelos matos em busca dos gentios, por ordem do Frei Caetano. Enquanto aguardavam a

²³⁴ D’ ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 444.

²³⁵ D’ ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 445.

²³⁶ Ibidem

chegada do grupo do Capitão Mac-Mac, a comitiva se reuniu com todas as setenta e cinco pessoas da comitiva e ergueram uma grande cruz de madeira com a frente para a nascente do riacho. Este ato simbolizava que a partir daquele momento o espaço no qual eles se encontravam deixava de ser um “território selvagem”, indicando, assim, a subordinação dos índios. Nesse sentido, a cruz era também um sinal que demarcava a apropriação daquele território pelo Estado, representado pela figura do juiz.

Diante do “entusiasmo” dos membros da expedição, Caetano d’Almeida, na condição de “autoridade máxima”, tomou a palavra e proferiu uma “breve allocução”, falando da importância daquele momento para o “futuro do paiz” e relembrando as dificuldades enfrentadas por eles para levar àquelas “paragens” a “verdadeira civilização”. Assim, segundo Hermenegildo, o juiz demonstrou a todos:

(...) o grande benefício que tinha de colher o paiz do aldeamento dos indígenas, e exigindo que continuassem a coadjuvar o missionário para o fácil desempenho da sua missão, agradecendo-lhes a parte que tomaram nos incômodos da viagem, sem outro interesse além do bem do paiz e da humanidade; concluiu dando vivas á religião, á Sua Majestade o Imperador, e depois dispararam todos suas espingardas em signal de contentamento²³⁷.

No fim do dia, o “língua” e o juiz de paz retornaram noticiando que não haviam encontrado os índios. Apesar do abatimento inicial, o missionário resolveu transferir o acampamento da expedição para o Morro da Arara, continuar trabalhando na terra e adiantando o preparo do solo para as futuras roças. Assim, a procura pelo grupo do Capitão Mac-Mac continuou por mais alguns dias, até que o missionário percebeu que os índios não iriam ao seu encontro.

A atitude dos indígenas em não comparecer no local combinado desagradou ao missionário, que ficou “muito sentido por haver achado n’elles a melhor disposição” ao aldeamento. Contudo, Almeida não percebeu que a prática de obter os objetos apresentados – como facas, machadinhos e alimentos – sem oferecer a contrapartida de se aldear era comum entre os índios dessa região. As formas de aproximação e as tentativas de aldeamento não eram novidades a esses grupos que, em muitos casos, já haviam sido aldeados anteriormente. Nesse sentido, podemos afirmar que a relação pautada com o missionário estava alicerçada em experiências construídas com o tempo. Assim, a aquisição de brindes e a permanência nas matas eram percebidas

²³⁷ Idem Ibidem

como muito mais interessante, e eles somente recorriam aos aldeamentos quando consideravam uma opção viável.

A essa altura da viagem, passados quase um mês, o cronista registrou que os membros da comissão estavam se queixando do cansaço e da escassez de suprimentos, dificultando a permanência de todos no acampamento. O vigário de Porto Alegre, Antônio de Azevedo, havia, dias antes, se retirado da expedição com alguns homens e seguido para sua residência. Desta forma, com a constante redução de pessoas na comitiva, no dia 21 de agosto, frei Caetano resolveu fazer o trajeto de volta:

Perdendo nós a esperança de que viessem ao nosso encontro, nada mais tínhamos que aguardar alhi, e era mister restituir ás suas casas os nossos companheiros, já bastante fatigados²³⁸.

O retorno do vigário à vila era um sinal de que o projeto começava a fracassar, pois, ele conhecia melhor do que os demais as formas de relacionamento dos indígenas com os não índios. Entretanto, podemos imaginar também que o “desinteresse” de Azevedo em permanecer com a comitiva poderia indicar uma tentativa de manutenção do comércio de kurukas, que supostamente estaria sobre seu controle.

Chegando a Porto Alegre, o missionário recebeu uma notícia do padre Azevedo informando que o grupo do capitão Mac-Mac tinha aparecido na vila de Viçosa levando com eles alguns dos presentes recebidos para trocarem “por facas e outros objetos cortantes” na mercearia²³⁹. O ocorrido aparentemente desagradou o missionário que optou por permanecer na vila por mais algum tempo, só retomando a empreitada semanas depois. A situação descrita pelo padre indica a existência de um comércio ativo e permanente entre índios e não índios na região. Assim, percebemos que os diversos encontros encetados nos sertões faziam parte do circuito de relações sociais indígenas, e estes tinham um conhecimento prévio de como lidar com os colonos, mantendo sua liberdade e obtendo os bens que desejavam.

No tempo em que ficou em Porto Alegre, frei Caetano aproveitou para organizar melhor as despesas. A nova comitiva formada por ele poupou nos gastos

²³⁸ D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Op. Cit. Pg. 446.

²³⁹ TROINA, Fr. Caetano de. Carta enviada a Caetano Vicente d'Almeida, Juiz de direito da Comarca de Caravelas. Bahia, 23/08/1845. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Agricultura; Maço 4611 – Diretoria Geral dos Índios.

contando apenas com 10 homens, para ajudá-lo no trabalho com as plantações, e o “língua”. As únicas solicitações de verba feita ao Juiz de Caravelas foram para a compra de uma nova canoa no valor de 140 mil reis e de “hum suprimento maior de farinha” para distribuir entre os índios que encontrar²⁴⁰. Assim, municiado do que considerava necessário, retornou ao local do aldeamento.

No dia 1º de novembro, “tendo já queimado o roçado e plantado tudo que pode plantar” e iniciado a construção da casa sede, o missionário seguiu para a mata com o “língua” no intuito de encontrar a “bandeira do Capitão Mac-Mac”. Com poucos dias pela floresta, Caetano manteve contato, através do “língua”, com outro grupo de Botocudos nas proximidades da fazenda Sarará. Esses índios informaram ao missionário que estavam se deslocando no sentido norte-sul, fugindo do conflito com outras “bandeiras da mesma nação”, inclusive a bandeira dos Mac-Mac. Mesmo assim, o frei manteve a tradicional distribuição de presentes e acertou com o grupo para que eles se apresentassem no local do aldeamento²⁴¹.

O segundo contato com o Capitão Mac-Mac só aconteceu dias depois, no Riacho dos Topázios, um local relativamente próximo a cachoeira de Santa Clara. Nesse encontro, o missionário registrou que os índios estavam arrependidos em não ter aparecido no Morro da Arara e que se comprometiam em descer com o grupo completo ao aldeamento o quanto antes. Mais uma vez a distribuição de presentes ocorreu, só que apesar do novo contato e da nova promessa de se aldearem, os índios desapareceram com os “brindes”.

Em carta enviada ao juiz de direito de Caravelas, o missionário relatou que, apesar das dificuldades encontradas, os trabalhos visando à instalação do aldeamento não pararam²⁴². Contudo, em outra carta, o frei expôs sua insatisfação com a missão, pois, apesar de ter as tarefas bastante adiantadas no local do aldeamento com roças prontas e casas construídas, mais uma vez os índios o haviam enganado, sem retornar ao local combinado²⁴³.

²⁴⁰ **TROINA**, Fr. Caetano de. Carta enviada a Caetano Vicente d’Almeida, Juiz de direito da Comarca de Caravelas. Bahia, 06/11/1845. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Agricultura; Maço 4611 – Diretoria Geral dos Índios.

²⁴¹ **TROINA**, Fr. Caetano de. 06/11/1845. Op. Cit.

²⁴² **TROINA**, Fr. Caetano de. Carta enviada a Caetano Vicente d’Almeida, Juiz de direito da Comarca de Caravelas. Bahia, 29/12/1845. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Agricultura; Maço 4611 – Diretoria Geral dos Índios.

²⁴³ **TROINA**, Fr. Caetano de. 06/11/1845. Op. Cit.

Por volta do fim do mês de novembro, ainda obstinado a aldear os índios, o missionário relatou que:

No dito lugar das carvadas (sic.) deixei ir para a vila três homens em huma das duas canoas, ficaram em minha companhia cinco [homens], com os quais me ocupei imediatamente a explorar na mata, [para ver] se por ventura achava algum sinal com que me pudesse accertar de encontrar os índios. Depois de uma investigação de muitos dias, não achei outro, se não, hum caminho muito antigo de índios, que estava [aberto] e conduzia muito dentro da mata. Demorei-me no dito lugar até o princípio do mês que entrava, e esperando fazer nova exploração de índios no sítio do Tenente Bertho²⁴⁴.

No sítio do Tenente Bertho, o missionário passou cerca de um mês e, devido às fortes e intensas chuvas que enfrentou, adoeceu e teve que voltar para a vila. Pouco depois de restabelecida as forças o missionário retomou suas atividades ocupando-se das festas do Ano Novo que se iniciava. Assim, escrevia ele ao amigo e juiz de Caravelas, o Sr. Caetano Vicente d’Almeida, ensejando bons frutos para 1846: “me faço hum dever se assegurar a V. Ex. este novo ano de 1846 seja cheio de tantas felicidades quantas possa desejar o seo coração”²⁴⁵. Contudo, o ano de 1846 não foi de “tantas felicidades” como esperava o missionário. Após algumas outras incursões pelas matas, que da mesma forma que as outras não surtiram efeito e após adoecer novamente, não resistiu e retornou a Salvador, abandonando assim sua “tão importante missão”²⁴⁶.

Esse evento singular ocorrido na Comarca de Caravelas nos coloca diante da necessidade de pensar com mais cautela os processos de encontro e desencontro entre missionários e índios nas diversas missões do século XIX. A estrutura pensada para a catequese parecia bem articulada, com um roteiro bem claro e ensaiado, faltando apenas colocá-la em prática. Assim, os missionários partiram para o sertão, em busca dos índios, com a finalidade de inseri-los em aldeamentos e ensinar-lhes os preceitos cristãos até atingirem o estágio de “civilização” desejado. Contudo, as estratégias dos missionários visando o descimento dos grupos indígenas ao aldeamento, na forma de trocas, presentes e brindes, esbarraram nas ações dos índios.

As estratégias indígenas estão alicerçadas em uma “situação histórica” concreta: a expansão da “marcha colonizadora” sobre os “sertões”. Essa “situação

²⁴⁴ TROINA, Fr. Caetano de. 29/12/1845. Op. Cit.

²⁴⁵ Ibidem

²⁴⁶ TROINA, Fr. Caetano de. 29/12/1845. Op. Cit.

histórica” motivou não apenas mudanças socioculturais, como também, novas estratégias de convivência e separação.

Cabe aqui relembrar que vários registros históricos, apresentados por nós ao longo desta dissertação, indicam que os grupos Maxakalis, Patachos e Botocudos estabelecidos no sul da Bahia circulavam nas áreas limítrofes de Minas Gerais, Espírito Santo e Ilhéus, entre o litoral e o interior. Assim, pudemos perceber que esses grupos estiveram relacionados não apenas à expansão da colonização em Caravelas, mas, também, aos processos de ocupação dessas áreas fronteiriças.

Seguindo os registros que nos remetem a ocupação colonial, passando pelo processo de inserção desses espaços no século XIX, não podemos deixar de acentuar o intenso movimento de interação e conflito entre índios, colonos, padres, escravos e autoridades nessa conjuntura. Desta forma, ao analisarmos as ações desses grupos indígenas, não podemos relacioná-las somente a partir dos eventos específicos registrados pelo frei Caetano e sua comitiva. Pelo contrário, devemos, antes de tudo, acentuar a presença marcante desses grupos considerados “bravios” que, aos poucos, passaram a conhecer e se relacionar com a sociedade envolvente, ditando assim, suas ações a partir das experiências adquiridas com o tempo.

Por fim, como bem alertou John Monteiro, o ponto de vista dos índios raramente aparece com densidade na documentação, mas ao redirecionarmos nosso olhar, veremos que é possível explorar as pistas que reconstroem histórias indígenas. Nesse sentido, podemos afirmar que dentro desse “teatro do encontro”, os índios souberam com destreza driblar as intenções do missionário e mostrar o quanto suas ações eram projetadas e pensadas, deixando claro que apesar de não redatores dessa história, foram e sempre serão os autores de suas histórias.

3.2 – Autoridades Políticas, Índios e Fazendeiros: Conflitos e Projetos para o estabelecimento de missionários no Vale do Jucuruçu.

Apesar do insucesso inicial com frei Caetano de Troina, a Diretoria Geral dos Índios representada pela figura de seu principal diretor, o Sr. Casemiro de Sena Madureira, continuou incentivando o traslado de missionários capuchinhos para a

Comarca de Caravelas. Em 1851²⁴⁷, Madureira organizou um relatório com informações sobre a presença dos grupos indígenas “mansos” e “hostis” que habitavam a Província da Bahia, indicando a necessidade de criação de aldeamentos, que deveriam ser controlados por missionários na região sul.

No relatório de 1851 constava uma espécie de avaliação do estado dos aldeamentos já existentes e destacava a presença de dois deles na Comarca de Caravelas: Prado e São José do Porto Alegre ou Mucuri. Segundo Madureira, nessa região era constante a circulação de “índios selvagens com ânimo pacífico”, que sempre apareciam nas vilas e retornavam às matas por falta de missionário²⁴⁸. Por esse motivo se fazia urgente a contratação de capuchinhos que adentrassem as matas no intuito de “auxiliar” esses grupos e organiza-los em aldeamentos, para facilitar inclusive o estabelecimento de outros grupos de “ânimo hostil” que viviam nas redondezas de São José do Porto Alegre.

SOBRE O ESTADO DAS ALDEIAS DOS INDÍGENAS DA PROVÍNCIA DA BAHIA, SUA POPULAÇÃO E CIVILAÇÃO²⁴⁹.

COMARCA DE CARAVELAS

Vila do Prado – É habitada por indígenas, e por brasileiros de outra raça. E nas matas desta vila que há hordas de indígenas bravos, que algumas vezes tem saído com animo de fazerem hostilidades, e raras vezes saem sem fazer mal. Aqui há grande urgência de um Missionário para catequizar esses índios bravos.

Vila de S. José do Mucuri – Foi aldeia de índios, tem muita população, não tem Diretor, por serem, os índios domesticados há muito tempo. Nas matas há hordas de indígenas bravos, e neste lugar há grande necessidade de Missionário que os chame à civilização. O Missionário Capuchinho Frei Caetano de Troina subiu pelo Rio de Mucuri em 1846 no intento de catequizar os indígenas, e teve encontro com alguns. Foi nomeado Missionário mas por causa das febres que sofreu por duas vezes, e por ser necessário ao seu Hospício estabelecido nesta capital, pediu demissão em 1847, e não tem a

²⁴⁷ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Salvador em 10/01/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Capitães - Mores dos Índios; cad. 1842.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

presidência achado outro religioso, que se encarregue desta Missão com proveito – Bahia 10 de Janeiro de 1851. – Casemiro de Sena Madureira - Diretor Geral dos índios²⁵⁰.

A Postura apresentada por Madureira no relatório de 10/01/1851 e reafirmada em outros dois relatórios do mesmo ano, em 22/01/1851²⁵¹ e 08/02/1851²⁵², era de tentar reduzir o número de diretores parciais, incentivar o missionamento e limitar a atuação da Diretoria Geral dos Índios para os locais “onde unicamente se precisam desta inspeção e proteção imediata do governo, fazendo com que ela [a Diretoria] pudesse atender as necessidades dos indígenas que precisam de aldeamento”²⁵³.

Nesse sentido, propunha que os quatro contos de reis previstos no orçamento provincial para 1851 e 1852, reservado à questão indígena, fosse quase que exclusivamente direcionados à contratação de missionários e à manutenção e ampliação dos aldeamentos existentes no sul da província, suprimindo as gratificações dos diretores do norte, em especial dos aldeamentos de Pedra Branca e Massacarã²⁵⁴. Madureira acreditava ainda que a dificuldade em recrutar missionários competentes não deveria impedir a continuidade nos trabalhos, sugerindo que se fizesse uma fusão de aldeamentos que fossem próximos para facilitar a administração e liberar os missionários das antigas missões para se empregarem em outros locais²⁵⁵.

Como a contratação de um missionário era bastante complicada e estes não se apresentavam em quantidade suficiente para atender a demanda, o governo da Bahia optou por entregar a administração dos trabalhos iniciais a um particular²⁵⁶. No caso das regiões entre os rios Mucuri, Jequitinhonha e Prado, o responsável foi o Major Inocência Pederneiras, engenheiro e fazendeiro no vale do Jequitinhonha²⁵⁷. Sua

²⁵⁰ Idem Idem.

²⁵¹ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia em 22/01/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁵² **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Francisco G. Martins, Salvador em 08/02/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁵³ **MADUREIRA**, Casemiro de S. 22/01/1851. Op.Cit.

²⁵⁴ **MADUREIRA**, Casemiro de S. 08/02/1851. Op.Cit.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Francisco G. Martins, Salvador em 10/04/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁵⁷ **PEDERNEIRAS**, Inocência Veloso, Capitão do Corpo de Engenheiros e Chefe da Comissão de Exploração do Mucuri; Ofício enviado ao Presidente da Província, Bahia; em 25/04/1851; mas.; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série - Agricultura - Colonias e Colonos; Maço 4607 (1849-1888); cad. 03.

função era iniciar um processo de conhecimento das potencialidades da região, atentando para possibilidades de transforma-las em vias de comércio e zonas de expansão agrícola. O major iniciou os trabalhos de forma mais sistematizada a partir de 1851, montando uma comitiva, com o caráter exclusivamente militar, composta por soldados armados no intuito de adentrar aos sertões e combater os índios considerados “bravos”²⁵⁸.

As avaliações feitas pelo Major Pederneiras acerca dos grupos indígenas que circulavam pela região, especificamente entre os vales do Mucuri e Prado, indicam segundo Paraíso à existência de três posturas distintas com relação ao contato com a sociedade nacional:

Em torno ou no perímetro das vilas, são sempre referidos os índios “mansos”, aldeados havia muitos anos e já em processo de acomodação à nova realidade. Outros eram indicados como buscando contato e se apresentando com “ânimo pacífico” nas fazendas das regiões de Nova Viçosa, Caravelas, Prado e São José de Porto Alegre. Esses grupos, pressionados por outros em deslocamento em direção ao sul e pelo avanço das propriedades nacionais, adotavam a tática tradicional dos Naknenuk: a busca de aliança com os nacionais, através da aceitação do aldeamento compulsório. Havia ainda outros grupos que continuavam a adotar a postura de recusa ao contato e que eram descritos como “hostis”, sendo responsabilizados pelos constantes conflitos nas bacias do Jucuruçu, nas proximidades da vila do Prado, e do Jequitinhonha²⁵⁹.

Os grupos indicados pelo Major Pederneiras eram provavelmente os remanescentes das quatro bandeiras identificadas pelo pároco de São José de Porto Alegre em 1844²⁶⁰. Esses grupos, como demonstramos, se apresentavam pacificamente na região do Mucuri, embora vivessem em constante conflito na vila do Prado. Naquela ocasião, por volta de 1845, frei Caetano de Troina tentou aldeá-los nas proximidades da Lagoa de São Caetano não obtendo muito sucesso²⁶¹.

²⁵⁸ **PEDERNEIRAS**, Inocêncio Veloso, Capitão do Corpo de Engenheiros e Chefe da Comissão de Exploração do Mucuri 25/04/1851. Op.Cit.

²⁵⁹ **PARAÍSO**, Maria Hilda B, 1998. “O Tempo da dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”. Tese de Doutorado em História. FFLCH - USP. 5 vol. Pg. 579.

²⁶⁰ **AZEVEDO**, Antônio Miguel de, Vigário de São José de Porto Alegre; *correspondência enviada ao Presidente da Província da Bahia*; São José de Porto Alegre em 08/08/1844; APEB; Fundo presidência da Província; Série Agricultura ; Maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁶¹ **D' ALMEIDA**, Hermenegildo Antônio Barbosa. Viagem as villas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre do Mucury e os rios Mucury e Peruhipe (23/9/1845) IN: RIHGBr. Rio de Janeiro, Tomo VIII, 1867, pg. 447.

Os conflitos no Prado se intensificavam cada vez mais e as informações cedidas pelo Major Pederneiras em conjunto com diversas cartas de moradores solicitando que se resolvessem os problemas, fizeram com que a Diretoria Geral dos Índios buscasse solucionar a querela²⁶². A solução proposta foi a tradicional: nomear missionários que deveriam atrair e aldear os indígenas que viviam nas matas²⁶³.

Na carta de 12/02/1852, endereçada ao presidente da Província, Madureira foi categórico ao afirmar a necessidade de contratação de um religioso, pois acreditava que a presença de frades em detrimento de Diretores leigos facilitaria o processo de acomodação dos índios. Isso porque eles temiam os Diretores que organizavam constantes ataques às aldeias e não se preocupavam em desenvolver a educação religiosa por meio da catequese. Porém, a principal preocupação do Diretor Geral era que não se misturassem os aldeados e os “civilizados” nas vilas, principalmente em São José do Porto Alegre, para evitar que os novos aldeados não adquirissem os “vícios” dos que já estavam em processo de “civilização”²⁶⁴.

Em 06/08/1853 numa correspondência ao juiz de Direito da Comarca de Caravelas, o subdelegado da vila do Prado informava a existência de novos conflitos na região, ocorridos na fazenda de Manoel Caetano de Castro²⁶⁵. Os índios envolvidos pertenciam ao grupo dos Machacalis e eram chamados de Nak-nenuk/Jak-nenuk, e comumente mantinham relação de aliança com os fazendeiros em troca de abrigo e alimentos. Nesse caso, o subdelegado acusava os índios de ingratidão, assassinato e roubo, afirmando que esses vícios só poderiam ser superados caso fosse nomeado com urgência um missionário e este chegasse munido de ferramentas e miçangas, para assim atraí-los e aldeá-los. Ou seja, criar um clima de “paz” e “estabilidade” a partir do estabelecimento de alianças e trocas²⁶⁶.

Poucos dias após o ocorrido, em 24/08/1853, o Juiz de Direito de Caravelas, o Dr. Henrique Jorge Rebelo, respondeu ao subdelegado Fontoura reiterando a

²⁶² MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley*; Bahia em 05/12/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ MADUREIRA, Casemiro de S.; *Ofício ao Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins*, Salvador em 12/02/1852; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; Maço 4611; Diretoria Geral de Índios

²⁶⁵ FONTOURA, Marciano de Jesus, Subdelegado de Polícia da vila do Prado; *Ofício enviado Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, Henrique Jorge Rebelo*, Prado em 06/08/1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁶⁶ Idem.

necessidade de contratação de um missionário²⁶⁷. Contudo, Juiz acreditava que era preciso, antes de tudo, que os moradores superassem a má vontade para com os índios. Rebelo acusava ainda os fazendeiros da região de praticarem:

“...cenas de violência [...] contra os índios [pois] que não sabem relevar a menor subtração de suas lavouras e que por isso os perseguem com se fossem bestas ferozes, tornando os índios ainda mais perigosos.”²⁶⁸

A pressão dos moradores e das autoridades locais era tanta que o Diretor Geral dos Índios foi em busca de uma solução viável. Assim, em ofício datado de 10/10/1853, Madureira sugeria ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley, que, diante da dificuldade em recrutar novos missionários, nomeasse o Vice-prefeito dos Capuchinhos para assumir a missão no Prado ou deslocasse Frei Serafim de Petraglia da aldeia de São Fidelis, pois “a dita aldeia já se encontra em estágio bastante avançado de civilização e a presença do frei já não se faz tão necessária”²⁶⁹.

A atitude de Madureira em indicar o vice-prefeito dos capuchinhos para trabalhar como missionário em Caravelas demonstra o desgaste na relação entre a Diretoria Geral e os superiores do Hospício da Piedade. As rugas entre eles decorriam principalmente da dificuldade em conciliar o número de missionários desejados e os disponíveis. Contudo, a carta de resposta do Vice-prefeito em 30/10/1853 parecia buscar uma conciliação, protelando a solução do problema²⁷⁰. Nesse sentido, Frei Paulo de Panicale afirmava, entre outras questões, que não dispunha de missionários para direcionar à região, pois a área em apreço estava sob a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro e a ordem para envio de religiosos deveria partir do superior de lá. Assim, Frei Panicale escreveu:

²⁶⁷ **REBELO**, Henrique Jorge, Juiz de Direito da Comarca de Caravelas; *Ofício enviado a André Corsino Pinto, Chefe de Polícia da Província*, Caravelas em 24/08/1853; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley*; Bahia em 10/10/1853; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁷⁰ **PANICALE**, Frei Paulo de, Prefeito do Hospício da Piedade; *Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley*; Bahia em 30/10/ 1853; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios; Ver também: **PANICALE**, Frei Paulo de, Prefeito do Hospício da Piedade; *Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley*; Bahia em 19/10/ 1853; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

Tenho vivo sentimento de não poder satisfazer aos desejos que V. ex. me expressa em seo respeitável officio do dia 24 do corrente qbrô (sic.), com que pede-me haja eu de nomear um dos meos religiosos para se empregar na cathequesi dos índios selvagens da Comarca de Caravellas. Recentemente me acho impossibilitado a fazer essa nomeação por vários motivos: 1º porque não tenho nenhum religioso que possa e queira aceitar o emprego, à que requiere-se uma particular vocação; e se bem há pouco que chegou um novato, outro deve de cá transladar-se para o Rio de janeiro. 2º Porque sendo Caravelas pertencente a Diocese de Rio de Janeiro fica fora da minha jurisdição, e por isso não posso mandar religiosos sem expressa licença do S. Internuncio e do S. Bispo do Rio, licença que com muita dificuldade pude alcançar quando lá foi mandado o S. Frei Caetano de Troina. Em 3º lugar digo que aqueles índios não querem absolutamente saber nada de missionário, de religião, de civilização, nem de aldeamento, como experimentou por dez meses o S. Frei Caetano, tornando-se totalmente inúteis os seus esforços. E por ultimo digo, que nos ditos lugares o ar é muito insalubre e nocivo para os que não são naturaes daquelas matas, sem contar o perigo dos índios por serem mui ferozes. Espero que estes motivos persuadirão a V. Ex. da impossibilidade em que me acho de satisfazer a sobredita honrosa insinuação de V. Ex.²⁷¹.

Logo após a resposta do Vice-prefeito dos Capuchinhos, Madureira buscou dar celeridade ao processo de contratação do novo missionário. Em 04/11/1853 encaminhou um officio ao Presidente da Província pedindo que fosse o quanto antes esclarecido que bispado realmente administrava a região e pressionando para que os Capuchinhos enviassem emergencialmente um missionário que estivesse ocioso. Caso isso não fosse possível, reiterava que se liberasse frei Antônio de Falerno da Missão de Santo Antônio da Cruz, transferindo os índios que se encontravam civilizados naquele local para o aldeamento de Catolé²⁷².

Apesar de todas as discussões e tentativas de envio de missionários, a situação no Prado continuava inalterada. De um lado os moradores da região se queixavam dos ataques e consequentes destruições das fazendas e roças e de outro as autoridades provinciais não conseguiam angariar recursos materiais e humanos para tentar solucionar os problemas. A postura de Madureira se mantinha inabalada e nos relatório anuais da Diretoria Geral Índios a região da Comarca de Caravelas

²⁷¹ PANICALE, Frei Paulo de, Prefeito do Hospício da Piedade. 30/10/1853. Op.Cit.

²⁷² MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Officio enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley*; Salvador em 4/11/1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

continuava a ser tratada como a que mais necessita de auxílios religiosos, pois possuía o maior número de “índios hostis” da província (vide tabela abaixo)²⁷³.

População, grupo étnico e atividade econômica dos Aldeamentos das Comarcas do Sul da Bahia em 1852²⁷⁴.

Aldeamento	População	Grupo Étnico	Atividade econômica
Ferradas	300	<i>Kamakã-Mongoió</i>	Lavoura
Catolé	150	<i>Kamakã-Mongoió</i>	Ainda não exerciam por serem recém-aldeados
Santo Antônio da Cruz	32	<i>Kamakã-Mongoió</i>	Lavoura – ainda em fase de ajustamento
Lagoa do Rio Pardo	28 famílias	Botocudos (na verdade <i>Pataxó</i>) nas matas e <i>Kamakã-Mongoió</i> aldeados	
Trancoso	500	Não identificados (<i>Tupinikin</i>)	Lavoura
Vila Verde	104 famílias	Não identificados (<i>Tupinikin</i>), Botocudos e <i>Kamakã-Mongoió</i> nas matas	Lavoura
São José de Porto Alegre	---	Índios pacíficos não identificados <i>Kamakã- Mongoió</i> – <i>Menian</i> e outros hostis nas matas	

Constava ainda nesses relatórios severas críticas ao Regulamento das Missões e a falta de missionários e verbas, apesar das notificações de avanços da catequese e civilização dos índios da província. As críticas eram em geral as mesmas de ano a ano e estavam associadas principalmente a:

²⁷³ BAHIA, *Fala do Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins na abertura da Assembléia em 01 de março de 1852*. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira (Rua do Tijolo, casa nº 10) 1852.

²⁷⁴ MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 05/02/1853*: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios. Ver também: PARAISO, Maria H. Op. Cit. Pg. 583.

- 1) Falta de condições para fiscalizar os aldeamentos distantes.
- 2) Dependência das informações prestadas pelos diretores parciais.
- 3) Escassez de recursos.

A partir de 1854 Couto Ferraz – Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – assumiu a responsabilidade de fiscalizar as questões ligadas aos aldeamentos, à catequese e à civilização dos índios na Bahia²⁷⁵. Para tanto a Diretoria Geral dos Índios disponibilizou um “Mapa Estatístico das Aldeias e Índios Domesticados da Província da Bahia” para ser incluído no relatório do Ministro daquele ano²⁷⁶. Nesse mapa constavam informações relativas aos novos aldeamentos criados nas Comarcas do Sul, em especial Ilhéus, e levantamentos demográficos melhor elaborados.

Mapa estatístico do número de aldeias e índios domesticados nas comarcas do sul da Bahia em 1854²⁷⁷

Nações ou Tribos	Número de Indígenas	Lugares ou aldeias
Kamakã	110	São Pedro de Alcântara
Mongoiô	98	Catolé
Botocudos	90	Barra do Catolé
Mongoiô e Botocudos	71	Santo Antônio da Cruz
-----	200	Oliveira (Oliveira)
-----	40	Caravelas
-----	140	Prado
-----	300	Mucuri
-----	30	Santa Cruz
-----	500	Trancoso
-----	30	Vila Verde
Vários	3550	Norte da Província
Total Geral	5129	

²⁷⁵ COUTO FERRAZ, L. P.. Aviso Circular n.º 118; Ministério do Império – Repartição Geral das Terras Públicas – Aviso Circular aos Presidentes de Pernambuco e São Pedro, providenciando a respeito da medição das terras das aldeias de índios, Rio de Janeiro, 17/03/1856; In: CUNHA, Ma. Manuela C da. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, CPISP, 1992. p. 239.

²⁷⁶ COUTO FERRAZ, Luís Pedreira; Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império; *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 9ª Legislatura*; Rio de Janeiro em 20/04/1854; Secretaria do Estado dos Negócios do Império; Mapa Estatístico do Número de Aldeias e Índios Domesticados, a respeito dos quais tem sido enviados esclarecimentos; Museu do Índio; Sedoc; Microfilme 397.

²⁷⁷ COUTO FERRAZ, Luís Pedreira; Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império. Op. Cit.; Ver também: PARAISO, Maria H. Op. Cit. Pg. 590.

De acordo com os dados expostos na tabela, a maioria dos índios aldeados da província estava localizada na região norte, cerca de três mil e quinhentos, e na região sul pouco mais de mil e quinhentos. Por esse motivo, Couto Ferraz reafirmava a necessidade de contratação de missionários, já que nas Comarcas do Sul o número de índios não civilizados era muito maior. Assim, o Ministro completava o relatório insistindo na necessidade de se catequizar os índios particularmente na Vila do Prado²⁷⁸.

O pedido do Ministro Couto Ferraz e a continuidade dos conflitos no vale do Jucuruçu aceleraram o processo de nomeação de um missionário para a região. Como não havia religiosos disponíveis no Hospício da Piedade em Salvador, a solução encontrada, em curto prazo, foi seguir o proposto por Madureira e extinguir o aldeamento de Santo Antônio da Cruz e transferir Frei Antônio de Falerno para o Prado²⁷⁹.

A passagem do Frei Falerno pela região não alcançou os objetivos desejados. O missionário esteve na Comarca de Caravelas por cinco meses entre janeiro e maio de 1855. Nesse período se instalou na vila do Prado, tendo passado bastante tempo também na fazenda de Manoel Caetano de Castro, bastante conhecida pelas costumeiras “visitas” dos índios. Contudo, o fato dos índios não terem aparecido no local o fez imaginar que estariam em suas aldeias no interior das matas. Assim, organizou uma pequena varredura pelos sertões, onde encontrou apenas rancharia, roça de banana, cana e mandioca e vestígios da recente presença dos índios no local²⁸⁰.

O missionário resolveu permanecer na suposta aldeia e esperar pelo contato com os índios. Porém, o tempo passou e nenhum contato foi efetuado, fazendo com que o frei resolvesse retirar-se da missão, retornar a Salvador e pedir demissão, por considerar inútil sua presença no local. Falerno, então, solicitou o ressarcimento das suas despesas em 09/06/1855 e poucos meses depois regressou para a Europa²⁸¹.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ **MADUREIRA**, Casemiro de Sena; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley*; Bahia em 12/11/1854; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; Maço 4612 - Índios - Comissão de Medição dos Aldeamentos dos Índios - (1857 – 1864).

²⁸⁰ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Vice-Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 09/06/1855; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁸¹ Idem.

Por volta de três meses após Frei Antonio de Falerno abandonar a missão no Jucuruçu, chegou a Salvador um grupo de índios que se atribuíam a condição de representantes dos mais de trezentos indígenas que apareciam nas roças de mandioca da região²⁸². O grupo era formado por quatro índios: Francisco Nuca, que era língua e filho do Capitão da aldeia e outros três que foram descritos como selvagens. A comitiva foi à capital da província no intuito de negociar com a Diretoria Geral a nomeação de um missionário e a liberação de verbas para a fundação de um aldeamento e para a abertura de uma estrada para Minas Gerais²⁸³.

Diziam eles que iriam iniciar a abertura da estrada aproveitando uma picada já existente na região, provavelmente a antiga picada de Bento Lourenço, e apresentaram, ainda o calculo das despesas necessárias para o aldeamento de cerca de quinhentos índios botocudos, que estariam dispostos a aceitar a administração dos nacionais. Para tanto consideravam necessário um missionário compromissado que não os abandonassem²⁸⁴.

Ao fim e ao cabo ficou combinado que Frei Liberato de Matre acompanharia a comitiva até a fazenda de Domingos Jorge Corrêa, onde o grupo se encontrava acampado e completo, e depois juntamente com o missionário iriam aos sertões para avaliar qual seria o melhor lugar para se instalar o aldeamento. Discutia-se se facilitaria a adaptação do grupo permanecer na região do Prado ou deslocá-los para um aldeamento já existente localizado na foz do rio Mundo Novo afluente do Pardo. O dito aldeamento era conhecido por Saco do Rio Pardo e tinha como administrador Frei Luis de Grava²⁸⁵.

É interessante fazermos algumas observações, pois esses dados apresentados parecem bastante significativos:

- 1) Acreditamos que o Francisco Nuca era o mesmo “língua” que trabalhou com o Frei Caetano de Troina anos antes em 1845, e que o grupo ao qual ele pertencia fosse os Mek-Mek identificados por Caetano.
- 2) Existe grande possibilidade de estes índios serem ex-aldeados, até porque o grau de informações que eles dispunham e a complexidade das negociações

²⁸² **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província*; Bahia em 20/10/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Idem.

propostas à Diretoria Geral demonstra um grau elevadíssimo de conhecimento do “mundo dos brancos”. Elementos estes que comprovam a dinâmica das experiências de contato, descritas nos capítulos anteriores.

Entretanto, apesar do acordo entre Madureira e o “língua” Francisco Nuca, os problemas no vale do Jucuruçu persistiram. No relatório da Diretoria Geral dos Índios, na seção relativa aos “aldeamentos das Comarcas do Sul da Bahia, com sua localização, estado de civilização, dados demográficos, etnias e diretores”, a situação dos índios na região vinha descrita como: “Refugiados nas Terras de um Fazendeiro que os acariciava” (vide tabela abaixo)²⁸⁶. O que confirmava que a situação permanecia.

Relação de Aldeamentos das Comarcas do Sul da Bahia, com sua localização, estado de civilização, dados demográficos, etnia e diretores em 1855.

Comarca de Caravelas

Aldeamento	Vila do Prado		São José do Mucuri
Localização		Rio Peruípe	Foz do Mucuri
Estado de Civilização	Civilizados		Civilizados
População	110	40	300 – Notícias de vários grupos nas matas
Nação			
Missionário			
Terras	Administrada Pela Câmara	Refugiados nas Terras de um Fazendeiro que os “acariciava”	Administrada pela Câmara Valor: 2:000\$000 – Uma légua em quadra

²⁸⁶ MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Sr Conselheiro Luiz Pereira de Couto Ferraz, Ministro de Estado dos Negócios do Império*; Bahia em 31/01/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

Atividade	-----		

Os moradores da Vila do Prado continuavam insatisfeitos com a situação e constantemente enviavam cartas ao Presidente da Província exigindo que se tomassem medidas urgentes. Assim, no fim de 1855, Manoel Caetano de Castro, queixava-se de que, desde 1853, os Naknenuks freqüentavam sua fazenda, causando-lhe grandes prejuízos e que por volta do início do mês de novembro daquele ano haviam se apoderado da sua fazenda por mais de uma semana²⁸⁷. Em outra correspondência do mesmo período o Subdelegado do Prado confirmava o acontecido na fazenda Santa Maria do Corte pertencente a Caetano de Castro e solicitava que fosse enviado de imediato um missionário que permanecesse no local e aldeasse o grupo²⁸⁸.

A sugestão dada pelo subdelegado foi aceita de imediato e em 29/12/1855, Madureira confirmou o envio do frei Ângelo da Conceição, que estava no Hospício da Piedade sem ter ainda assumido qualquer função²⁸⁹. A indicação do frei Ângelo não foi acatada pelo prefeito dos capuchinhos que informou já ter enviado frei Liberato de Matre para acompanhar a comitiva de Francisco Nuca²⁹⁰. A querela em torno da nomeação do missionário permaneceu quase até meados de 1856, quando foi confirmada a contratação de frei Liberato de Matre em conjunto com um administrador, que iria com a função de auxiliar o missionário no ensino de técnicas agrícolas aos índios²⁹¹.

Contudo, ante a demora do missionário em chegar ao local, Manoel Caetano de Castro insistia que se repassassem recursos para a manutenção dos índios que

²⁸⁷ CASTRO, Manoel Caetano de; *Ofício enviado Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; s/d: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁸⁸ FONTOURA, Marciano de Jesus; Subdelegado da Vila do Prado; *Ofício enviado ao Presidente da Província*; Bahia em 08/11/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁸⁹ MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 29/12/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁹⁰ MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 10/01/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁹¹ MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 05/03/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

permaneciam “arranchados” em sua fazenda. Em 12/03/1856, Madureira respondia ao fazendeiro informando que o frade já havia se deslocado para a vila e levava com ele recursos suficientes para a compra de ferramentas, equipamentos e sustento dos índios por um ano²⁹². Assim, informava também que considerava a civilização dos índios no Prado como prioritária e que devido à aparente propensão destes para se aldearem acreditava que em pouco tempo a região não estaria mais carente de trabalhadores livres para a agricultura, pois os indígenas estariam convencidos das vantagens:

...vida social com relação à errante e precária em que permanecem, trazendo este estado de coisas a nossa lavoura braços que até agora se tem empregado em destruí-la, roubando as fazendas e plantações que lhes ficam limítrofes, cuja causa tem deixado de serem aproveitados terrenos fecundíssimos de cuja riqueza não só aproveitariam os particulares como o Estado, com o aumento da produção²⁹³.

Ao chegar à Comarca de Caravelas frei Liberato de Matre tinha como primeira obrigação auxiliar o fazendeiro Castro, estabelecer um aldeamento nas proximidades da propriedade e destinar as primeiras despesas, cerca de 230\$000, para compra de ferramentas e plantio de mandioca, cereais, legumes e frutas. Deveria também construir bolandeira e fornos para a produção de farinha, além de introduzir o cultivo de cacau, café e outros produtos para a venda²⁹⁴.

Iniciado os trabalhos, frei Liberato contraiu febres e logo foi substituído pelo Diretor dos Índios do Prado, Domingos Jorge Correia. No pequeno período em que permaneceu com os indígenas o missionário não conseguiu desenvolver o trabalho como era esperado, tendo apenas tentado reuni-los sem sucesso. Por esse motivo, o novo diretor solicitou o envio de 630\$000 para dar continuidade aos trabalhos²⁹⁵.

²⁹² **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 12/03/1856; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; *Ofício enviado ao Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 15/03/1856; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral de Índios.

²⁹⁵ **CORRÊA**, Domingos Jorge; *Ofício enviado ao Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 26/05/1856 ; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral de Índios.

Diante dos fatos registrados, Madureira voltou a insistir na nomeação do Frei Ângelo da Conceição, por considerar urgente a solução dos conflitos no Prado²⁹⁶. Com a necessidade de despender maiores recursos tentou transferir a renda dos aldeamentos de Santo Antônio de Nazaré e Abrantes para auxiliar a missão²⁹⁷.

O novo missionário logo que chegou a vila do Prado foi recepcionado por Francisco Nuca e Domingos Jorge Corrêa. Juntos eles fundaram um aldeamento, conhecido como Lages, no rio Jucuruçu, composto pelo grupo de Nuca, que era definido como civilizado, e outros índios atraídos das matas. Porém, mais uma vez, com pouco tempo de trabalho, o frade destinado a atuar na área abandonou sua função. Desta vez não por enfermidade, mas por ter sido convidado pelo vigário de Alcobaça para atuar naquela vila. Após sua transferência quase nenhuma informação colhemos sobre a presença do missionário.

Após mais um insucesso em fixar um missionário no Prado, o Subdelegado Fontoura demonstrou irritação e informava não compreender os insucessos, pois, segundo registrou, os índios continuavam predispostos a aldear-se²⁹⁸. Em 20/11/1856, Madureira encaminhou um ofício ao presidente da província propondo que frei Liberado de Matre reassumisse o cargo de Diretor e em conjunto com Corrêa tentasse manter o aldeamento já instalado e iniciasse a abertura de uma estrada. Pedia também, que o vice-prefeito dos capuchinhos acompanhasse os trabalhos e avaliasse uma possível manutenção do aldeamento de Lages ou uma transferência dos índios para o Saco do Rio Pardo²⁹⁹.

Com o problema instalado, o vice-prefeito dos capuchinhos não encontrou outra saída e resolveu aceitar a viagem. Acompanhado do frei Ângelo da Conceição o vice-prefeito não demorou a retornar para Salvador³⁰⁰. A presença de ambos os

²⁹⁶ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima*; Bahia em 28/5/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁹⁷ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; *Ofício enviado ao Presidente da Província Álvaro T. de M e Lima*; Bahia em 10/06/1856; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral de Índios.

²⁹⁸ **FONTOURA**, Marciano de Jesus; Subdelegado da Vila do Prado; *Ofício enviado ao Presidente da Província*; Bahia em 16/10/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

²⁹⁹ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província, João Luís Vieira de Cansação Sinimbú*; Bahia em 20/11/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

³⁰⁰ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província*; Bahia em 15/12/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

missionários no vale do Jucuruçu não obteve o resultado esperado e em 10/02/1857, o subdelegado Fontoura registrou que eles fizeram uma visita à fazenda de Lages, mas não encontraram os índios que provavelmente haviam retornado as suas roças no interior das matas³⁰¹. Após aguardarem inutilmente o retorno dos índios transferiram-se para Alcobaça em busca de um local mais apropriado para a instalação de um aldeamento.

A tentativa de transferência do Aldeamento para Alcobaça não foi bem vista pelos fazendeiros do Prado e Fontoura, em correspondência ao Diretor Geral dos Índios, mostrou-se também totalmente contra a idéia, solicitando a imediata interferência de Madureira, para evitar o que ele considerava com um grande equívoco³⁰². Essa postura evidenciada pelos moradores demonstra que a grande questão residia no direito do uso da mão-de-obra dos futuros aldeados e, segundo Fontoura, a transferência do aldeamento iria beneficiar os moradores de Alcobaça após tantos investimentos feitos por parte do Prado³⁰³. Assim, diante destes problemas, em 24/07/1857, por ordem do Governo Provincial foram suspensos os trabalhos na região³⁰⁴.

3.3- Avaliando a Catequese e os discursos de exceção: seriam esses índios realmente civilizáveis?

Estes bárbaros, que não poupam mulheres nem crianças, que só cuidam em roubar-nos e nos atacar-nos por cidadãs, não serão a meu ver catequizados (...) Empregar para com eles a catequese [irá] aumentar e acoroçoar a barbárie com grave prejuízo à civilização³⁰⁵.

³⁰¹ **FONTOURA**, Marciano de Jesus; Subdelegado de Polícia; *Ofício enviado ao Diretor Geral dos Índios Casemiro de Sena de Madureira*; vila do Prado em 10/02/1857; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; Maço 4612 - Índios - Comissão de Medição dos Aldeamentos dos Índios (1857-1864).

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem Ibidem.

³⁰⁴ **MADUREIRA**, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; *Ofício enviado ao Presidente da Província João Luís de Cansanção Sinimbu*; Bahia em 24/07/1857; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios

³⁰⁵ Fala do Presidente da Província da Bahia, João Maurício Wanderleina abertura da Assembléia em 01 de março de 1855. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira.

A partir da década de 1850, a administração de aldeamentos por missionários transformou-se, no imaginário social, na única solução possível para a questão indígena. A nível nacional, as discussões sobre o Regimento Geral das Missões concluíam que essa legislação não havia ainda atingido seus objetivos, era ineficiente e necessitava-se, o quanto antes, reformulá-la. Contudo, na Bahia os pedidos para que o presidente da província obtivesse missionário eram constantes, particularmente para as áreas em conquista das Comarcas do Sul. Assim, em 1852, no ofício enviado ao presidente da província sobre a questão da catequese no sul da Bahia, o Diretor Geral dos Índios escrevia:

Sobre este importante objeto (a catequese), resta-me unicamente dizer-vos, que difícil é sem dúvida o reduzir os índios ao trabalho, sendo esta tarefa sofrivelmente desempenhada somente pelos missionários (...)³⁰⁶

No ano subsequente o mesmo diretor em seu relatório registrou que:

O sul da província é com efeito o mais fértil campo aberto aos trabalhos evangélicos dos catequistas: infelizmente porem este reduzem-se a alguns religiosos estrangeiros que afrontam incômodos e perigosos, enquanto outros vivem na maior parte em ociosidade (...) Não entro na questão de qual o método preferível para chamar-se ao grêmio da religião e da civilização essas hordas errantes, porque estou (certo) que por muito tempo, pra não dizer sempre, serão os religiosos os mais adaptados para o conseguirem³⁰⁷.

Dessas falas podemos depreender dois problemas centrais que desde essa época estavam colocados em pauta pelos funcionários do governo provincial da Bahia e, que ao longo do restante daquele século, vão estar presente nos debates sobre a questão da catequese: a primeira questão estava ligada ao debate de qual seria o melhor método de civilização dos índios; e a segunda estava relacionada á natureza selvagem indígena, tema que fazia esses “homens do governo” se questionarem se seriam esses índios realmente civilizáveis.

³⁰⁶ Fala do Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins na abertura da Assembléia em 01 de março de 1852. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira.

³⁰⁷ Fala do Presidente da Província da Bahia, Dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembléia legislativa em 01 de março de 1853. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira

Esses dois problemas foram enfrentados de formas distintas a partir de então e estiveram ligados principalmente às dificuldades encontradas pelos missionários capuchinhos em “civilizar” e catequizar os índios nos interiores baianos.

Inicialmente as diversas missões enviadas para catequizar os índios trouxeram esperanças animadoras para os governantes, que percebiam a catequese como solução para a questão das “tribos de indígenas errantes, que ameaçam a segurança dos habitantes do centro e mesmo de algumas vilas”. Pois, como colocou o Presidente da província Álvaro Tibério, “mais do que nunca deveríamos empregar todos os meios suaves de trazer a civilização os nossos irmãos errantes” ³⁰⁸.

Contudo, pouco tempo depois, essas mesmas missões seriam analisadas com bem menos entusiasmo, abrindo espaço para se debater essa questão da civilização dos índios por meio da catequese. Em 1857, o presidente da província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, em sua fala de abertura da Assembléia Legislativa Provincial, expunha que a catequese não era o meio mais apropriado para civilizar os índios, pois estes ainda permaneciam em seus costumes considerados bárbaros. Nesse sentido, propôs como solução alternativa à catequese uma maior aproximação dos “civilizados” com os índios.

Essa posição exposta por Sinimbu parece retomar um dos pontos principais do método de civilização do período colonial, que acreditava que a maior proximidade entre índios e cristãos poderia levar os primeiros a reproduzir “bons costumes” por meio do exemplo e da imitação dos “colonos”, o que resultaria do convívio cotidiano. Assim ele colocou que

Nenhum progresso sensível tem tido este ramo do serviço, o que me faz crer, que os meios ate agora empregados não são os mais conducentes ao fim, que se deseja. Enquanto as numerosas tribos, que ainda existem nas terras que primeiras se manifestaram aos olhos admirados de Cabral, poderem vaguear, o que é quase a condição de sua existência e seu maior prazer, nas vastas florestas e serranias, que demoram desde as margens do Rio de Contas até Mucury, achando na pesca dos inumerosos rios de que são banhados esses rios terrenosos, e na caça a precisa / (p.29) alimentação, **não se deve esperar, que a catequese faça grandes progressos.** Parece-me que o meio de transformar pouco a pouco a vida nomada dos indígenas é

308Fala do Presidente da Província da Bahia, Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima na abertura da Assembleia Legislativa em 14 de maio de 1856. Bahia: Tipografia de Antônio Olavo da França Guerra e Cia

oferecer-lhes mais pontos de contato com a vida civilizada, colocando centros de população cristã em lugares apropriados³⁰⁹.

Algumas outras questões devem ser retomadas por ajudarem a perceber as discussões em torno da catequese e das missões capuchinhas. Uma dessas diz respeito ao controle e uso da mão de obra indígena, considerada de vital importância para a sobrevivência dos colonos, fato que possivelmente trouxe resistência por parte destes à fixação dos missionários na região. Segundo Paraíso, que analisou essa questão para a Comarca de Ilhéus, essa relação de conflito iniciou-se principalmente a partir das disputas entre colonos e missionários pela administração exclusiva dos índios e de força de trabalho. Desta forma a autora expôs que

No caso da Bahia, a atuação de Frei Petrus e de Ludovico de Liorne na Comarca de Ilhéus pode ser avaliada como um exemplo dos futuros conflitos a serem enfrentados pelos missionários capuchinhos: as disputas com particulares e Câmaras Municipais pelo controle administrativo dos aldeamentos e até mesmo pela localização e que resultava, na maioria das vezes, na vitória dos que tinham poder de pressão junto ao Governo Provincial³¹⁰.

Em 1858, por exemplo, na seção da sua Fala destinada à catequese, Sinimbu escrevia com sincero pesar que “este ramo de serviço [a Catequese] continua, como nos relatórios anteriores se tem exposto, sem oferecer resultado algum que mereça relatar”³¹¹, demonstrando em seu texto o quanto era urgente que se repensasse essa questão.

Apesar de todo argumento contra a política de catequese e missionamento, Sinimbu não conseguiu rapidamente inserir suas propostas no seio das discussões. Tanto que, em 1860, as missões ainda eram aclamadas e novos missionários eram convocados para assumi-las. Assim, em ofício enviado pelo Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, ao presidente da província, as novas missões apareciam descritas como “preciosos elementos da tranqüilidade e prosperidade pública”. O ofício, enviado em 06 de fevereiro de 1860, versava sobre as missões dos padres Lazaristas, expressando que:

309 Fala do Presidente da Província da Bahia, João Lins Vieira Cansção de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa em 01 de setembro de 1857. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra.

310 PARAISO, Maria Hilda B. Os Capuchinhos e os Índios no Sul da Bahia: uma Análise Preliminar de sua Atuação. Revista do Museu Paulista, São Paulo v.31, p. 148-96, 1986.

311 Relatório do (ao) Vice-Presidente da Província Manoel Messias de Leão para (do) o Presidente João Lins Vieira Cansção de Sinimbu, em 11 de maio de 1858 por passar-lhe a administração da província da Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra.

“Os legisladores da província compreenderam felizmente, no seu zelo pelos interesses morais do país, que a obra das missões é um dos mais preciosos elementos da tranquilidade e prosperidade pública, disseminando a luz civilizadora do evangelho, e com ela o horror ao vício e o amor da virtude. A ela deveu o nosso Brasil os primeiros germens da sua liberdade, e a salutar influência do catolicismo. Tanto mais se fazia necessária uma providência para que se não interrompesse o exercício desta santa obra, hoje principalmente que só a voz e império da Religião sobre as consciências podem oferecer uma barreira à torrente dos vícios, que inundam a sociedade, quanto já há muito, por causas que v. Exc não ignora, se sentia a falta de missionários capuchinhos, que tanto serviços têm prestado e continuam a prestar com a palavra evangélica nos sertões de nossa província³¹².”

Os problemas com os padres Lazaristas não demoraram a aparecer. Em 1861, um ano depois de iniciada a missão no norte da província, parece que as discussões sobre a importância dos missionários e quais os locais prioritários aos quais deveriam se direcionar chamou atenção reacendendo as controvérsias. O presidente da província escrevia naquele ano:

Os padres lazaristas, mandados vir para a catequese dos índios, conforme a lei nº 662 de 31 de dezembro de 1757, foram distraídos de seu destino, e empregados nas missões em lugares onde não há índios. E deste modo ficou por ser cumprida a letra da lei, por que não preenchem as missões o fim a que se destinam, quando a palavra do cristianismo, em vez de soar no meio de multidões incultas, vai ser propagada entre povos já civilizados, e instruídos nos mistérios da religião³¹³.

A querela dos padres Lazaristas não só reacendeu os debates como também deu início a uma tentativa, mesmo que isolada, de por um fim a essa questão. Foi nesse sentido que o Presidente da província Joaquim Antônio de Fernandes Leão, incumbiu frei Luis de Gubbio de visitar todos os termos do sul. Ao se instalar na região, o missionário deveria reportar ao presidente o estado dos aldeamentos existentes e identificar quais os lugares, em que se poderiam ser estabelecidos novos aldeamentos. Finalizada essa etapa preliminar, o frei deveria reunir as tribos dispersas para que fossem aproveitadas em prol da agricultura e do comércio.

312 Fala do Presidente da Província da Bahia, Conselheiro e senador do Império Herculano Ferreira Pena na abertura da Assembleia Legislativa em 10 de abril de 1860. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra

313 Relatório com que Joaquim Antônio Fernandes Leão passou a administração para Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 30 de setembro de 1862. Bahia: Tip. De Antonio Olavo da França Guerra

As informações que o missionário colheu não mudaram muito o quadro posto em anos anteriores e a catequese continuava a ser percebida como uma empreitada que não trazia muitos frutos, pois, como colocou o presidente da província Antônio de Sá Albuquerque, em 1863, “as despesas com este serviço raríssimas vezes são aproveitadas”³¹⁴.

Apesar de aparentemente contraditório, é importante registrar que, embora vista com desconfiança por muitos, a questão do envio de missionários e utilização da catequese como instrumento prioritário para conversão dos índios, foi mantida. Tanto que o referido missionário frei Luis de Gubbio foi nomeado diretor dos índios da vila do Prado nesse mesmo ano de 1863. Esse missionário foi incumbido de fundar um aldeamento á margem do rio do Prado, sob a denominação de Aldeia de Santo Ubaldo Bispo, e reunir nela os índios que “se acham dispersos pelas matas e desertos naquele território”³¹⁵.

A referida aldeia também não chegou a ser fundada, tendo o missionário se estabelecido na região por pouco mais de dois meses e retornado para Salvador sem muito sucesso. Após os fins da década de 60, são escassas as informações referentes a esta problemática, como registrou o Barão de São Lourenço, em 1870, embora ainda fossem percebidas como uma questão relevante por certos funcionários provinciais. Assim, o Barão de São Lourenço registrou que:

Há alguns anos que se tem esquecido este assunto aliás bem interessante para o futuro da Província ante a necessidade de braços para a lavoura, cada vez mais sensível e objeto de sérias apreensões. (...) Em vista da multiplicidade de trabalhos que tem nestes últimos tempos preocupado a atenção do Governo, não me tem sido possível dedicar minuciosa atenção a este importante ramo da administração pública, reformando-lhe os abusos ou destruindo-lhe os obstáculos que impedem o seu desenvolvimento³¹⁶.

As discussões acerca da “civilização” dos índios se tornaram mais contundentes após a promulgação da lei de 1850³¹⁷, que atribuiu ao governo à faculdade de “reservar terras para a colonização dos indígenas” ao invés de garantir

314 Fala do Presidente da Província da Bahia, Antonio Coelho de Sá Albuquerque, na abertura da Assembleia Legislativa em 01 de Março de 1863. Bahia Tipografia Poggetti

315 Fala do Presidente da Província da Bahia, Antonio Coelho de Sá Albuquerque, na abertura da Assembleia Legislativa em 01 de Março de 1863. Bahia Tipografia Poggetti

316 Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Bahia pelo Barão de S. Lourenco presidente da mesma província no dia 06 de março de 1870. Bahia: Tipografia do Jornal da Bahia.

³¹⁷ Lei que regulamentava o novo ordenamento jurídico da propriedade da terra.

aos índios o direito de posse das suas terras. De acordo com José Mauro Gagliardi, essa pequena mudança trouxe um efeito devastador para as populações autóctones, pois “o indígena passou da condição de proprietário natural da terra à condição de expropriado e dependente da benevolência do Estado para ter algo que um dia foi seu”³¹⁸.

Entre 1856 a 1875 o governo imperial decretou inúmeros atos mandando extinguir os aldeamentos indígenas e vender suas respectivas terras ou dar-lhes outro destino. Segundo Lígia Osório Silva, em quase todos esses atos o recurso utilizado para a expropriação era sempre o mesmo:

Os aldeamentos eram considerados abandonados e nesse caso os terrenos caíam na condição de devolutos (aviso de 20 de maio de 1869, por exemplo) e, sendo assim, o governo podia vendê-los, aforá-los, ou legitimá-los na posse particular³¹⁹.

Assim, por volta de 1878, o Ministério da Agricultura do Império determinou que os governos provinciais indicassem quais os aldeamentos haviam deixado de existir recentemente ou havia muito tempo por terem seus habitantes se dispersado ou por estarem “confundidos com a massa da população”³²⁰.

Assiste-se, assim, ao crescimento da negação da identidade dos índios aldeados uma pressão cada vez maior pela extinção das aldeias. Essas questões estavam conectadas com os interesses dos fazendeiros em manter o sistema vigente de exploração da mão de obra indígena. Em muitos casos os índios ficaram a vagar pelas matas em busca de refúgio ou se mantiveram nos aldeamentos, à mercê de ataques dos fazendeiros interessados em tomar-lhes as terras.

Os desafios representados pelo binômio Catequese-Civilização mobilizaram as ações e as mentes dos capuchinhos e dos diversos agentes do governo em vários cantos da Província da Bahia. Como vimos, no decorrer do século XIX, a catequese se estabeleceu como ação prioritária para a civilização dos índios. Contudo, os constantes fracassos acumulados pelos missionários dificultaram a manutenção do

³¹⁸ **GAGLIARDI**, José Mauro. O indígena e a república. São Paulo: Hucitec, Edusp, p. 32.

³¹⁹ **SILVA**, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de terras de 1850. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008, p. 186.

³²⁰ Fala do Presidente da Província da Bahia, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, na abertura da Assembleia Legislativa em 02 de Maio de 1878. Bahia Tipografia Poggetti.

projeto inicialmente pensado. Assim, os debates a respeito da catequese foram dando lugar a um, cada vez mais constante, silêncio em relação às questões indígenas.

Considerações Finais

Ao longo desta dissertação buscamos dar visibilidade as histórias dos diversos grupos indígenas que habitavam a antiga Comarca de Caravelas. Nesse sentido, procuramos analisar a capacidade desses índios de manipularem suas experiências, assim como, a percepção desses povos do novo contexto social no qual estavam inseridos. Assim, privilegiamos as estratégias de sobrevivência e as formas de resistência indígenas frente ao projeto de colonização da região sul da Bahia, atentando para os contatos entre índios e outros sujeitos no litoral e no sertão daquela comarca.

A realidade imposta pelo contato, em grande medida, desestruturou as sociedades indígenas. Por esse motivo não podemos desconsiderar o massacre sofrido por essas populações, ou mesmo, atenuar a situação de dominado imposta a esses sujeitos. Entretanto, devemos registrar que, diante do violento processo de colonização, o índio não foi vítima passiva.

O grande desafio encontrado por nós, no decorrer deste trabalho, foi perceber em meio às situações caóticas, decorrente do processo de conquista, vestígios documentais que pudessem nos auxiliar na compreensão das ações indígena. Assim, ao direcionarmos nosso olhar para os índios vislumbramos outras histórias, com significados diversos, que foram inteligíveis a esses povos. Pois, na trama dessas histórias os grupos indígenas estiveram envolvidos por vontades, desejos e interesses, ou seja, foram protagonistas.

Conforme pretendemos demonstrar nos capítulos anteriores, a complexa trajetória desses índios foi motivada pelas relações que estabeleceram com variados grupos sociais. A partir dessa análise, pudemos fazer outra leitura sobre a conquista e colonização desses espaços, visualizadas, nesse sentido, como fruto da negociação entre índios e não índios.

Partimos da investigação das construções e desconstruções das alianças entre os grupos indígenas e os colonos levando em consideração os agentes envolvidos nesse contexto. Para tanto, trilhamos nossas pesquisas em direção ao “sertão”, tentando encontrar os caminhos que relacionaram índios e não índios e as consequências desses encontros para os primeiros.

A prática de firmar alianças com as populações indígenas foi recorrente desde o período colonial. Entretanto, as formas pelas quais essas alianças eram estabelecidas variavam bastante, em decorrência dos interesses de ambas as partes. Tais interesses, por sua vez, também não eram estáticos e variavam com o transcorrer do tempo e com as situações vivenciadas.

A existência de conflitos pela primazia de ocupação do território foi um dos elementos-chave que possibilitou a compreensão das estratégias indígenas e a mudança dos interesses em jogo. Nesse sentido, procuramos visualizar as fronteiras sociais e simbólicas, que estavam associadas à rígida divisão entre civilização e barbárie, em que índios “isolados” e “hostis” manteriam um contínuo estado de guerra e oposição aos chamados civilizados. Contudo, buscamos demonstrar que as relações entre diferentes grupos étnicos e sociais nessa região eram complexas e foram muito além dos conflitos, caracterizando-se também por intensas trocas comerciais e culturais.

As experiências adquiridas pelos grupos indígenas do sul da Bahia nesses contextos possibilitaram uma melhor percepção do universo social em que estes estavam inseridos. Assim, eles estiveram sempre circulando de um lado para outro na região, às vezes aceitando o aldeamento, outras vezes fugindo desses, e/ou simplesmente aproximando-se para adquirirem bens e presentes doados ou trocados nas diversas vilas e localidades de não índios.

As tentativas de “civilização” dos índios no sul da Bahia em meados do século XIX, a partir de um projeto estatal de catequese, como vimos, esbarraram nas ações dos grupos indígenas. Nesse contexto, consideramos aqueles personagens – índios, colonos e missionários – como peças importantes para analisar o sucesso ou fracasso dos empreendimentos. O estabelecimento dos missionários capuchinhos e as relações construídas por estes nos sertões com os grupos indígenas foi um locus privilegiado para a apreensão das estratégias de ambas as partes.

As formas de aproximação e as tentativas de aldeamento dos missionários não eram novidades aos grupos de índios. Pois, os diversos encontros encetados nos sertões faziam parte do circuito de relações sociais indígenas. Os brindes e presentes recebidos por estes eram, na maioria das vezes, inseridos nas redes comerciais compartilhadas com outros grupos e com as vilas litorâneas. Desta forma, vimos que as experiências construídas com os contatos no decorrer do século XIX foram

fundamentais a esses índios, que as utilizaram como margem de manobra tanto para escapar desses encontros, como também para procurá-los quando lhes convinha.

Por fim, seja pela experiência de aldeamento ou mesmo de trabalhos quase que escravo nas fazendas e atividades do governo, procuramos demonstrar nesta dissertação que esses índios viveram e conviveram das mais variadas formas. Assim, construíram, muitas vezes, espaços autônomos, sempre permeados de constantes conflitos e negociações, buscando na maioria das vezes superar a investida da “sociedade nacional” sobre seu território e cultura.

Fontes Impressas:

ARAÚJO, João Alves Costa; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 18/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI. Honório B. Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri . Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). Legislação indigenista no século XIX. S. Paulo: Edusp, CPI/SP, 1992.

COSTA, Silvério José; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 16/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI. Honório B. Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847.

D' ALMEIDA, Hermenegildo Antônio Barbosa. Viagem as villas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre do Mucury e os rios Mucury e Peruhipe (23/9/1845) IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo VIII, 1867.

DENIS, Ferdinand. Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

ESCHWEGE, Wilhelm. **Diário do Brasil ou Noticias diversas acerca do Brasil**. Weimar, 1818, Edição do GR.H.S., Landes – Ind. Comp. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1946.

GUIMARÃES, João da Silva. A Bandeira de João da Silva Guimarães (26/05/1734) IN: Porto, Reinaldo Ottoni. Primeira Parte: A Bandeira de João da Silva Guimarães; Segunda Parte: Selvagens do Mucuri. INRIHGMG; Belo Horizonte: Tomo II, 1945.

GUEDES, Francisco Teixeira; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, Minas Novas em 18/11/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847.

HENRIQUES, João Antônio de Araújo Freitas. Presidente da Província. Fala Dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia em 01/03/1872. Bahia: Tipografia do Correio da Bahia pg. 168.

MORETZSOHN, Luís; Um Pedido de Concessão para o estabelecimento de Colônias em Mucuri; 04/07/1837. RAPM, Belo Horizonte, v. 8, p. 647-50, 1903.

NAVARRO, Luís Tomás R. Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro INRIHGBr. RJ; VII: 1866. Pg. 446.

OTTONI, Teófilo. Notícias sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: **DUARTE**, Regina Horta(org.) Notícia sobre os selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PORTO, Reinaldo Ottoni. Primeira Parte: A Bandeira de João da Silva Guimarães; Segunda Parte: Selvagens do Mucuri. INRIHGMG; Belo Horizonte: Tomo II, 1945.

PIRES, João Fernandes; Ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas; Minas Novas em 10/10/1834. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia, 1847.

REINAULT, Pedro Victor. Relatório da exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. Governo de Minas Geraes pelo engenheiro Pedro Victor Reinalt, tendente a procurar um ponto para degredo. IN: RIHGBr. Rio de Janeiro, Tomo VIII, 1867.

SPIX, J. B. Von e **MARTIUS**, C. F. P. Viagem pelo Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: NL/MEC, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

VASCONCELOS, D. R. de. Descobrimento das Minas Gerais. RAPM. Belo Horizonte, Vol. 06.

VILHENA, Luis dos Santos. Pensamentos políticos sobre a colônia. Publicações históricas. Arquivo nacional, 1987.

VILHENA, Luiz dos Santos. A Bahia no Século XVIII. Vol.2 Salvador:Editora Itapuã, 1969.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989.

Falas e Relatórios dos Presidentes da Província da Bahia.

Fala do Presidente da Província da Bahia, Thomaz Garcia Xavier de Almeida na abertura da Assembleia Legislativa em 14 de maio de 1840. Bahia: Tipografia de Antônio Olavo da França Guerra e Cia.

Fala do Presidente da Província Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos na abertura da Assembléia legislativa em 02 de Maio de 1844. Bahia: Tipografia de J. A. Portela e Cia, 1844.

Relatório apresentado pelo Conselho de Instrução Pública à Assembléia Legislativa da Província da Bahia em 13 de Abril de 1846. Bahia: Tipografia de Galdino José Bezerra e Cia 1846.

Fala do Presidente Francisco José de Sousa Soares d'Andrea em 2 de fevereiro de 1846, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa do ano de 1846. Bahia: Tipografia de Galdino José Bezerra e Cia, 1846.

Fala do Presidente da Província Antônio Inácio de Azevedo em 2 de fevereiro de 1847 na Abertura da Assembléia Legislativa. Bahia: Tipografia Guaicurú, de D. Guedes Cabral, 1847.

Fala do Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins na abertura da Assembléia em 01 de março de 1852. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira.

Fala do Presidente da Província da Bahia, Dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembléia legislativa em 01 de março de 1853. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira.

Fala do Presidente da Província João Maurício Wanderley na abertura da Assembléia Legislativa em 01 de março de 1854. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra e Cia, 1854.

Fala do Presidente da Província da Bahia, João Maurício Wanderleina abertura da Assembléia em 01 de março de 1855. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira.

Fala do Presidente da Província da Bahia, Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima na abertura da Assembleia Legislativa em 14 de maio de 1856. Bahia: Tipografia de Antônio Olavo da França Guerra e Cia.

Fala do Presidente da Província da Bahia, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa em 01 de setembro de 1857. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra.

Relatório do (ao) Vice-Presidente da Província Manoel Messias de Leão para (do) o Presidente João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, em 11 de maio de 1858 por passar-lhe a administração da província da Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra.

Fala do Presidente da Província da Bahia, Conselheiro e senador do Império Herculano Ferreira Pena na abertura da Assembleia Legislativa em 10 de abril de 1860. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra.

Relatório com que Joaquim Antão Fernandes Leão passou a administração para Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 30 de setembro de 1862. Bahia: Tip. De Antonio Olavo da França Guerra.

Fala do Presidente da Província da Bahia, Antonio Coelho de Sá Albuquerque, na abertura da Assembleia Legislativa em 01 de Março de 1863. Bahia Tipografia Poggetti.

Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Bahia pelo Barão de S. Lourenco presidente da mesma província no dia 06 de março de 1870. Bahia: Tipografia do Jornal da Bahia.

Fala do Presidente da Província da Bahia, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, na abertura da Assembleia Legislativa em 02 de Maio de 1878. Bahia Tipografia Poggetti.

Lei nº 5 de 20 de Março de 1835. Coleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas nos anos de 1835 a 1838, volume 1. Tipografia de Antonio Olavo França Guerra 1863. 336p.

Lei nº 32 de 5 de Março de 1836 – Dando providências sobre a catequese dos índios nesta Província, por meio de missionários, que os reúnam em aldeias. Coleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas nos anos de 1835 a 1838, volume 1. Tipografia de Antonio Olavo França Guerra 1863, p. 109.

Fontes Manuscritas:

ABAIXO ASSINADO dos habitantes da Vila do Prado enviado ao Presidente da Província. Vila do Prado em 1/04/1844. APB. Seção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Série Agricultura – Diretoria Geral dos Índios. Maço 4611.

ALMEIDA, Antônio Vicente de, Juiz de Direito de Caravelas, Ofício enviado ao Ten. General. Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província; Caravelas em 3/12/1845; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da presidência da Província; Série Agricultura - Diretoria Geral dos Índios; maço 4611

ALMEIDA, Antônio Vicente, Juiz de Direito de Caravelas; Ofício enviado ao Presidente da Província, Ten. General. Francisco José de Souza Soares de Andréa; Caravelas em 6/1/1846; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da presidência da Província; Série Agricultura - Diretoria Geral dos Índios; maço 4611

ALMEIDA, Antônio Vicente, Juiz de Direito de Caravelas; Ofício enviado ao Presidente da Província, Ten. General. Francisco José de Souza Soares de Andréa; Caravelas em 15/1/1846; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da presidência da Província; Série Agricultura - Colônias e Colonos (1846 - 1876); maço 4604.

ALVARES, Francisco Hernandes Teixeira. Carta enviada a Sua Majestade El Rey pedindo o envio de um presbítero para auxiliar na catequese das sete aldeias de índios nas proximidades da vila de São Mateus. APEB; Secção Colonial e Provincial; Microfilme; maço 602 – 2: Translado do Regimento dos administradores das aldeias indígenas (1764 - 1790).

ANDRÉA, Francisco José de Souza, Presidente da Província; Ofício enviado a Marco Antônio Galvão; Secretário de Estado dos Negócios da Justiça; Bahia; 24/5/1845 ; Arquivo Nacional. Fundo Ij 1 - 401; Série Justiça - Gabinete do Ministro.

APIVIO, Frei Innocencio de. Carta enviada ao Presidente da província da Bahia Antonio coelho de Sá e Albuquerque sobre o envio de missionários para catequizar os índios no rio Mucuri. Salvador em 18/10/1862. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Religião; Maço 5308 – Correspondências recebidas de missionários.

APIVIO, Frei Innocencio de. Carta enviada ao Presidente da província da Bahia Antonio coelho de Sá e Albuquerque sobre o envio de missionários para catequizar os índios no rio Mucuri. Salvador em 29/05/1862. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Religião; Maço 5308 – Correspondências recebidas de missionários.

AZEVEDO, Antônio Miguel de, Vigário de São José de Porto Alegre; correspondência enviada ao Presidente da Província da Bahia; São José de Porto Alegre em 08/08/1844; APEB; Fundo presidência da Província; Série Agricultura ; Maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

CASTRO, Manoel Caetano de; Ofício enviado Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima; s/d: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

CERQUEIRA, João L. Capitão-mor dos índios bravios de Caravelas. Ofício enviado ao Presidente da Província. Caravelas em 30/01/1836. APB. Seção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Série Agricultura – Diretoria Geral dos Índios. Maço 4611.

CONDE DA PONTE. Ofício enviado a José Luís de Siqueira, capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas; 18/7/1808; Bahia:APEB; Secção Colonial e Provincial; FundoCapitania da Bahia - Série Diversas; Cartas do Governador a Várias Autoridades; maço 164; p. 237v/ 238.

CONDE DA PONTE. Ofício enviado a João Gonçalves da Costa, capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro do Sertão da Ressaca em 8/7/1808, Bahia, ms., APEB, Secção Colonial e Provincial, Fundo Capitania da Bahia. Série Diversas, Cartas do Governador a Várias Autoridades, Maço 164, p. 237 v. f. 238.

CONDE DA PONTE. Ofício enviado a José Luís de Siqueira, Capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas e a Câmara da Vila do Prado em 18/7/1808. Bahia, ms., APEB, Secção Colonial e Provincial, Fundo Capitania da Bahia . Série Diversas, Cartas do Governador a Várias Autoridades, Maço 164, p. 241/ 241v.

CORRÊA, Domingos Jorge; Ofício enviado a Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Índios; Vila do Prado em 16/10/1856; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

CUNHA E MENEZES, Manoel Ignácioda. Ofício enviado a sua Majestade o Imperador. Província da Bahia. 18/05/1827 APEB. Seção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Correspondência para o Governo.

CUNHA, José M. da, Ouvidor de Porto Seguro. Carta enviada ao Conde de Linhares, Caravelas, em 08/08./1810. In: Accioli. J e Amaral, B. Memórias históricas e políticas da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial, 1931 v. 3, p. 54 -5.

COUTO FERRAZ, L. P.. Aviso Circular n ° 118; Ministério do Império – Repartição Geral das Terras Públicas – Aviso Circular aos Presidentes de

Pernambuco e São Pedro, providenciando a respeito da medição das terras das aldeias de índios, Rio de Janeiro, 17/03/1856;

COUTO FERRAZ, Luís Pedreira; Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império; Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 9ª Legislatura; Rio de Janeiro em 20/04/1854; Secretaria do Estado dos Negócios do Império; Mapa Estatístico do Número de Aldeias e Índios Domesticados, a respeito dos quais tem sido enviados esclarecimentos; Museu do Índio; Sedoc; Microfilme 397.

FONTOURA, Marciano de Jesus, Subdelegado de Polícia da vila do Prado; Ofício enviado Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, Henrique Jorge Rebelo, Prado em 06/08/1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

FONTOURA, Marciano de Jesus; Subdelegado da Vila do Prado; Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia em 08/11/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

FONTOURA, Marciano de Jesus; Subdelegado da Vila do Prado; Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia em 16/10/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

FONTOURA, Marciano de Jesus; Subdelegado de Polícia; Ofício enviado ao Diretor Geral dos Índios Casemiro de Sena de Madureira; vila do Prado em 10/02/1857; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; Maço 4612 - Índios - Comissão de Medição dos Aldeamentos dos Índios (1857-1864).

GUIMARÃES, Antonio Peixoto. Carta enviada ao delegado de Canavieiras informado os ataques dos índios Mec-Mec. Rio Pardo, 1/07/1880. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Agricultura; Maço 4612 – Diretoria Geral dos Índios.

LIVORNO, Frei Ludovico de. Carta enviada ao Diretor Geral dos índios Sr. Casemiro de Sena Madureira. Salvador, 20/12/1848. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Religião; Maço 5308- Correspondências recebidas de missionários.

LIVORNO, Frei Ludovico de. Carta enviada ao Sr. Desembargador Mel. Myssias de São Presidente desta Província. Salvador, 29/04/1848. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Religião; Maço 5308- Correspondências recebidas de missionários.

LIVORNO, Frei Ludovico de. Carta enviada ao reverendo missionário capuchinho frei Caetano de Troina. Salvador, 04/09/1849. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Religião; Maço 5308- Correspondências recebidas de missionários.

LODI, Frei Samuel. Carta enviada ao Diretor Geral de índios Sr. Casemiro de Sena Madureira. 27/09/1846. APB Seção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Série Agricultura – Diretoria Geral dos Índios. Maço 4611.

MADUREIRA, Casemiro de S. Ofício enviado ao Presidente da Província Álvaro T. de M e Lima; Bahia em 10/06/1856; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral de Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S. Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Luís V. Cansação Sinimbú; Bahia em 15/09/1856; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral de Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S. Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província Álvaro Tibério de M e Lima; Bahia em 12/11/1855; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S. Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Salvador em 10/01/1851; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Capitães - Mores dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 05/02/1853; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Luís Vieira de Cansação Sinimbú; Bahia em 20/11/1856; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia em 15/12/1856; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província Álvaro T. de M. e Lima; Bahia em 12/03/1856; APEB;

Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Ofício enviado ao Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima; Bahia em 15/03/1856; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral de Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima; Bahia em 28/5/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Ofício enviado ao Presidente da Província Álvaro T. de M e Lima; Bahia em 10/06/1856; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; maço 4611; Diretoria Geral de Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província João Luís de Cansanção Sinimbu; Bahia em 24/07/1857: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima; Bahia em 29/12/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima; Bahia em 10/01/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima; Bahia em 05/03/1856: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Sr Conselheiro Luiz Pereira de Couto Ferraz, Ministro de Estado dos Negócios do Império; Bahia em 31/01/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia em 20/10/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de Sena; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 12/11/1854; APEB;

Secção Colonial e Provincial; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; Maço 4612 - Índios - Comissão de Medição dos Aldeamentos dos Índios – (1857 – 1864).

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Vice-Presidente da Província, Álvaro T. de M. e Lima; Bahia em 09/06/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 05/02/1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios. Ver também: **PARAISO**, Maria H. Op. Cit. Pg. 583.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Salvador em 4/11/1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 10/10/1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 05/12/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Ofício ao Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins, Salvador em 12/02/1852; APEBa; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura; Maço 4611; Diretoria Geral de Índios

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Francisco G. Martins, Salvador em 10/04/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia em 22/01/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Francisco G. Martins, Salvador em 08/02/1851: APEB;

Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; Ofício enviado ao Presidente da Província, Salvador em 10/01/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Capitães - Mores dos Índios; cad. 1842.

PANICALE, Frei Paulo de, Prefeito do Hospício da Piedade; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 30/10/ 1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios;

PANICALE, Frei Paulo de, Prefeito do Hospício da Piedade; Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley; Bahia em 19/10/ 1853: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

PEDERNEIRAS, Inocêncio Veloso, Capitão do Corpo de Engenheiros e Chefe da Comissão de Exploração do Mucuri; Ofício enviado ao Presidente da Província, Bahia; em 25/04/1851; mas.; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série - Agricultura - Colonias e Colonos; Maço 4607 (1849-1888); cad. 03.

REBELO, Henrique Jorge, Juiz de Direito da Comarca de Caravelas; Ofício enviado a André Corsino Pinto, Chefe de Polícia da Província, Caravelas em 24/08/1853; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

REGO, Feliciano José do; Ofício enviado ao Presidente da Província , Ouro Preto; 04/01/1837; APM; SP PP1/4; doc. nº 11.

SANTOS, João da Silva, Capitão-Mor de Porto Seguro. Mapa e Descrição da Costa, rios e seus terrenos de toda a Capitania de Porto Seguro e até onde pode chegar sumacas, lanchas e canoas com seus fundos, feito e examinado pelo Cap. mor João da Silva Santos, principiado em 1803 e enviado ao Governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes. Belmonte 28 de janeiro de 1805. In: Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa - Bahia; Anais da Biblioteca Nacional., Rio de Janeiro, v. 37: 232 – 459, 1945.

SUPERIOR DO HOSPÍCIO DA PIEDADE; Ofício enviado ao Presidente da Província, Joaquim Antão Fernandes Leão, Salvador; 28/9/1862; APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.

TOURINHO, Francisco Alves, Sargento-mor comandante das Ordenanças da vila de Caravelas, Vila de Caravelas, 5/5/1808. In: NAVARRO, Luís Tomás. Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, V.7, p. 433-68, 1866.

TROINA, Frei Caetano de. Carta enviada a Caetano Vicente d'Almeida, Juiz de direito da Comarca de Caravelas. Bahia, 23/08/1845. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Agricultura; Maço 4611 – Diretoria Geral dos Índios.

TROINA, Frei Caetano de. Carta enviada ao prefeito do hospício da Piedade frei Ludovico de Livorno apresentando uma relação dos objetos pertencentes à Missão do Mucuri. Salvador, 21/11/1846. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Religião; Maço 5308- Correspondências recebidas de missionários.

TROINA, Frei Caetano de. Carta enviada a Caetano Vicente d'Almeida, Juiz de direito da Comarca de Caravelas. Bahia, 06/11/1845. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Agricultura; Maço 4611 – Diretoria Geral dos Índios.

TROINA, Frei Caetano de. Carta enviada a Caetano Vicente d'Almeida, Juiz de direito da Comarca de Caravelas. Bahia, 29/12/1845. APB, Seção: Colonial e Provincial; Fundo: Presidência da Província; Série: Agricultura; Maço 4611 – Diretoria Geral dos Índios.

VIANNA, José Lopes da Silva, 1º Vice-Presidente; Relatório Apresentado ao Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Presidente da Província de Minas Gerais quando da passagem da Administração no Ano de 1854; Ouro Preto; Typ. do Bom Senso; 1854; AN; Fundo Exposições, Falas, Mensagens e Relatórios Provinciais / Estaduais;; Microfilme 004.1.79.

Referências Bibliográficas:

AGNOLIN, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá. Rev. Antropologia. vol.45no.1 São Paulo 2002.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da UNB, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Comunidades Indígenas e Estado Nacional: Histórias, Memórias e Identidades em construção (Rio de Janeiro e México-Séculos XVIII e XIX). In: Marta Abreu; Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (ORG). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses Indígenas: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 8, n° 15, 1995.

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito. Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. Rev. Bras. Ciências. Sociais. Vol.13 n.37 São Paulo Junho 1998.

BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARICKMAN, B. J. "Tame Indians", "Wild Heathens" and Settles in southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries. The Americas 51:3 January 1995.

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos em las fronteras Del Nuevo Mundo: Relectura de los procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje em Tiempos de Globalización. Mundo Nuevo Nuevos Mundos, 2000.

BRUNET, Luciano Campos. De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo. Bahia, 1758-1760. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Bahia (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2008.

BURKE, Peter. A escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTRO, Teresinha de. José Bonifácio e a unidade nacional. Rio de Janeiro: Record, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion e **VAINFAS**, Ronaldo (org). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Campinas, SP: [s.n.], 2005. UNICAMP.

CANCELA, Francisco. Uma barreira contra os perigos do sertão do Monte Pascoal: a criação da vila do prado, os índios Pataxó e a re-significação das relações de contato. In: **AGOSTINHO DA SILVA**, Pedro Manuel, etalli. Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades. NECCSs - Edições UESB. 2008.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1982.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados, 11, São Paulo, 1991.

CHARTIER, Roger. A “nova” História Cultural Existe?. In: cultura: revista de história e teoria das idéias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Vol. XIV/2002. IIº série.

COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). São Paulo, tese de Doutorado em História Social – USP, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Etnicidade: da Cultura Residual, mas Irredutível*. In: CARVALHO, Maria Rosário G. de (ORG). *Identidade étnica: mobilização política e cidadania*. Salvador: UFBA, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da.(org)*Legislação Indigenista do Século XIX.: uma compilação: 1808-1889 /Colaboração de Mara Mazoni Luz, Beatriz Perrone-Moisés. –São Paulo Edusp: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.*

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Pioneira, 1976.

GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio*. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 2008.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *Questão Social e Historiografia no Brasil do pos-1980: Notas para um debate*. *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, nº34 2004.

LIMA, Maria do Socorro Lacerda. *A dádiva da agressão. Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 162-176, jul./dez. 2009.

MATTOS, Hilmar de. O tempo Saquarema. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987.

MATTOS, Isabel Missagia. Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

MARTIUS, Carl F. P. Von, 1982 [1838]. O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil, em O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil. Tradução Alberto Lofgren, São Paulo e Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia.

MONTERO, Paula (Org.). Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de Historia Indígena e do Indigenismo. Campinas, 2001. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência UNICAMP.

MONTEIRO, John M. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas - História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). A Outra Margem do Ocidente, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOTT, Luiz. Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854). Cultura, Salvador, v. 1, n.1, p. 93-116, 1988.

MOREIRA NETO, C. de A. A Política indigenista brasileira durante o século XIX. Rio Claro: Universidade Federal de Rio Claro, 1967. (Tese, Doutorado em Antropologia).

NEVES, Juliana Brainer Barroso. Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530-1678. Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2008.

NIMUENDAJÚ, K. Índios Machacaris. Revista de Antropologia. São Paulo, Edusp: v. 6. p. 53 – 61, 1954.

PARAÍSO, Maria Hilda B, 1998. O Tempo da dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Tese de Doutorado em História. FFLCH - USP. 5 vol.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malalí e Makoní: Povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexãoIN Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP; SP; 4:173-187;1994.

PARAÍSO, Maria Hilda. A Guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização. In: ALMEIDA, L. S. e GALINDO, M. e ELIAS, J.. (Org.). Índios do Nordeste: Temas e Problemas. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2000, v. 02, p. 129-166.

PARAISO, Maria Hilda B. Os Capuchinhos e os Índios no Sul da Bahia: uma Análise Preliminar de sua Atuação. Revista do Museu Paulista, São Paulo v.31, p. 148-96, 1986.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 2008.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: **CUNHA**, Manuela Carneiro da.Historia dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, nº29, 1995.

POMPA, Cristina. Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

POUTIGNAT, Philippe e **STREIFF-FERNART**, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: UNESP, 1995, Parte II, p. 185-227.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo: Hucitec, 2002.

REIS, Paulo Pereira dos. O indígena no vale do Paraíba: Apontamentos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo, 1979.

RIBEIRO, Núbia Braga. Catequese e Civilização dos Índios nos Sertões do Império Português no Século XVIII. In: Revista de HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009.

RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no mucuri e Jequitinhonha. (Tese de Doutorado), Campinas, Unicamp, 1997.

SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

SANTOS, Lara de Melo. Resistência indígena e escrava em Camamú no século XVI. Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2006.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783 – 1823. Campinas, Sp: UNICAMP, 1999.

SILVA, Edson Hely. O Lugar do índio. Conflitos, Esbulhos de terras e Resistência indígena no século XIX: O caso de Escada - PE (1860-1880). Dissertação de Mestrado apresentada à UFPE, Recife: 1995 (Mineo).

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o diretório pombalino. Campinas: São Paulo, 2003.

SILVA, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de terras de 1850. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Aspectos sócio-econômicos nas vilas criadas em 1758. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 81, p. 89-93, 1957.

TENGARRINHA, José (org). História de Portugal. Bauru: São Paulo, UNESP, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, Antropologia e História Social. In As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer, Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

TODOROV, Tzevatan. Nós e os Outros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., Ed. 1993.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Maria Manuela C. da. (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, Fapesp, SMC, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. Micro-história: Os protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Visconde de Porto Seguro, 1980 [1854-57]. História Geral do Brasil, 7ªEd., São Paulo e Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: Economia e sociedade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini. O Vapor e o Botoque: Imigrantes alemães e índios Xokleng no vale do Itajaí/SC (1850 – 1926). Florianópolis. Letras Contemporâneas, 2007.